

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
NÍVEL MESTRADO**

**CINTIA BEATRIZ KORTE MENTZ**

**O DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE  
CANELA/RS SOB A ÓTICA DA ESCALA HUMANA  
NA PERSPECTIVA DE MAX-NEEF**

**TAQUARA  
2026**

CINTIA BEATRIZ KORTE MENTZ

**O DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE  
CANELA/RS SOB A ÓTICA DA ESCALA HUMANA  
NA PERSPECTIVA DE MAX-NEEF**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Orientadora: Profa. Dra. Dilani Silveira Bassan

TAQUARA  
2026

CINTIA BEATRIZ KORTE MENTZ

**O DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE  
CANELA/RS SOB A ÓTICA DA ESCALA HUMANA  
NA PERSPECTIVA DE MAX-NEEF**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Cilene Gomes

Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)

---

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr

Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

---

Prof. Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes

Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

---

Profa. Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Dedico esta dissertação aos que carregam nos ombros jornadas longas, aos que tiveram o riso da infância interrompido pelo peso das responsabilidades, àqueles que abriram mão do descanso em nome do amanhã. A todos que, apesar das adversidades, ainda encontram forças para sorrir, mesmo quando os motivos parecem poucos. E aos que, mesmo diante de tantas desigualdades, recusam-se a desistir da esperança, de um mundo mais justo e sem distinção. É uma homenagem à resistência silenciosa, aos sonhos adiados e à crença corajosa num futuro em que, cada vida, terá o mesmo valor sob o mesmo sol.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho só foi possível porque nunca estive só. A todos que, de alguma forma, apoiaram, colaboraram ou foram presença, expresso meu profundo reconhecimento e gratidão.

Agradeço, primeiramente, à professora Dra. Dilani Silveira Bassan, pela orientação atenta, dedicação, paciência, escuta compassiva, carinho e valiosas contribuições ao longo de todo o processo de pesquisa. Sua orientação crítica, incentivo, encorajamento constante e confiança foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico, pessoal e profissional. Expresso minha profunda admiração pela capacidade de acolher e conduzir de forma sensível e comprometida o seu trabalho como docente, trazendo clareza e equilíbrio aos momentos de conflito e incerteza ao longo dessa trajetória.

À FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara, agradeço a oportunidade pelo apoio institucional e pela oportunidade de realização desta pesquisa. De forma especial, meu agradecimento pela concessão da bolsa institucional. À coordenação do Curso de Pós-Graduação e seus colaboradores, sou grata pelo acolhimento e suporte acadêmico ao longo deste percurso.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, registro meu agradecimento pelo acolhimento, pela proximidade e pelas relações construídas ao longo desses dois anos, que fizeram a diferença na minha trajetória acadêmica e pessoal, tornando-a muito significativa. Agradeço de igual forma pelos ensinamentos, reflexões e debates que enriqueceram minha formação.

Ao Grupo de Pesquisa “Instituições, Sociedade, Cultura e Bem-estar social”, agradeço pela parceria e pelo compartilhamento de conhecimento, em especial ao Professor Dr. Daniel Luciano Gevehr, coordenador do grupo, que, pelo estímulo e compromisso ético com a pesquisa científica, fortaleceu meu interesse pela investigação científica.

Agradeço à banca examinadora pela disponibilidade, leitura atenta e pelas contribuições que certamente qualificam este estudo.

Meu agradecimento especial e muito respeitoso aos trabalhadores do setor de turismo do município de Canela/RS, que aceitaram participar da pesquisa,

compartilhando suas experiências e percepções, tornando este estudo possível e relevante. Bem como agradeço também a todas as empresas que permitiram que seus trabalhadores fizessem parte dessa investigação.

Aos colegas e amigos, agradeço por todo apoio, parcerias, trocas de conhecimento, companhia e escuta, além de ser muito grata e feliz com os laços de amizade que nasceram ao longo desse período.

À minha família, agradeço pelo apoio incondicional, e em muitos momentos incansável, pela compreensão e incentivo ao longo desses dois anos, especialmente nos dias mais desafiadores. Agradeço aos meus filhos por todo o suporte técnico e pela paciência em me ensinar sobre os recursos da tecnologia.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, todos foram muito importantes. Que essa pesquisa possa contribuir para reflexões e práticas mais humanas, éticas e sustentáveis no desenvolvimento da sociedade e do turismo.

Muito obrigada por tudo e tanto!

“Desenvolvimento refere-se às pessoas e não a objetos.”

(Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010, p. 16, tradução nossa.)

## RESUMO

A presente pesquisa discorre sobre como o desenvolvimento do destino turístico do município de Canela/RS, sob a ótica da Escala Humana de Max-Neef, contribui para o atendimento das necessidades humanas dos trabalhadores do setor de turismo. O Desenvolvimento à Escala Humana posiciona as pessoas como eixo central do processo de desenvolvimento de forma equilibrada, priorizando a qualidade de vida. No estudo, buscou-se contextualizar o perfil socioeconômico dos trabalhadores, identificar as necessidades humanas realizadas e constatar se o desenvolvimento do destino turístico de Canela, na Serra Gaúcha, contribui para a satisfação das necessidades humanas. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, realizada por meio da aplicação de questionário adaptado ao contexto local, com 103 trabalhadores dos setores de hotéis, parques e gastronomia. Os resultados indicam que o perfil socioeconômico dos entrevistados é composto por indivíduos adultos, entre 18 e 59 anos, predominantemente feminino, brancos, com ensino médio completo e rendimentos entre um e três salários mínimos. Observou-se que o modelo de turismo vigente favorece à realização da necessidade de subsistência, enquanto necessidades, como afeto, proteção, lazer, liberdade, participação, compreensão, identidade e criatividade, estas apresentaram-se comprometidas ou parcialmente atendidas. Nesse sentido, constatou-se que o desenvolvimento turístico do município de Canela aponta para um crescimento econômico que não se traduz de forma ampla e equilibrada em bem-estar humano, contrariando os princípios do desenvolvimento à escala humana. Ressalta-se a importância da incorporação das necessidades humanas fundamentais como temas prioritários em debates, na elaboração de políticas públicas e no planejamento turístico municipal, visando à promoção de um turismo ético e de um desenvolvimento humano sustentável.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento à escala humana. Turismo. Max-Neef. Necessidades humanas. Satisfatores.

## ABSTRACT

This research discusses how the tourism destination development of the municipality of Canela/RS, from the perspective of Max-Neef's Human Scale, contributes to meeting the human needs of tourism sector workers. Human Scale Development places people as the central axis of the development process in a balanced way, prioritizing quality of life. The study sought to contextualize the socioeconomic profile of the workers, identify the human needs that were fulfilled, and determine whether the development of the tourist destination of Canela, in the Serra Gaúcha region, contributes to the satisfaction of human needs. This is exploratory and qualitative research, conducted through the application of a questionnaire adapted to the local context, with 103 workers from the hotel, theme park, and gastronomy sectors. The results indicate that the socioeconomic profile of the respondents consists of adults between 18 and 59 years of age, predominantly female, white, with a completed high school education and earnings between one and three minimum wages. It was observed that the current tourism model favors the fulfillment of the need for subsistence, while needs such as affection, protection, leisure, freedom, participation, understanding, identity, and creativity, were found to be compromised or only partially met. In this sense, it was found that the tourist development of the municipality of Canela points to economic growth that does not translate broadly or equitably into human well-being, contradicting the principles of human scale development. The importance of incorporating fundamental human needs as priority topics in debates, in the formulation of public policies, and in municipal tourism planning is emphasized, with a view to promoting ethical tourism and sustainable human development.

**Key-words:** Human Scale Development. Tourism. Max-Neef. Human needs. Satisfiers.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul e COREDE Hortênsias.....	19
Figura 2 – Fluxograma das etapas operacionais da pesquisa .....	56
Figura 3 – Padrões sociodemográficos de Canela .....	61

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Concessão de benefícios previdenciários associados à saúde mental no município de Canela/RS.....	63
Gráfico 2 – Setor de trabalho dos respondentes e gênero .....	69
Gráfico 3 – Carga horária por setor e gênero.....	72
Gráfico 4 – Escolaridade dos respondentes por gênero.....	73
Gráfico 5 – Escolaridade dos respondentes por função .....	74
Gráfico 6 – Escolaridade dos respondentes por setor.....	75
Gráfico 7 – Renda familiar aproximada dos respondentes.....	76
Gráfico 8 – Renda familiar mensal aproximada dos respondentes por setor .....	77
Gráfico 9 – Dificuldade para chegar ao final do mês .....	77
Gráfico 10 – Relação entre a possibilidade de reserva financeira e a dificuldade de chegar ao final do mês com a renda atual.....	78
Gráfico 11 – Renda familiar aproximada dos respondentes por escolaridade .....	80
Gráfico 12 – Distribuição dos trabalhadores por agrupamento de bairros.....	83
Gráfico 13 – Tempo de residência no município de Canela.....	84
Gráfico 14 – Percepção de apoio no bairro de acordo com a caracterização sociodemográfica .....	91
Gráfico 15 – Percepção do grau de confiança por caracterização sociodemográfica .....	92
Gráfico 16 – Percepção da satisfação com o desenvolvimento do turismo por setor .....	109
Gráfico 17 – Correlação setor do entrevistado e localização sociodemográfica por faixa de renda média domiciliar .....	110

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temas identificados e sua ocorrência nas respostas .....	99
Quadro 2 – Percepções de mudanças positivas nas famílias motivadas pelo turismo .....	102
Quadro 3 – Percepções de mudanças negativas nas famílias motivadas pelo turismo .....	103
Quadro 4 – Percepções de mudanças positivas na comunidade motivadas pelo turismo.....	105
Quadro 5 – Percepções de mudanças negativas na comunidade motivadas pelo turismo.....	106
Quadro 6 – Contribuição do desenvolvimento do turismo às necessidades humanas fundamentais em Canela.....	114

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos respondentes.....	68
Tabela 2 – Categorização das ocupações dos respondentes.....	70
Tabela 3 – Identificação do bairro de domicílio dos respondentes.....	81

## LISTA DE SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CID	Classificação Internacional de Doenças
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEE	Departamento de Economia e Estatística
DEH	Desenvolvimento à Escala Humana
DH	Desenvolvimento Humano
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QV	Qualidade de Vida
RS	Rio Grande do Sul
TCLE	Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UN Tourism	Organização Mundial de Turismo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1 Desenvolvimento à Escala Humana: fundamentos e desdobramentos</b> .....	<b>24</b>
2.1.1 Desenvolvimento .....	24
2.1.2 Desenvolvimento humano .....	25
2.1.2.2 <i>Necessidades humanas</i> .....	28
2.1.3 Outras abordagens acerca do desenvolvimento humano .....	30
2.1.4 Desenvolvimento à Escala Humana, abordagem de Manfred Max-Neef .....	37
<b>2.2 TURISMO EM SUAS DIFERENTES PERSPECTIVAS</b> .....	<b>41</b>
2.2.1 O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social .....	42
2.2.2 Turismo, relações com o território e transformações.....	45
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>53</b>
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>57</b>
<b>4.1 Caracterização do município de Canela</b> .....	<b>57</b>
<b>4.2 Análise socioeconômica do município de Canela</b> .....	<b>58</b>
<b>4.3 O destino turístico de Canela sob o olhar do desenvolvimento humano na ótica de Max-Neef</b> .....	<b>65</b>
4.3.1 Contextualização do perfil socioeconômico dos trabalhadores do setor de turismo do destino turístico de Canela/RS .....	67
4.3.2 Realização das necessidades dos trabalhadores do setor de turismo em Canela/RS à luz da Escala Humana de Max-Neef.....	85
4.3.2.1 <i>Por trás da vitrine turística: a voz dos trabalhadores e a realização das necessidades humanas</i> .....	98
4.3.3 A contribuição do desenvolvimento do destino turístico do município de Canela/RS para a satisfação das necessidades humanas fundamentais .....	111
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>120</b>
<b>APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS</b> .....	<b>132</b>
<b>APÊNDICE B – TABELA MATRIZ DE PERGUNTAS E NECESSIDADES AXIOLÓGICA E EXISTENCIAIS DE CORRESPONDÊNCIA</b> .....	<b>142</b>
<b>ANEXO A – MATRIZ DE NECESSIDADES E SATISFATORES</b> .....	<b>147</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação está inserida na linha de pesquisa instituições, sociedade, cultura e bem-estar social do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT, que faz parte da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES. O desenvolvimento, amplamente estudado e promovido em âmbito global, é frequentemente confundido como crescimento ou progresso, mas raramente é concebido como liberdade, conforme proposto por Sen (2021) em 1998. Entende-se que essa dificuldade em reconhecer o desenvolvimento como um espaço de liberdade para os indivíduos reside no fato de que, mundialmente, como sociedade, a tendência é priorizar os aspectos econômicos, colocando as pessoas a serviço dos sistemas e indicadores que acabam alienando suas necessidades e possibilidades.

Desde que o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) foi publicado em 1990, as nações ao redor do mundo voltam-se para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em busca de compreender suas fragilidades e desafios. Esse índice, que avalia a saúde, educação e renda de um território, procura oferecer uma visão mais ampla sobre as condições de vida de uma população, além de poder direcionar políticas públicas. Mesmo que tenha representado um avanço, o IDH enfrenta críticas quanto à sua capacidade de captar complexidades humanas e sociais. Essas críticas revelam uma tensão permanente: até que ponto indicadores como este refletem as reais condições e necessidades das populações? Muitos outros questionamentos surgem ao pensar que muitas avaliações são pautadas por análises meramente quantitativas e econômicas, principalmente por viver-se em um momento na história da humanidade caracterizado por desigualdades crescentes, violência de múltiplas formas e pobreza persistente, em meio a uma crise climática que afeta milhões de pessoas em todo o mundo.

Essas questões estruturais atingem também o Brasil, que se apresenta como um país historicamente marcado por profundas desigualdades sociais, que se manifestam ante as disparidades do nosso cotidiano, no acesso à educação, saúde, moradia, renda e oportunidades de desenvolvimento. Os ciclos persistentes de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social estão expostos no vasto território do país – longe e muito perto –, impondo desafios de superar toda uma estrutura desigual,

promovendo efeitos negativos em muitas comunidades de maneira enraizada e até mesmo velada.

Essas desigualdades, imprescindivelmente, necessitam ser refletidas e avaliadas de forma mais aprofundada e contextualizadas, uma vez que desencadeiam múltiplas formas de privações aos indivíduos, impedindo o desenvolvimento pleno das pessoas. Nesse sentido, o Desenvolvimento à Escala Humana, proposto por Manfred Max-Neef, com a colaboração de Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn, sugere uma maneira de compreender a realidade, oferecendo uma perspectiva distinta da forma convencional, integrando a satisfação das necessidades humanas ao processo de desenvolvimento. A abordagem desses autores, está pautada em uma filosofia ecológica e humanista, baseada no entendimento de que o ser humano, para se realizar, precisa estabelecer uma relação harmônica de interdependência com a natureza e com a humanidade. Nesse sentido, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn propõem uma teoria para o desenvolvimento humano (DH) ao mesmo tempo complexa e fascinante, que instiga o olhar para os invisíveis e a busca por respostas na realidade das pessoas. Cabe destacar que, ao longo desta dissertação, essa abordagem será referida, de forma sintética em alguns momentos, como “Escala Humana de Max-Neef”, com o objetivo de favorecer a fluidez textual, sem desconsiderar sua construção coletiva.

Como premissa fundamental, os autores afirmam que o Desenvolvimento à Escala Humana diz respeito às pessoas e que o melhor desenvolvimento é aquele que promove a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, dependente das condições que possibilitam a realização das necessidades humanas. De acordo com os autores, cada pessoa ou sociedade desenvolve “satisfatores”<sup>1</sup>, por meio dos quais tais necessidades se realizam conforme a cultura e o momento histórico (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010). Dessa forma, ao considerar essa perspectiva, entende-se que a partir da identificação de como as necessidades humanas são efetivamente realizadas, ou não, é possível aprofundar-se sobre a forma como o desenvolvimento ocorre em um território específico, e, mais importante, se ele realmente está ocorrendo. Nesse sentido, entende-se como relevante o olhar atento às necessidades

---

<sup>1</sup> Satisfatores, de acordo com Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn (2010) são a forma pela qual a necessidade é expressa; ou seja, são as expressões e meios concretos (ações, políticas, ambientes, relações) por meio dos quais, em cada contexto, as necessidades fundamentais se realizam e promovem o desenvolvimento humano.

humanas como essencial para orientar ações capazes de construir um desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável, em meio à complexidade do mundo pós-moderno.

Na atualidade, é inegável que a humanidade se encontra em crise. Habita-se em um planeta ameaçado por uma produtividade cega, que consome recursos vitais à vida de todos os seres vivos. A crise climática, as guerras já instaladas e a possibilidade de novos conflitos em diferentes territórios colocam ainda mais as pessoas em risco, incrementam a desigualdade e acirram os movimentos migratórios em busca de uma sobrevivência digna e pacífica. Sendo também evidente que mesmo passado muito pouco tempo da pandemia da Covid-19, enfrenta-se efeitos duradouros ainda não superados, nos quais sistemas de saúde, educação e proteção social continuam fragilizados e as desigualdades amplificadas em diversos aspectos.

Há consequências persistentes que evidenciam que efeitos socioeconômicos desencadeados e/ou expandidos pela pandemia estão presentes no cotidiano das pessoas e em setores da economia que ainda buscam a recuperação. O setor de serviços, e de forma particular o turismo e todas as atividades que integram a sua cadeia produtiva, passaram por adaptações de seus modelos de funcionamento, estabelecendo novas formas de organização e relações de trabalho. Além de que, diferentes estratégias mercadológicas dos serviços promoveram mudanças significativas no setor, instigando a competitividade entre os destinos, pressionando as necessidades humanas e moldando comportamentos na atualidade.

Diante disso, buscando ir além dos indicadores econômicos tradicionais e interrogando a capacidade real do turismo em promover qualidade de vida daqueles que formam a sua base produtiva, embora compreende-se que essa base não se restringe apenas ao capital humano, mas abrange também elementos como infraestrutura, recursos ambientais, tecnológicos e institucionais que sustentam a dinâmica do destino turístico. Ainda assim, destaca-se o papel central do ser humano nesse processo, uma vez que o turismo enquanto um fenômeno social, se concretiza nas relações e experiências de vida dos indivíduos que o constituem. Nesse contexto, emerge a pergunta-problema que orienta esta pesquisa é: Como o desenvolvimento do destino turístico do município de Canela/RS, sob a ótica da Escala Humana de Max-Neef, contribui para o atendimento das necessidades humanas dos trabalhadores do setor de turismo?

O objetivo geral do estudo é analisar como o desenvolvimento do destino turístico do município de Canela/RS, sob a ótica da Escala Humana de Max-Neef, contribui para o atendimento das necessidades humanas dos trabalhadores do setor de turismo.

Quanto aos objetivos específicos, incluem-se:

- a) contextualizar o perfil socioeconômico dos trabalhadores do setor de turismo do destino turístico do município de Canela/RS;
- b) identificar as necessidades humanas realizadas dos trabalhadores do setor de turismo do destino turístico do município de Canela/RS;
- c) examinar se o desenvolvimento do destino turístico do município de Canela/RS contribui para a satisfação das necessidades humanas.

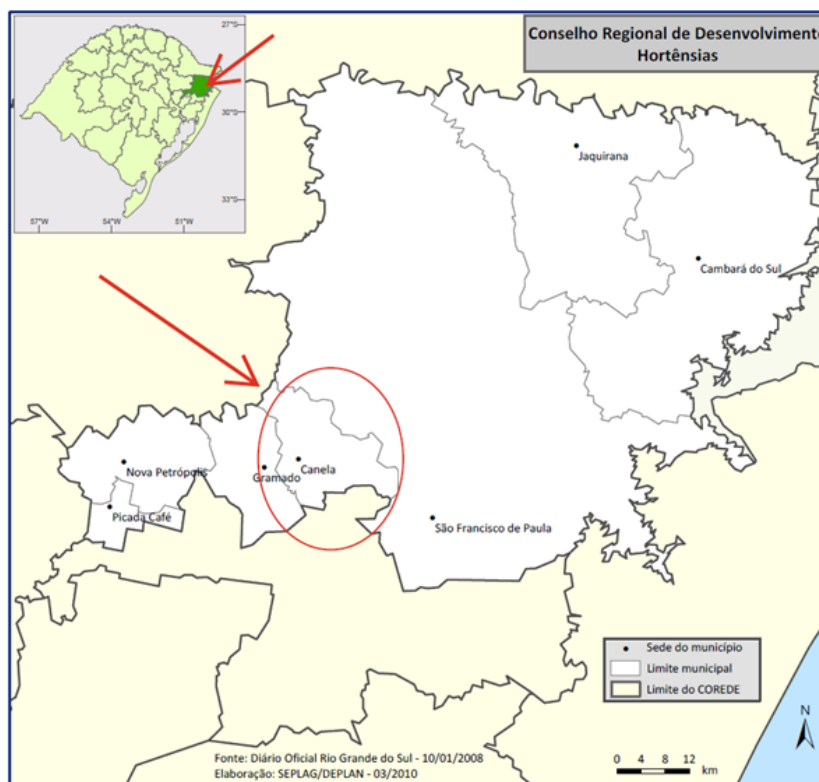
Essa análise se faz necessária porque o turismo, ao mesmo tempo em que pode gerar emprego e renda, é capaz também de intensificar desigualdades e precarizar relações de trabalho. Esta pesquisa traz luz sobre uma dimensão muitas vezes negligenciada no turismo: a condição humana dos trabalhadores, visto que grande parte dos estudos tem se concentrado em dimensões econômica e ambientais, deixando em segundo plano os aspectos humanos e subjetivos relacionados ao desenvolvimento. Além disso, este trabalho propõe um olhar inovador, buscando revelar como as práticas econômicas e sociais se articulam com a realização das necessidades humanas em um destino turístico.

Nesse sentido, compreender a realidade vivenciada pelos trabalhadores torna-se fundamental para aprofundar o conhecimento acerca do que o desenvolvimento do turismo no município de Canela/RS, efetivamente, proporciona ou deixa de proporcionar a esses indivíduos e suas famílias. Os resultados advindos desta pesquisa não somente são relevantes para a promoção de um entendimento aprofundado da realidade, mas também podem fomentar reflexões críticas no âmbito da gestão de destinos turísticos, além servir como subsídio para políticas públicas que considerem as necessidades humanas.

O município de Canela, localizado no Sul do Brasil, com uma população estimada pelo IBGE de 50.715 (IBGE, 2025a), é um destino turístico que atrai visitantes de todo o país e de outras nacionalidades. Segundo dados da Prefeitura Municipal (Canela, 2023), o número de visitantes no município em 2021 foi cerca de 5.867.727 pessoas. Canela é referência para o turismo no Rio Grande do Sul (RS),

integrando o Mapa do Turismo Brasileiro, sendo um dos cinco municípios que compõem a Região das Hortênsias, localização conforme o Mapa do Rio Grande do Sul e COREDE Hortênsias, Figura 1 (Rio Grande do Sul, 2022).

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul e COREDE Hortênsias



Fonte: Rio Grande do Sul (2022).

Inserido no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Hortênsias, o município pertence à Região Funcional 3, juntamente com os COREDEs Serra e Campos de Cima da Serra. Canela localiza-se próximo de municípios de relevância econômica, tecnológica e educacional, estando a 120 km de Porto Alegre, capital do estado. Seu desenvolvimento ao longo das últimas décadas foi fortemente impulsionado pela expansão do turismo, que se consolidou como principal atividade econômica, transformando a paisagem urbana, dinâmica social e organização do trabalho. O clima ameno serrano, o charme do inverno, as belezas naturais e a infraestrutura turística passaram a ser fatores que contribuíram para tornar Canela um destino bastante conhecido e visitado. Esse movimento de crescimento trouxe consigo desafios que vão além dos benefícios econômicos e número de visitantes, uma vez que envolve pessoas, relações de trabalho e qualidade de vida.

A compreensão do turismo em Canela requer, ainda, considerar sua inserção em uma dinâmica regional marcada pela relação com o município vizinho Gramado. Embora Canela e Gramado sejam frequentemente apresentados como destinos complementares, sua relação territorial vai além da cooperação turística e revela uma configuração socioespacial marcada por interdependências e assimetrias. Integrando a Região das Hortênsias, as duas cidades compõem um arranjo turístico regional, no qual a oferta de atrativos, hospedagem, gastronomia e serviços se articulam em uma lógica compartilhada de produção de destino, orientada por estratégias de encantamento e experiências voltadas aos visitantes. Nesse processo, o turismo se consolida como força estruturante da economia local, mas também como elemento capaz de redefinir usos do território, concentrar atividades e visibilidade em áreas de maior atratividade turística, além de intensificar a disputa por destaque, investimentos e prestígio entre os municípios.

Essa dinâmica, no entanto, não se limita à dimensão econômica e simbólica do turismo, pois repercute diretamente nas relações sociais e nas condições de vida da população residente. A circulação de trabalhadores e prestadores de serviços entre Canela e Gramado expressa um movimento pendular que evidencia a relação de interdependência entre os dois municípios, revelando a complementariedade de suas funções urbanas e a centralidade do setor de serviços na organização do cotidiano regional. Essa articulação transcende a circulação de pessoas e serviços, estando presente também na organização do espaço urbano, com a ocupação progressiva da “Avenida” denominada RS 235, que liga Canela e Gramado, por meio de novas estruturas urbanas, evidenciando um processo de adensamento e continuidade territorial, aproximando os dois municípios e reforçando a interdependência funcional que caracteriza essa dinâmica regional. Assim, por trás da imagem de destinos que encantam e promovem boas experiências aos turistas, subsistem tensões que incidem sobre as comunidades locais, revelando que o desenvolvimento turístico é também campo de conflitos e contradições.

O turismo é uma atividade multifacetada que modifica o território e a sociedade nos quais se insere, ao mesmo tempo em que é moldado pelas características sociais, culturais, econômicas e políticas desse contexto. Assim, a forma como o turismo se manifesta e é conduzido resulta de escolhas sociais e institucionais, refletindo valores, interesses, disputas e projetos de sociedade materializados no espaço. Essa relação entre turismo, território e sociedade pode ser observada de forma concreta em

destinos já consolidados, nos quais as transformações espaciais e sociais evidenciam tanto os benefícios econômicos quanto as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento adotado.

Em regiões turísticas como Canela, o aumento do fluxo de visitantes e a conseqüente valorização econômica do destino provocam transformações significativas no cotidiano da população local. O que antes era uma cidade de perfil interiorano e atividades econômicas ligadas ao extrativismo e à indústria da madeira, transformou-se em um polo de serviços, lazer e hospitalidade; fato que, embora positivo sob o ponto de vista econômico, suscita questionamentos sobre como este território se beneficia da evolução do turismo, mas principalmente de que forma os trabalhadores do setor têm suas necessidades humanas atendidas, uma vez que é também nos indivíduos que se concentra a força propulsora para o desenvolvimento do turismo.

Ao mesmo tempo em que crescem o número de novas edificações – principalmente verticais em áreas mais nobres da cidade – relata-se o avanço de áreas de ocupação irregular no município, com construções que não atendem aos padrões mínimos de habitabilidade, resultando em condições precárias de moradia para uma parte da população. Percebe-se que ao mesmo tempo que o destino busca o incremento do número de visitantes a fim de garantir a sustentabilidade econômica, os serviços essenciais, como educação e saúde, não conseguem atender à demanda crescente.

Em Canela, observa-se nas últimas décadas um expressivo crescimento, impulsionado por migrações em busca de oportunidades de emprego e uma melhor qualidade de vida. Entretanto, esse crescimento não foi acompanhado por políticas públicas eficazes, capazes de assegurar infraestrutura urbana adequada e garantir boas condições de saúde, educação e habitação para todos os seus habitantes. Sendo assim, ao mesmo tempo em que o município se destaca no cenário turístico como a “Capital Nacional dos Parques Temáticos”, surgem desafios, como o aumento do custo de vida, a concentração de renda, precarização das relações de trabalho e a crescente dificuldade de acesso à moradia. Reconhece-se a importância das pessoas nesse contexto, em que aspectos físicos e ambientais, como a infraestrutura turística criada e recursos naturais e culturais, não são suficientes para a manutenção do turismo em um território, e sim a capacidade da articulação social da comunidade e das condições sob as quais os indivíduos vivem e têm suas necessidades realizadas

a fim de poderem participar e contribuir para um processo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Enquanto município economicamente dependente do turismo, Canela reflete sintomas que suscitam questionamentos acerca do ciclo de vida de um destino turístico, como descrito por Butler (2008). Visto que se observa uma diminuição do fluxo turístico, redução do tempo de permanência e mudanças na identidade do território, entre outros aspectos que comprometem a sustentabilidade social, econômica e ambiental enquanto um destino. Paralelamente e de forma contraditória, ao mesmo tempo que se percebe uma crescente preocupação em se tornar uma tendência, ser imagem e ficar esteticamente agradável, compromete-se o bem-viver e distancia-se de virtudes mais elevadas, como tratado por Lipovetsky e Serroy (2015), que apontam que, enquanto sociedade, acabamos por nos distanciar e confrontar com valores como saúde, educação e respeito pelo meio ambiente, entre aspectos que expõem a existência humana de forma problemática em todas as suas dimensões.

Nota-se, nesse sentido, dificuldade na compreensão das reais condições que permeiam a evolução do turismo no município. Tal desafio não se restringe apenas à análise ou conhecimento de indicadores econômicos ou fluxos turísticos, mas se evidencia, sobretudo, na maneira como os indivíduos vivenciam e percebem cotidianamente as transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais em Canela. Notadamente, as formas de sobrevivência e adaptação das pessoas, de uma forma geral, parecem marcadas por processos de naturalização e, até mesmo, alienação, nos quais a precariedade e desigualdade tendem a ser aceitas como parte do processo da rotina local, nacional e global.

Com base nesse entendimento, Canela representa mais um território em descompasso, onde há uma tendência de negar, minimizar ou até de não buscar a identificação das fragilidades e limitações vividas verdadeiramente. Entende-se que, tal postura, revela uma visão míope da realidade, que limita a capacidade de reconhecer, compreender e enfrentar as vulnerabilidades sociais e desenvolver potencialidades. Ressalta-se, portanto, a necessidade de ampliar o olhar crítico e fomentar a construção de uma compreensão em profundidade com o olhar humano, como propõe o Desenvolvimento à Escala Humana de Max-Neef, que oferece uma lente analítica inovadora.

Com o objetivo de analisar o desenvolvimento do destino turístico de Canela sob a perspectiva da Escala Humana de Max-Neef, no que se refere ao atendimento das necessidades humanas, reconhece-se que, embora os efeitos desse

desenvolvimento se manifestem no município como um todo, este estudo delimita seu foco nos trabalhadores do setor turístico, nos segmentos de parques temáticos, gastronomia e hotelaria. Adota-se uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, cujos procedimentos de coleta de dados envolveram a utilização de informações secundárias e estudo de campo, com aplicação de questionários aos trabalhadores do setor de turismo. A análise de dados também se apoia nos princípios do Desenvolvimento à Escala Humana de Max-Neef, buscando identificar quais necessidades atendidas e quais permanecem insatisfeitas no contexto do turismo local.

O estudo foi dividido em cinco capítulos:

- a) o primeiro corresponde à introdução, na qual são expostos o contexto, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e o método;
- b) o segundo apresenta uma revisão teórica sobre o Desenvolvimento à Escala Humana, e, com igual relevância, aborda o turismo como fenômeno social e econômico;
- c) o terceiro capítulo é dedicado à metodologia empregada no estudo;
- d) a quarta parte apresenta os resultados, considerando a caracterização do município de Canela, análise socioeconômica do território explorado e abordagem do destino turístico sob a ótica do desenvolvimento humano de Max-Neef;
- e) por fim, no quinto e último capítulo, são apresentadas as considerações finais, nas quais são apontadas as principais contribuições e limitações da pesquisa.

A relevância desta pesquisa reside no olhar sensível dos efeitos do turismo a partir das percepções dos trabalhadores do setor. O estudo busca evidenciar as contradições do turismo em Canela, promovendo uma reflexão crítica sobre formas mais inclusivas, participativas e socialmente responsáveis de desenvolvimento local. Ao adotar a perspectiva do Desenvolvimento à Escala Humana, pretende-se contribuir para a compreensão de que a evolução de um destino turístico não se mede apenas pelo desempenho econômico ou fluxo de visitantes, mas pela capacidade de promover dignidade, bem-estar e realização daqueles que o constroem diariamente. Espera-se que os resultados possam orientar políticas públicas e estratégias que melhorem a qualidade de vida não somente dos trabalhadores do setor, mas da comunidade de forma geral, fomentando reflexões para a gestão de destinos turísticos e futuras pesquisas nesse sentido.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Desenvolvimento à Escala Humana: fundamentos e desdobramentos

#### 2.1.1 Desenvolvimento

No que diz respeito à definição de desenvolvimento, não há um único conceito nem tão pouco uma única compreensão para quem se destina ou quanto aos caminhos necessários para alcançá-lo (Cardoso, 2024). Segundo Riedl (2021), um conceito amplamente difundido e aplicado em diversos setores, sendo a ideia de desenvolvimento registrada na literatura desde os primórdios da ciência. O autor aponta que ainda atualmente os países têm sido classificados conforme o seu Produto Interno Bruto (PIB) e renda *per capita*, observando que, sobre essa perspectiva, desenvolvimento e crescimento são vistos como sinônimos, porém este indicador tem sua inadequação e limitação comprovada. O conceito de desenvolvimento foi evoluindo gradualmente a partir de pesquisas sobre os comportamentos das sociedades e os fatores que influenciavam um nível mais elevado de consumo e qualidade de vida, como aponta Bassan (2014), sendo que, para a autora, o desenvolvimento requer indicadores que informem dados que possam demonstrar o nível de vida da população.

Contrastando com visões mais restritas de desenvolvimento, Sen (2021, p. 6) considera que:

O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento.

Sendo assim, conforme esclarecido por Sen (2021), desenvolvimento só é possível quando se eliminam os principais fatores que limitam a liberdade, como pobreza e opressão, falta de oportunidades econômicas e exclusão social contínua, além da precariedade dos serviços públicos e intolerância ou excesso de controle por parte dos governos autoritários.

Ao discutir sobre inúmeros conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade, assim como diferentes formas de mensurá-los, (Veiga, 2005) afirma que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferências de Estados repressivos.

Em sua obra, Veiga (2005, p. 81) afirma que é de Celso Furtado a melhor forma de esclarecer o que é desenvolvimento, em um texto publicado no final de 2004, quando o eminente jurista descreve que o desenvolvimento vai além do simples acúmulo de recursos e/ou da disponibilidade desses para investimentos, mas depende de um projeto social que tenha como prioridade o bem-estar coletivo. Assim, o crescimento só se converte em desenvolvimento quando está comprometido com a melhoria real das condições de vida da população.

#### 2.1.2 Desenvolvimento humano

Ao abordar o desenvolvimento humano, Alkire (2002) defende a abordagem multidimensional e participativa das necessidades humanas, esclarecendo que, ao considerar essas necessidades, permite-se que uma comunidade interprete sua própria situação de forma holística. Em sua análise, a autora argumenta que a especificação de dimensões é fundamental para garantir que a análise do desenvolvimento não se limite a índices econômicos ou materialistas, mas que reflita o conjunto complexo de motivos, valores e experiências que realmente importam às pessoas de uma comunidade. A autora propõe que as dimensões do desenvolvimento humano deveriam ser reconhecidas pela própria prática cotidiana dos sujeitos, ou seja, pelo que eles valorizam e vivenciam coletivamente. A partir disso, Alkire (2002) sugere que a abordagem multidimensional permite capturar aspectos diversos da pobreza e do bem-estar, ampliar possibilidades de ação e corresponder às aspirações coletivas de melhoria da qualidade de vida.

As discrepâncias entre o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais em países do Terceiro Mundo levaram a comunidade científica a investigar aspectos, resultando na elaboração de indicadores sociais por volta de 1960, visto que o PIB *per capita* apresentava insuficiência como uma medida de bem-estar social (Bassan, 2003). Nessa busca por uma medida mais adequada, diversos teóricos

passaram a debater o que comporia o desenvolvimento humano e o papel das necessidades e capacidades das pessoas.

O conceito de DH foi influenciado pela abordagem das capacidades formulada por Amartya Sen, publicada primeiramente no livro *Commodities and Capabilities* em 1985, fornecendo os fundamentos teóricos para o desenvolvimento humano, como descrito por Pugno (2017), que realiza uma análise das sugestões dos economistas Sen e Tibor Scitovsky, que podem ser considerados complementares em suas contribuições na reformulação da economia do bem-estar. Sendo assim, Pugno (2017) considera que a abordagem de Sen é focada no desenvolvimento humano como liberdade de privações, enquanto Scitovsky preocupa-se em como as pessoas podem expandir sua capacidade interna, apresentando um conceito denominado “habilidade para a vida”, que, em sua análise, aproxima-se do conceito “fatores de conversão pessoal” de Sen, como descreve Pugno (2017).

Na perspectiva de Sen (2021, p. 12), “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Este economista aponta para um questionamento sobre o que o desenvolvimento humano pode fazer. Em resposta, explica que a criação de oportunidades sociais, como o acesso à saúde e educação, por exemplo, amplia as capacidades humanas e melhora a qualidade de vida, além de fortalecer as habilidades produtivas, podendo impulsionar o crescimento econômico.

O tema qualidade de vida é avaliado por Drastichová e Filzmoser (2021), que o caracterizam como amplo e multidimensional, influenciado por fatores pessoais e ambientais e composto por dimensões subjetivas e objetivas, sendo considerado crucial para a sustentabilidade. Esse conceito tem se tornado cada vez mais presente nos discursos sociais e políticos no mundo moderno, sendo frequentemente utilizado como equivalente a bem-estar e ao próprio desenvolvimento humano (Pawliczek; Kurowska-Pysz; Smilnak, 2022).

Nesse contexto, o Índice de Desenvolvimento Humano, introduzido em 1990, buscou superar as limitações do Produto Interno Bruto (PIB), evoluindo com o passar do tempo na busca de conseguir atender a um processo mais amplo e complexo de contornar o conjunto de escolhas e oportunidades das pessoas, ampliando, assim, as liberdades humanas e valorizando as capacidades dos indivíduos (Pawliczek; Kurowska-Pysz; Smilnak, 2022). Mesmo que o IDH atue como referência para a mensuração do progresso do desenvolvimento humano e esforços tenham sido

empregados para adequá-lo, expandi-lo e suplementá-lo, o índice é considerado falho (Pawliczek; Kurowska-Pysz; Smilnak, 2022).

Segundo Alaimo e Seri (2023), mensurações mais inclusivas foram desenvolvidas, e o IDH tornou-se um dos principais indicadores de bem-estar por se constituir como uma medida que avalia o progresso em três áreas fundamentais: renda, educação e saúde. Os autores destacam o índice como uma alternativa ao PIB *per capita*, que se concentra apenas na dimensão econômica. As limitações do PIB como indicador de bem-estar ganhou amplitude entre pesquisados e especialistas, promovendo o nascimento de uma gama de indicadores de desenvolvimento, como descrevem Dědeček e Dudzich (2022), bem como Francesconi *et al.* (2023). Conforme Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2023) e Morse (2023), o desenvolvimento humano é multidimensional, portanto, vários fatores necessitam ser considerados na sua estrutura, estando em consonância com a formulação do conceito proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que o coloca como um processo de alargamento das escolhas pessoais.

Ao realizar uma análise histórica de publicações e de diversas iniciativas na esfera mundial, Francesconi *et al.* (2023) consideram que as tentativas pioneiras de repensar os índices de desenvolvimento tiveram início na década de 1970. Os autores destacam que, em 1987, a Organização das Nações Unidas, por meio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, publicou o Relatório Brundtland, que lançou as bases da Agenda 21.

Embora os temas da qualidade de vida, bem-estar e felicidade despertem interesse desde a Antiguidade, Francesconi *et al.* (2023) argumentam que a investigação científica sobre esses aspectos é recente. Os autores descrevem que as primeiras experiências voltadas à elaboração de uma abordagem ancorada em evidências para a política de qualidade de vida surgiram em 1972, sendo a primeira intitulada *The Limits to Growth*. A segunda iniciativa partiu do político holandês Sicco Mansholt, também em 1972, por meio de uma carta dirigida ao presidente da Comissão Europeia, na qual destacou a necessidade de repensar a forma de mensurar o desenvolvimento humano para além do PIB, utilizando pela primeira vez a expressão “Felicidade Interna Bruta”.

O desenvolvimento em âmbito global é medido por diferentes indicadores, como os já citados PIB e IDH ou o Índice de Progresso Genuíno. Nesse universo, o conceito de qualidade de vida (QV) torna-se relevante, pois auxilia na compreensão

das desigualdades espaciais e chama atenção para a formulação de políticas públicas, como apontam Zehba e Firoz, (2024). Ao longo do tempo, o debate entre “crescimento” e “desenvolvimento” se estende, bem como ao que de fato se propõe o “desenvolvimento”. Segundo o PNUD (2024), o IDH desenvolvido por Mahbub ul Haq, com a colaboração de Amartya Sen, oferece uma visão mais ampla do desenvolvimento humano, embora não cubra todos os seus aspectos. Nesse sentido, as críticas sobre a inconsistência, limitação e até deficiência com relação às falhas apontadas ao IDH são descritas por vários pesquisadores, como Zehba e Firoz (2024), Alaimo e Seri (2023), Morse (2023), Holubec e Tomka (2023), Dědeček e Dudzich (2022), Pawliczek, Kurowska-Pysz e Smilnak (2022), Kimengsi, Mukong e Balgah (2020), Cibulka e Giljum (2020) e Sant’Anna e Barreto (2020).

As perspectivas ampliadas do entendimento de desenvolvimento humano dialogam com as ideias de desenvolvimento de Furtado (2000) e Sampaio *et al.* (2022), que ressaltam a complexidade do tema em um contexto marcado pelo capitalismo e pela sociedade de consumo. Para Furtado, o desenvolvimento consiste na realização das potencialidades humanas, sendo as sociedades verdadeiramente desenvolvidas quando os indivíduos conseguem satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. Já Sampaio *et al.* (2022) destaca que vivemos em uma sociedade de mercado, na qual as relações sociais e econômicas são influenciadas pelos padrões de consumo. Esse cenário complexo reforça a necessidade de abordagens que valorizem não apenas o crescimento econômico, mas também o reconhecimento de inúmeras dimensões para a compreensão do desenvolvimento humano. Essa visão é apoiada por diversos pesquisadores que apontam para a multidimensionalidade da qualidade de vida e ampliação das capacidades humanas para o avanço efetivo do desenvolvimento humano.

### 2.1.2.2 *Necessidades humanas*

A correlação entre necessidades humanas e qualidade de vida tem chamado a atenção de filósofos e cientistas ao longo do tempo; sendo que as necessidades humanas podem motivar comportamentos e proporcionar satisfação, o que é reconhecido por muitas disciplinas, tais como: Serviço Social, Resolução de Conflitos e Direitos Humanos, entre outras (McKenna; Heaney, 2020).

Maslow (1943) propôs a hierarquia das necessidades humanas que, conforme McKenna e Heaney (2020), tem sido bastante adotada, principalmente no campo de gestão. As necessidades humanas, segundo Maslow (1943), são distribuídas em cinco categorias:

- a) Fisiológicas: inclui fome, sede, abrigo, sexo e outras necessidades do corpo;
- b) Segurança: inclui segurança e proteção contra danos físicos e emocionais;
- c) Social (amor e pertencimento): inclui afeição, aceitação, amizade e sensação de pertencer a um grupo;
- d) Estima: inclui fatores internos de estima, como respeito próprio, realização e autonomia; e fatores externos de estima, como status, reconhecimento e atenção;
- e) Autorrealização: contempla a intenção de tornar-se tudo aquilo que se é capaz de ser; inclui crescimento, alcance do seu próprio potencial e autodesenvolvimento.

Essas categorias são separadas por Maslow (1943) em patamares mais altos e mais baixos; ou seja, se organizam em uma hierarquia em que na medida que cada uma dessas necessidades é atendida, a próxima passa a ser dominante. As necessidades fisiológicas e de segurança são identificadas como necessidades de ordem inferior, sendo que as fisiológicas são consideradas por Maslow como as mais preponderantes de todas. Em seguida, na hierarquia, encontram-se as necessidades de segurança, as quais, segundo Maslow (1943), pressupõem que os indivíduos disponham de um ambiente seguro para viver de forma equilibrada.

O autor também esclarece sobre os pré-requisitos para a satisfação das necessidades básicas, condições tais como liberdade de expressão, liberdade de busca de informações, liberdade de autodefesa, justiça, honestidade, imparcialidade, entre outros exemplos, uma vez que a falta dessas liberdades pode colocar em risco o atendimento das necessidades. Ele considera as necessidades inferiores como mais localizadas, limitadas, tangíveis e observáveis do que as superiores; já as necessidades mais elevadas “exigem melhores condições externas para torná-las possíveis. Melhores condições ambientais (familiares, econômicas, políticas, educacionais, etc.)” (Maslow, 1987, p. 99, tradução nossa).

Ao analisarem outras teorias que envolvem as necessidades humanas, Osemeke e Adegboyega (2017) apresentam críticas e similaridades entre as

propostas teóricas de Maslow, Herzberg e McClelland. Os autores entendem que a hierarquia de necessidade de Maslow não é universal, uma vez que estas podem variar de acordo com o contexto cultural e diferenças individuais (como sexo e faixa etária), além das disponibilidades de recursos da região envolvida.

### 2.1.3 Outras abordagens acerca do desenvolvimento humano

A evolução conceitual do desenvolvimento humano reflete-se na multiplicidade de índices e abordagens que surgem desde os anos de 1960, influenciados pela crescente insatisfação com a quantidade e qualidade dos dados sociais disponibilizados, o que impulsionou um movimento denominado “movimento dos indicadores sociais” (Noll, 2004, p. 151, tradução nossa). A literatura progrediu da crítica ao IDH para propostas integradoras e estudos que enfatizam a complexidade multidimensional da vida subjetiva, do bem-estar humano e dos múltiplos fatores que afetam a vida dos indivíduos em contextos específicos.

No contexto das discussões contemporâneas sobre indicadores de bem-estar e desenvolvimento, os fatores que influenciam a qualidade de vida e as tendências do Índice de Desenvolvimento Humano são examinadas por Karpenko *et al.* (2019), que defendem uma abordagem holística da segurança social e do desenvolvimento, além de uma reformulação do IDH. Esses pesquisadores assinalam que, apesar de o desenvolvimento humano ser importante, ainda não se compreende bem de que maneira o entendimento e posicionamento da sociedade civil têm influência sobre as prioridades e tomadas de decisões acerca do desenvolvimento humano.

Em consonância com esse debate, embora o IDH seja alvo de críticas, como já mencionado anteriormente, Herrero, Martínez e Villar (2019) consideram que seja talvez o indicador de bem-estar multidimensional elaborado até então mais amplamente reconhecido. A diversidade nas estruturas populacionais e as características demográficas são importantes para as possibilidades de desenvolvimento, conforme destacam os autores, que propuseram o indicador *Demographically Adjusted Human Development Index* como uma variante do Índice de Desenvolvimento Humano. Os autores destacam que essa abordagem colabora para que os aspectos do envelhecimento populacional recebam atenção, assim como as parcelas entre jovens e idosos em uma população.

Dando continuidade às propostas que buscam ampliar a análise do IDH, Liang *et al.* (2019) debatem sobre a adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano incorporando indicadores de ecologia e justiça, propondo a introdução de um índice composto. Esses pesquisadores defendem que essa perspectiva tem como objetivo abordar os efeitos negativos da degradação ambiental e desigualdade social, colaborando assim para uma abordagem holística do desenvolvimento humano. Em perspectiva complementar, voltada ao monitoramento do progresso global, Halisçelik e Soytaş (2015) destacam a importância de estratégias integradas entre organizações internacionais e países para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como a necessidade de indicadores claros para medir o progresso. Os autores propõem um índice dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que permite estabelecer comparações entre países de acordo com sua evolução ao longo do tempo.

No âmbito dos componentes específicos que estruturam a noção de bem-estar, a saúde é identificada como um dos principais indicadores de qualidade de vida, tanto para o indivíduo como para uma nação, conforme Kilimova e Lysikova (2019). A pesquisa aponta que o critério qualidade de vida indica a sustentabilidade do desenvolvimento econômico da sociedade e a melhora da qualidade do bem-estar da população. A combinação de indicadores objetivos e subjetivos podem colaborar para estabelecer relações entre o padrão de vida objetivo e a satisfação com a vida de forma subjetiva, segundo as autoras.

No desdobramento das abordagens que incorporam dimensões não econômicas do desenvolvimento, com o intuito de examinar conflitos e efeitos do turismo em determinados contextos, algumas pesquisas têm se concentrado em medidas não econômicas, como a qualidade de vida de turistas, moradores de comunidade e trabalhadores que atuam na área da hospitalidade. Entidades internacionais, como a Comissão Europeia de Turismo e escritórios governamentais, dedicam-se em pesquisas envolvendo indicadores de desempenho de sustentabilidade em destinos com foco nas comunidades; sendo que elaborar e implementar indicadores de qualidade de vida adequados podem vir a colaborar para o desenvolvimento e governança dos destinos. A partir dessa perspectiva aplicada ao contexto turístico, os indicadores de qualidade de vida também podem ser abordados como indicadores de desempenho de forma independente ou de forma complementar, a indicadores convencionais de turismo. Segundo os autores, as principais categorias

de indicadores de qualidade de vida dos moradores de uma comunidade são o bem-estar econômico, do consumidor, social, de saúde e o ambiental, sendo que o desenvolvimento influencia esses efeitos (Uysal; Sirgy, 2019).

No aprofundamento metodológico dessa abordagem, os autores esclarecem que os indicadores objetivos (dados secundários fornecidos por organizações de turismo, agências e órgãos governamentais) precisam ser complementados por dados subjetivos. Destacam que os indicadores objetivos de qualidade de vida são identificados como de longo prazo, enquanto os subjetivos se apresentam como de curto prazo. Argumentam que há uma relação recíproca entre os indicadores de qualidade de vida e de desempenho, bem como defendem que a elaboração desses indicadores pode contribuir para a garantia da sustentabilidade e utilização adequada dos recursos do destino (Uysal; Sirgy, 2019).

Na investigação empírica das relações entre indicadores objetivos e subjetivos, ao avaliar dados de 105 países, Michalos e Hatch (2020) confirmam que os índices objetivos e subjetivos selecionados têm boa validade convergente, fornecendo, então, informações sobre a qualidade de vida e fatores como desigualdade e sigilo financeiro. Os autores utilizam 21 índices criados a partir de 5 originais, sendo os objetivos: Índice de Desenvolvimento Humano, Índice Ponderado de Progresso Social, Índice de Progresso Social e Índice de Sociedade Sustentável, além de um índice subjetivo: a Pesquisa Mundial de Felicidade. Enfatizam em suas conclusões a complexidade de mensurar a qualidade de vida, a relevância das relações entre medidas objetivas e subjetivas e a necessidade de pesquisas contínuas para a compreensão mais aprofundada do bem-estar em contextos mais específicos. Em consonância com essas evidências comparativas, o estudo de Cibulka e Giljum (2020) investiga as interações entre o uso de recursos, qualidade de vida e desenvolvimento econômico em 173 países. Os autores indicam que o crescimento econômico medido pelo PIB *per capita* nem sempre se correlaciona com melhorias na qualidade de vida, enfatizando que esta pode melhorar devido a fatores como equidade social, qualidade ambiental e bem-estar da comunidade.

Avançando no debate sobre a adequação dos indicadores tradicionais, o conjunto básico de indicadores do IDH e um conjunto de indicadores de desigualdade são considerados nos estudos de Sant'Anna e Barreto (2020), que destacam a importância de considerar a desigualdade e os desafios enfrentados pelos países de baixo desempenho, defendendo uma proposta mais abrangente e flexível para a

mensuração do desenvolvimento humano. De forma complementar, os resultados dos estudos de Makarova, Kalashnikova e Novak (2020) apontam para a existência de uma relação significativa entre a qualidade de vida em diferentes países do mundo, consumo de energia, participação de energia renovável, emissões de CO<sup>2</sup> e PIB. As conclusões corroboram para a necessidade e oportunidade de aprimorar a metodologia na avaliação da qualidade de vida incorporando indicadores econômicos e ambientais.

Em continuidade às análises que buscam identificar os fatores estruturantes do bem-estar, Drastichová e Filzmoser (2021), assim como os autores anteriormente mencionados, também identificam a saúde como um fator fundamental para a qualidade de vida, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável, embora reconheçam que alguns fatores sejam mais significativos do que outros. Esses pesquisadores avaliaram as relações entre 25 variáveis associadas à qualidade de vida e sua correlação com o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade, o *Happy Planet Index* e o *Healthy Life Years*.

No campo das discussões metodológicas sobre a construção de indicadores compostos, Shi e Land (2021) investigam a robustez e a sensibilidade dos métodos de elaboração desses índices, especificamente a Análise Envoltória de Dados e os métodos de Pesos Iguais/Minimax. Ambos são aplicados aos conjuntos de dados do Índice de Desenvolvimento Humano e do *Child and Youth Well-being Index*. Ao enfatizarem as diferenças metodológicas, os autores apontam as implicações dessas abordagens para a formulação de políticas públicas e para análises sociais baseadas em indicadores sociais compostos.

A partir de uma abordagem empírica centrada em contextos regionais, Sarpong e Bein (2021) analisaram 26 países da África Subsaariana, concluindo que a governança e o desenvolvimento sustentável aprimoram a qualidade de vida. Entretanto, a Assistência Oficial de Desenvolvimento apresentou relação negativa com a qualidade de vida. Os resultados possuem implicações políticas, pois alertam para a necessidade de que se atribua maior importância aos aspectos de sustentabilidade e governança. Em uma perspectiva que amplia o olhar para as dimensões socioculturais do desenvolvimento, Gau, Duong e Kim (2022) analisam a diversidade de atividades esportivas de lazer e sua relação com indicadores de desenvolvimento econômico, social e humano em 34 países. O estudo contempla diferentes áreas da sociedade, como saúde, exercício e economia, resultando na

proposição de um índice geral de diversidade esportiva de lazer, passível de associação ao nível de desenvolvimento e ao progresso social de um país.

Reforçando as críticas às métricas econômicas tradicionais, evidências que apoiam as limitações do PIB *per capita* como medida de desenvolvimento são apresentadas por Dědeček e Dudzich (2022), estabelecendo comparativos ao IDH, além de discutirem sobre índices alternativos. Os autores sugerem que os formuladores de políticas se concentrem em abordar os fatores que influenciam a diferença entre o desenvolvimento e o PIB, ampliando a análise para condicionantes de natureza geográfica. Pawliczek, Kurowska-Pysz e Smilnak (2022), ao analisarem 141 países, concluem que há uma correlação significativa entre o IDH, o Índice Mundial de Felicidade e a latitude. Os autores destacam a necessidade de novas pesquisas sobre os motivos e os efeitos das disparidades na qualidade de vida em diferentes regiões, além de sugerirem uma nova teoria com base em aspectos geográficos.

Na intenção de aproximar a teoria do desenvolvimento humano e contextos específicos, o estudo de Murray e Pauw (2022) aborda a teoria das necessidades de Max-Neef, que se apresenta como uma tentativa de guiar o processo de desenvolvimento em direção a uma qualidade de vida melhorada, correlacionando-a com os domicílios. A ferramenta proposta foi capaz de colaborar para um bom entendimento dos padrões de vida, necessidades e percepções dos membros das comunidades de forma objetiva e subjetiva. Conforme apontam esses autores, a evolução dos destinos turísticos enquanto produtos econômicos percorrem várias fases de desenvolvimento, que despertam nas comunidades comportamentos e respostas diferentes dos atores envolvidos. Essa noção de um destino apresentar-se de forma dinâmica também é defendido por McKercher e Wong (2021) e Su, Yang e Swanson (2022).

Sob a perspectiva de divulgação e interpretação pública dos indicadores, Morse (2023) analisa a cobertura jornalística do IDH, divulgado nos Relatórios de Desenvolvimento Humano e elaborado pelo PNUD. Morse sugere que a narrativa da mídia associa com frequência os termos qualidade de vida e bem-estar ao IDH, tendendo a favorecer o mundo desenvolvido em detrimento do mundo em desenvolvimento.

A partir de uma leitura histórica do campo, os estudos de Francesconi *et al.* (2023) apontam que desde a década de 1990 houve uma revisão fundamental nas

abordagens sobre o desenvolvimento humano, com maior foco em qualidade de vida, bem-estar e felicidade, desafiando o PIB como indicador de progresso. Os autores revisam a evolução de diversos índices que surgiram para mensurar o bem-estar e discutem seus efeitos nas políticas e sistemas educacionais, propondo uma análise crítica do movimento da qualidade de vida. Apesar desse avanço conceitual e metodológico, mesmo com a crescente literatura que aborda o bem-estar subjetivo, Kulkarni *et al.* (2023) argumentam que poucas pesquisas têm como foco os países em desenvolvimento. Os autores, utilizando-se dos dados da Pesquisa de Desenvolvimento Humano da Índia, identificam os fatores associados às mudanças no bem-estar subjetivo naquele país.

Tendo como base análises empíricas em contextos urbanos específicos, Moghayedi *et al.* (2023) avaliaram municípios sul-africanos, correlacionando as características socioeconômicas dos agregados familiares e as condições de vizinhança com o bem-estar dos indivíduos. A pesquisa indicou que a pobreza, as habitações inadequadas e a insegurança nos bairros configuram fatores determinantes para a baixa qualidade de vida e para níveis reduzidos de bem-estar físico e mental, o que resulta em uma resiliência fragilizada dos residentes. A questão do bem-estar físico e mental, em termos individuais e familiares, em bairros de baixa renda constitui uma preocupação significativa na África do Sul, assim como em outros países em desenvolvimento.

Tendo como foco as questões institucionais que compõem o desenvolvimento, a pesquisa de Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2023) investiga a transparência orçamentária e desenvolvimento humano, tendo como referência 110 países. Como conclusão, entendem que um maior nível de transparência orçamentária colabora positivamente com o desenvolvimento humano, apontando para uma implicação teórica, que é o conceito complexo de DH, que envolve diversos fatores. Já em uma perspectiva econômico-financeira aplicada à qualidade de vida, a relação entre a capacidade financeira e os indicadores de QV estão correlacionados em alto grau de forma não linear, variando de acordo com o nível de desenvolvimento dos países, tornando-se mais forte nos países altamente desenvolvidos, como argumentado por Xiao e Bialowolski (2023). A importância deste estudo para as políticas públicas está na possibilidade de informação de estratégias em diferentes estágios de desenvolvimento humano.

Sob uma perspectiva comparativa de longo prazo, Holubec e Tomka (2023) analisam os componentes do IDH na Europa Centro-Oriental em comparação com a Europa Ocidental. Os autores propõem um novo conjunto de dados, possibilitando uma avaliação com variações de desempenho do IDH, integrando perspectivas de economia, sociologia e história, indo além das medidas econômicas tradicionais. Em um contexto nacional marcado por instabilidades recentes, Kovalyshyn, V., Yaremak e Kovalyshyn, O. (2023), identificam os principais fatores que exercem influência no Índice de Desenvolvimento Humano na Ucrânia entre 2014 e 2022, bem como as principais dificuldades enfrentadas do ponto de vista social, ambiental e econômico. Apontam para ações que podem aprimorar a qualidade de vida, além de defenderem uma transição para uma economia inovadora.

No debate sobre as críticas e limitações metodológicas ao IDH, Alaimo e Seri (2023), analisam o índice e destacam dois aspectos que normalmente compõem as críticas: o conceito de desenvolvimento humano, os fatores que o integram e o determinam e como outros diferentes indicadores podem ser somados ao IDH. Os autores propõem dois métodos de abordagem agregativo-compensatório na tentativa de alcançar soluções para algumas críticas ao IDH, porém apontam também para fragilidades. Ainda assim, de acordo com esses pesquisadores, ao longo do tempo, o Índice de Desenvolvimento Humano consolidou-se como um dos principais indicadores de medição do bem-estar.

Por fim, no exame das relações entre políticas públicas e bem-estar subjetivo, Hennig e Laier (2023) analisam a relação entre políticas nacionais e satisfação com a vida em 27 países, apoiando-se na teoria do capital social de Lin e na teoria da função de produção social de Lindenberg. Os autores indicam que a satisfação com a vida é influenciada pelas condições de estrutura e espaços de possibilidade em uma sociedade, porém nenhuma correlação foi constituída entre o nível de prosperidade de um país e a satisfação com a vida.

Os estudos analisados evidenciam um movimento consistente de ampliação das abordagens sobre desenvolvimento humano, qualidade de vida e bem-estar, superando em parte a centralidade exclusiva dos indicadores econômicos tradicionais. A literatura aponta para a necessidade de incorporar dimensões sociais, ambientais, institucionais, culturais e subjetivas na mensuração do desenvolvimento, bem como para o reconhecimento das limitações do IDH em captar a complexidade das realidades locais e regionais.

Nesse contexto, observa-se uma convergência em torno de abordagens multidimensionais e integradoras, que reforçam a importância de compreender o DH para além do crescimento econômico, das condições de vida e dos contextos socioterritoriais. Tais propostas também despertam o interesse de pesquisadores que têm como foco os destinos turísticos, uma vez que esses conceitos estão presentes na análise dos efeitos do turismo em territórios específicos, permitindo o estabelecimento de correlações e a ampliação das discussões sobre suas implicações socioeconômicas e humanas.

#### 2.1.4 Desenvolvimento à Escala Humana, abordagem de Manfred Max-Neef

O economista de renome internacional Manfred Max-Neef, reconhecido por suas contribuições e propostas inovadoras com foco em alternativas de desenvolvimento sustentável, na década de 1980 desenvolveu uma tese que chamou de “Economia à Escala Humana”, definindo critérios para compor uma matriz de necessidades humanas básicas (Azevedo, 2019). Em conjunto, com Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn, Max-Neef, elaborou a proposta do Desenvolvimento à Escala Humana, a abordagem baseia-se na articulação equilibrada das necessidades humanas fundamentais e na promoção da autodependência, buscando integrar o ser humano à natureza de forma harmônica. Essa perspectiva enfatiza a importância de conectar os processos globais e os comportamentos locais, de alinhar o planejamento à autonomia e fortalecer a relação entre sociedade civil e Estado. Ou seja, o DEH busca integrar dimensões humanas, sociais e ambientais, articulando as necessidades humanas fundamentais das pessoas com autodependência, sustentabilidade e equilíbrio entre o individual e o coletivo. É reforçado pelos autores que “As necessidades humanas, a autodependência e as articulações orgânicas são os pilares fundamentais que sustentam o Desenvolvimento à Escala Humana.” (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010, p.12, tradução nossa).

Esse enfoque argumenta que o desenvolvimento deve ser orientado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, respeitando seus contextos culturais, ecológicos e sociais e satisfazendo suas necessidades de maneira sustentável e equitativa. Um dos princípios fundamentais do Desenvolvimento à Escala Humana é o entendimento de que o “desenvolvimento refere-se a pessoas e não a objetos” (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010, p. 16, tradução nossa).

Nesse sentido, os autores afirmam:

Contestamos a pergunta nos seguintes termos: “O melhor processo de desenvolvimento será aquele que permita às pessoas melhorar ainda mais a sua qualidade de vida”. Surge imediatamente a próxima questão: “A qualidade de vida dependerá das possibilidades que as pessoas tenham para satisfazer adequadamente as suas necessidades humanas fundamentais” (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010, p. 16, tradução nossa).

Os autores descrevem que os indivíduos compartilham de um conjunto de necessidades humanas fundamentais – universais e inalteráveis – ao longo do tempo e das culturas, uma vez que cada sistema econômico, social e político terá formas distintas para satisfazer as mesmas necessidades humanas. Porém, as formas pelas quais as necessidades são expressas, denominam-se “satisfatores”, que variam de acordo com os contextos históricos, culturais e sociais. Apontam para o fato de que as necessidades podem ser satisfeitas de formas diversas, variando em níveis e intensidade, podendo ser satisfeitas em contextos distintos: a) em relação a si mesmo; b) em relação ao grupo social, ou seja de forma coletiva; e c) em relação ao meio ambiente ((Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010).

A abordagem proposta pelos autores permite ampliar a compreensão do conceito de pobreza, afirmar que as necessidades humanas não atendidas de forma adequada configuram uma manifestação de pobreza humana. Isso implica pensar a pobreza não apenas como uma condição econômica, mas como a insuficiência no atendimento das necessidades que repercutem diretamente a qualidade de vida e a dignidade das pessoas. Sob esse aspecto, os autores ressaltam que cada pobreza pode vir a gerar patologias, destacando o desemprego e a hiperinflação, e sugerem o medo também como patologia coletiva, sendo que pode estar correlacionado a manipulações ideológicas pela violência, pelo isolamento e marginalização e pela frustração dos projetos de vida. A satisfação das necessidades humanas, como trazem os autores, ultrapassa a lógica centrada no mercado, pois envolve o ser humano como um todo, já que prioriza a dignidade humana e a integração socioambiental, sendo que “as necessidades revelam de forma mais contundente o ser das pessoas, pois torna-se mais palpável através delas na sua dupla condição existencial: como falta e potencialidade” (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn (2010, p. 21, tradução nossa). Por conseguinte, as necessidades são concebidas como recursos, e não somente como falta, uma vez que podem impulsionar, estimular e mobilizar as pessoas.

Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010) esclarecem que os satisfatores não são bens econômicos (artefatos, tecnologias), pois estes constituem o meio pelo qual os indivíduos podem potencializá-los para realizar suas necessidades, sendo estes a forma pela qual a necessidade se expressa. Além disso, os satisfatores correspondem às maneiras históricas, culturais e contextuais por meio das quais as necessidades são atendidas; ou seja, representam modos, práticas e instituições, estando vinculados às estruturas. Conforme o sistema proposto pelos autores, as necessidades humanas fundamentais são divididas em duas categorias principais: as necessidades axiológicas e existenciais. Como categorias axiológicas, são sugeridas nove necessidades fundamentais, sendo: subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade e liberdade, apontando para uma possibilidade futura de uma décima necessidade: a transcendência. Já como categorias existenciais, contemplam: ser, ter, fazer e estar.

A perspectiva, do Desenvolvimento à Escala Humana organiza-se em sua formulação clássica, em nove necessidades fundamentais, estruturadas em um sistema interdependente. Em estudo recente, León *et al.* (2025), aprofundam a discussão da possibilidade da ampliação da matriz original. Os autores, propõem a integração da transcendência como a décima necessidade na matriz proposta por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, compreendida como uma dimensão que extrapola a satisfação material e relacional imediata, ampliando o debate sobre a realização humana em sua dimensão ética, existencial e simbólica. Ao explorar a transcendência sob múltiplas perspectivas, o estudo desafia concepções antropocêntricas, destacando a importância do ecossistema e da conexão entre os seres humanos e a natureza.

Nesse sentido, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010) apresentam uma “Matriz de Necessidades e Satisfatores” representada no Anexo A, a qual os autores ressaltam ser uma proposta aberta, admitindo aperfeiçoamentos futuros, o que é descrito por León, *et al.* (2025). Nesta Matriz, os satisfatores podem ter inúmeras características, sendo categorizados em cinco tipos, identificados como:

- a) violadores ou destruidores;
- b) pseudossatisfatores;
- c) satisfatores inibitórios;
- d) satisfatores singulares;

e) satisfatores sinérgicos.

Os primeiros apresentam efeito paradoxal e, de forma especial, são impostos como, por exemplo, a censura, o exílio e/ou a burocracia. Já os pseudossatisfatores promovem um falso sentimento de satisfação de uma necessidade. Quanto aos satisfatores inibitórios, esses satisfazem excessivamente, podendo vir a dificultar a satisfação de outras necessidades. Os satisfatores singulares atendem a somente uma única necessidade, enquanto os sinérgicos, ao satisfazerem a uma única necessidade, acabam contribuindo para a satisfação de outras (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010).

Os satisfatores podem ainda ser identificados como exógenos ou endógenos à sociedade civil. Conforme os autores, os endógenos são aqueles conduzidos e apropriados pelas próprias pessoas ou comunidades, de acordo com a sua cultura e contexto; já os exógenos são impostos, vindos de instituições, governos ou mercados externos. Os satisfatores endógenos fortalecem a autonomia e a autodependência, são movidos na comunidade de baixo para cima, enquanto os exógenos podem gerar dependência ou inadequação às necessidades reais de cada grupo, e ocorrem de movimentos de cima para baixo (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010). O economista, ao defender um entendimento aprofundado sobre as necessidades humanas – indicando critérios e categorias que permitem que as necessidades sejam classificadas –, sugere que podem ser combinadas e organizadas; entretanto, o exemplo de matriz descrito no Anexo A não esgota os tipos de satisfatores. Max-Neef deixa claro que estes podem apresentar características que abarcam uma ampla gama de possibilidades.

As combinações descritas que permitem esta classificação contemplam “por um lado as necessidades de ser, ter, fazer e estar, e de outro as necessidades de subsistência, proteção, afeto, compreensão, identidade, liberdade, participação, lazer e criação” (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010, p. 17, tradução nossa). O Desenvolvimento à Escala Humana concentra-se em criar condições para que as necessidades fundamentais sejam atendidas de maneira equilibrada. Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn sugerem que a verdadeira pobreza não é apenas a ausência de recursos materiais, mas a falta de satisfatores adequados para as necessidades humanas; sendo assim, propõe a reinterpretação do conceito de pobreza.

O modelo de desenvolvimento defendido pelos autores deve respeitar os limites ecológicos e promover a equidade social, ser descentralizado e participativo, onde as comunidades locais desempenham um papel ativo na definição dos processos de desenvolvimento. O envolvimento das pessoas é fundamental para que as soluções sejam adaptadas às realidades locais e atendam às necessidades da população.

Ao propor um modelo de desenvolvimento centrado no ser humano, a abordagem de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn é bastante crítica com relação à visão predominante de desenvolvimento baseada no crescimento econômico e maximização do PIB (Produto Nacional Bruto). Argumenta que esse enfoque ignora o bem-estar das pessoas e pode exacerbar a desigualdade e degradação ambiental. Quanto ao PIB, o considera como um das “grandes abstrações” da ciência econômica, por ser “seletivo e discriminatório quando se refere à massa dos seres humanos” (Max-Neef, 1986, p. 40, tradução nossa). O DH é um processo que vai além de melhorias econômicas, envolve a plena satisfação das necessidades humanas dentro de contextos sustentáveis e inclusivos, em que o bem-estar das pessoas é o foco principal. Segundo Murray e Pauw (2022, p. 6, tradução nossa), “Max-Neef formulou uma nova teoria das necessidades para o desenvolvimento que, em grande medida, supera as deficiências da abordagem das necessidades básicas.”

## **2.2 Turismo em suas diferentes perspectivas**

O conceito de turismo é um tema bastante debatido. Conforme Ignarra (2021), o turismo é um fenômeno complexo que envolve o deslocamento voluntário de pessoas para locais distintos do seu cotidiano, motivado por lazer, negócios, estudo e outros interesses. Para o autor, a atividade turística engloba interações entre turistas e residentes, empresas e instituições, articulando oferta e demanda, espaço geográfico e operadores de mercado, corroborando com os estudos de Oliveira (2020).

De acordo com Ricco (2012, p. 169), “o turismo é um fenômeno social que surgiu como atividade organizada no século XIX, tendo se projetado como um fenômeno de massa a partir da Segunda Guerra Mundial”. A análise do turismo como um fenômeno social também é compartilhada por autores como Cohen (1979), Böröcz (1996), Krippendorf (1996) e Gomes e Souza (2021). Quanto aos inúmeros conceitos de turismo, o autor o descreve como um conceito em evolução, apontando

por exemplo, que em um momento histórico mais recente (a partir da década de 1980) agregou-se o entendimento de sustentabilidade ao turismo, embora os estudos científicos sobre os seus impactos iniciam na década de 1970, (Ruschmann, 2010). De forma semelhante a Ricco (2012), Kushano e Filippim (2021) apontam para as evoluções do turismo ao longo das décadas.

Para os autores supracitados, o turismo vem sendo reconhecido como uma atividade com significativa influência sobre múltiplas dimensões da vida humana, envolvendo interação entre diversos aspectos (economia, sociedade, política, cultura, entre outros), atuando como prática social que modifica a organização do espaço. Ricco (2012), Meneguel e Tricárico (2019), Ignarra (2021) e Santos e Costa (2022) destacam o turismo não apenas como uma atividade econômica, mas como um fenômeno social complexo.

Os conceitos e as formas de compreensão acerca do turismo são diversos, pois por envolvem uma ampla gama de fatores de forma inter-relacionada. Pesquisas desse campo científico com uma abordagem fenomenológica tem sido presentes na academia, embora as publicações internacionais o discutem com mais frequência do que as nacionais, o que é concluído por Meneguel e Tricárico (2019). O que é justificado por Santos e Costa (2022), ao pontuar que na indústria turística vários fatores inter-relacionam-se, como econômicos, sociais, culturais e ambientais, contribuindo para a geração de empregos diretos e indiretos, que se dividem em vários setores, como hotelaria, gastronomia, transportes e outros.

### 2.2.1 O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social

Em uma esfera global, algumas economias ganham destaque e expansão. O turismo, enquanto fenômeno econômico consolidado no pós-Segunda Guerra, posiciona-se como um importante modelo de negócio, sendo frequentemente legitimado como uma “indústria” capaz de gerar crescimento e desenvolvimento econômico. Nesse contexto, é fortemente encorajado pela Organização Mundial do Turismo para ser implementado em localidades ricas em recursos naturais e culturais. Atualmente, o volume de negócios do turismo é comparado com as exportações de petróleo, produtos alimentícios ou automóveis (UNTWO, 2024). A UN Tourism (Agência Especializada das Nações Unidas) destaca o turismo como um fenômeno econômico e social e afirma que o setor “tem experimentado um crescimento contínuo

e uma diversificação cada vez mais profunda para se tornar um dos setores econômicos de crescimento mais rápido no mundo” (UNTWO, 2024, p. 1, tradução nossa). Considerado como um catalizador para a prosperidade das nações, o turismo é divulgado como uma possibilidade de assumir postura de “negócio sustentável” para os territórios, como apresentado pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres: “O turismo traz progresso. Como um dos maiores setores da economia global, ele tem grande poder de unir culturas, gerar novas oportunidades e promover o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2023, p. 1, tradução nossa).

O turismo pode ser uma atividade econômica significativa, com potencial para promover o crescimento em regiões que possuam condições que colaborem para o seu desenvolvimento. Dentre os benefícios e aspectos positivos que a atividade pode gerar, estão a colaboração na redução das desigualdades regionais e de renda e geração de divisas e empregos. Por ser incorporado no setor de serviços, utiliza mão de obra de forma intensa, o que passa a ser um dos fatores que pode promover o crescimento da economia de regiões e até de países, como esclarece Rabahy (2020).

Conforme Torkington, Stanford e Guiver (2020), a valorização do turismo como meio de alcançar objetivos sociais, políticos e ambientais – e não apenas como ferramenta de desenvolvimento econômico – tem recebido pouca atenção nas políticas públicas do setor. Ao se tecer uma análise de sete políticas nacionais de turismo de países europeus, nas quais pôde-se pesquisar os termos “crescimento” e “sustentabilidade”, os autores concluíram que a dimensão econômica do desenvolvimento sustentável predomina, enquanto a dimensão social está, em grande parte, ausente desses documentos ou é apresentada de forma vaga. Os autores dessa investigação argumentam que “há muito pouco sobre as pessoas nos documentos em geral, exceto suas funções”, como turistas, visitantes, consumidores, clientes ou anfitriões (Torkington, Stanford e Guiver, 2020, p. 24, tradução nossa). Consideram que é pouco provável que o turismo se torne sustentável, uma vez que as descobertas desafiam as possibilidades de que o setor público defenda as pessoas e ambientes dos excessos do mercado através das políticas de turismo.

As políticas públicas para o setor do turismo aplicadas no Brasil, analisadas criticamente, também oferecem espaço para muitas melhorias, como diagnosticado por Vilela e Costa (2020) em uma investigação de um período de 20 anos (de 2003 a 2022). Constatou-se:

- a) falta de encadeamento claro entre diagnóstico, objetivos e metas; ausência de padronização na definição dos indicadores e dificuldade em observar sua evolução;
- b) necessidade de melhor delimitação do escopo de atuação;
- c) a ausência de reflexão sobre a execução das intervenções propostas nos planos anteriores e de absorção limitada da inovação nos planos nacionais de turismo do Brasil.

Resultado de uma parceria entre o Ministério do Turismo e o Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Projeto “Brasil, essa é a nossa praia!” aborda o turismo responsável, enfocando temas como: sustentabilidade, turismo de base comunitária e segurança turística no Brasil. O projeto identifica como característica do turismo responsável o foco em impactos locais e a busca por soluções de curto e médio prazos, adaptadas à realidade de cada destino, promovendo parcerias e participação social (Barreto; Lanzarini, 2023). O protagonismo das comunidades anfitriãs é descrito pelos autores, que assinalam que os princípios do turismo de base comunitária definem seus valores, enquanto as diretrizes orientam o turismo a ser justo, solidário, responsável, enriquecedor e viável. No quadro Diretrizes do Turismo de Base Comunitária, a diretriz de número quatro dá destaque às necessidades das comunidades nos destinos turísticos, como descrito por Barreto e Lanzarini (2023, p. 90):

Criar e desenvolver ações de Turismo de Base Comunitária transversais ao desenvolvimento das comunidades, integradas às questões de saúde, segurança, educação, inclusão social, entre outras, reconhecendo a singularidade e as necessidades de cada comunidade.

Cabe destacar que o tópico Segurança Turística, incorporado na proposta dos autores do referido projeto, aponta que o tema segurança “integra as necessidades básicas dos indivíduos e da vida em coletividade em todas as suas dimensões” (Barreto; Lanzarini, 2023, p. 143).

Já no Plano Estratégico 2024-2027 da Embratur, o diretor-presidente desta agência brasileira, Marcelo Ribeiro Freixo, declara que: “Juntos, construiremos um futuro em que o turismo seja não apenas uma atividade econômica que gere emprego e renda, mas uma atividade transformadora e benéfica para o bem-estar do nosso povo e a preservação de nossa herança cultural e ambiental.” (Embratur, 2024, p. 5).

Entretanto, no documento, quando os objetivos estratégicos são apresentados, fica clara a visão para o mercado, onde “Perspectiva Sociedade” se encontra como objetivo estratégico 1: “Contribuir com a geração de divisas no país, com foco no fomento do turismo internacional e no aumento do ticket-médio do turista estrangeiro”, e como 2: “Aumentar a competitividade das empresas, destinos e produtos turísticos brasileiros a partir da internacionalização da oferta turística” (Embratur, 2024, p. 32).

Vê-se, portanto, que, no Plano Estratégico da Embratur analisado, dentre os oito objetivos apontados, não há menção, em nenhum deles, aos aspectos sociais envolvidos no turismo em relação às comunidades anfitriãs. Tal constatação alinha-se ao diagnóstico de Torkington, Stanford e Guiver (2020) e ao que, há muito, já apontava Higgins-Desbiolles (2006): a visão meramente economicista prejudica o entendimento do turismo como força social. Ademais, como argumenta Higgins-Desbiolles (2018), torna-se difícil concebê-lo como força moral quando, em uma época de capitalismo hiperneoliberal, ele é reduzido a negócio, indústria e motor de desenvolvimento.

Em escala estadual, no caso do Rio Grande do Sul, as estratégias orientam-se pelos fluxos turísticos, visando à promoção do desenvolvimento do estado. Em análise das Políticas Estaduais de Turismo, Bridi *et al.* (2022) observam que, no RS, os planos de turismo sofrem com desatualização, além de destacarem que o órgão gestor estadual enfrentou diversas alterações estruturais nos últimos anos, o que os leva a sugerir a ampliação de estudos sobre as políticas públicas implementadas a partir do uso de indicadores socioeconômicos relacionados à oferta turística. As políticas públicas desempenham papel fundamental no desenvolvimento harmônico do turismo, sobretudo em comunidades nas quais o turismo, como modelo de negócio, constitui um dos principais vetores de geração de receitas, como é o caso de Canela, localizada na encosta Nordeste da Serra Geral, no Rio Grande do Sul, na região da Serra Gaúcha.

### 2.2.2 Turismo, relações com o território e transformações

A história de Canela começa no início do século XX, com uma economia baseada na exploração madeireira e no movimento turístico denominado “veraneio”, que passa a ser promovido pelo clima ameno e belezas naturais (Canela, 2023). Esta fase se estabelece no período de 1920 a 1950, conforme descrito no ciclo econômico

de Canela (Fundação Luiz Englert, 2024); sendo assim, o turismo vem se consolidando e diversificando ao longo do tempo. Conforme o turismo se desenvolve em um território, a compreensão de que, enquanto um modelo de negócio, pode vir a atender as necessidades humanas, requer a adoção de uma abordagem mais ampla do que a sustentabilidade social envolve, como defendido por Santos (2023), cuja afirmação é de que o setor de turismo enfrenta desafios sob esse aspecto. Pesquisadores apontam que a maioria dos debates que envolvem turismo e sustentabilidade focam na possibilidade de conciliar crescimento econômico e proteção ambiental, sendo que questões relacionadas ao trabalho são frequentemente ocultadas como comentado por Ioannides, Gyimóthy e James (2021).

Sob o aspecto das condições de trabalho, Krippendorf (1996) destaca que as relações entre turistas e comunidades receptoras, bem como os custos do turismo aos quais a população local é submetida, figuram entre os temas que costumam ser mascarados, ocorrendo em todos os territórios onde a atividade se instala. A relação entre trabalho e turismo constitui fonte de tensão, visto que o setor se configura como uma “indústria de trabalho intensivo”, conforme descrito por Huertas-Valdivia (2022) e Martoni e Alves (2019). Ademais, Mooney e Baum (2019) consideram que as questões relativas aos trabalhadores do turismo permanecem marginais no debate acadêmico e político. Um ponto relevante destacado por esses autores é que migrantes tendem a estar mais vulneráveis à imposição de condições desfavoráveis nos destinos turísticos.

Nesse sentido, as relações com o trabalho e o setor de turismo vem sendo investigadas por apresentarem inúmeras complexidades, como apontam Magnani *et al.* (2021), incluindo a alta rotatividade, condições de trabalho insalubres, carga horária extensa e irregular, além da insegurança laboral vinculada aos riscos sociais aos trabalhadores, uma vez que estes aspectos integram o debate sobre a noção de trabalho decente no turismo. Embora este seja reconhecido como um importante gerador de empregos, há uma contradição inerente entre a sua relevância econômica e a precarização das condições de trabalho dos profissionais do setor. Analisando o território brasileiro, Meliani (2020) relata que a força de trabalho é caracterizada por baixos salários, jornadas extensas, instabilidade empregatícia e desvalorização, especialmente do trabalho feminino. Para o autor, a realidade laboral do turismo reflete e reforça desigualdades sociais, exigindo políticas que promovam a dignidade e a justiça do setor.

Conforme Alves (2020, p. 2), o turismo se destaca como um “segmento emergente de visibilidade econômica”, entretanto, no campo do turismo, as situações de trabalho apresentam fatores que colaboram para o adoecimento mental dos trabalhadores, tanto na esfera institucional das empresas, quanto num âmbito maior, como o contexto social. Sob esse aspecto, a contribuição de Sant’Anna, Vieira e Rambaldi (2020, p. 12) colaboram para a invalidação de que a promoção de empregos seja uma defesa e argumento satisfatório para fomentar o turismo, uma vez que “a depender dos contextos organizacionais e práticas de gestão, o servir pode subverter-se em servidão”.

Como abordado por Teles (2021), o turismo enquanto um fenômeno socioeconômico ocorre no território através da ação de atores sociais internos e externos, responsáveis pela transformação das configurações geográficas. Esses atores, conforme o autor, apropriam-se dos lugares, mobilizam recursos naturais e culturais, desenvolvendo infraestrutura, tecnologias e serviços, atribuindo significados tanto a bens materiais quanto imateriais. Esse processo envolve dinâmicas de poder distintas entre residentes e turistas, bem como entre produtores e consumidores.

Segundo Valente, Zaragozí e Russo (2023), a investigação de questões sociais em destinos turísticos contribui com evidências capazes de trazer à tona problemas complexos relacionados à produção social do espaço turístico, desafiando um dos principais argumentos do desenvolvimento do turismo: sua suposta capacidade de promover a prosperidade das comunidades de destino. A comunidade anfitriã pode sofrer, de diversas formas, os efeitos de um turismo que cresce de maneira desordenada, tornando-se fonte de preocupação para a população local, como afirmam Cibulka e Giljum (2020), bem como Jover e Díaz-Parra (2022). A investigação desses autores acerca dos fatores que podem afetar a sustentabilidade social das comunidades locais identifica aspectos como habitação, especulação imobiliária relacionada ao turismo, congestionamentos, privatização de espaços públicos e apropriação e mercantilização da cultura, entre outros.

Complementando essa discussão, a investigação de Dall’Agnol (2012) aponta igualmente para o surgimento de alguns aspectos negativos nas comunidades receptoras, como criminalidade, aumento do consumo de drogas, perda de identidade cultural da comunidade e poluição, além das comunidades sentirem-se excluídas dos processos de tomada de decisões sobre o turismo. A autora destaca que, por um lado, o turismo contribui com a criação de empregos e o fortalecimento econômico; por

outro, os próprios turistas podem causar efeitos que se configuram como uma carga física e social, corroborando com Costa (2024), que analisa insatisfações acerca do turismo. Fatos debatidos e estudados por esses autores se harmonizam com Ramkissoon (2023), que reúne evidências multidisciplinares sobre como os impactos sociais percebidos pelos moradores podem promover a qualidade de vida em diversos aspectos de um indivíduo. A abordagem multidisciplinar para a compreensão dos efeitos do turismo é proposta também por Kronenberg e Fuchs (2022).

Vale destacar a importância dessa investigação. Conforme defendem Lei, Suntikul e Chen (2023), embora a pesquisa se concentre naqueles envolvidos na força de trabalho do turismo, os impactos sociais são percebidos por todos os membros da sociedade, o que pode oferecer subsídios ao governo local e orientações para futuras políticas públicas. Ainda que a atividade turística seja frequentemente vista como importante fator de desenvolvimento, as comunidades receptoras não recebem a devida atenção, como apontam Dantas, N. e Dantas, A. (2021). Ademais, a falta de controle sobre os efeitos negativos do turismo pode desencadear atitudes antiturísticas por parte dos moradores, conforme argumentam Kim e Kang (2020), perspectiva que converge com as pesquisas de Qin *et al.* (2021) e com o que descrevem Kushano e Filippim (2021).

Desde a década de 2000, a literatura tem conferido maior destaque à qualidade de vida das comunidades locais em destinos turísticos, como identificam Santos-Júnior *et al.* (2020). Entretanto, a qualidade de vida dos residentes pode variar conforme o nível de desenvolvimento do destino, como investigado por Sirgy (2019). O estudo de McKercher e Wong (2021), ao analisar 202 países e territórios em âmbito mundial, corrobora a proposta de Butler (2008)<sup>2</sup> de que os destinos são dinâmicos e se transformam ao longo do tempo.

Para além da dimensão temporal, Su, Yang e Swanson (2022) abordam a dimensão espacial, avaliando como a qualidade de vida dos residentes pode se modificar à medida que o destino percorre diferentes estágios de seu ciclo de vida. A investigação evidencia não apenas indicadores materiais (como renda e emprego), mas também não materiais (como espaços verdes, aglomerações, ruído, poluição e

---

<sup>2</sup> Butler apresenta o modelo de Ciclo de Vida da Área Turística, que aponta que os destinos passam por um ciclo de vida desde a introdução, passando pelo crescimento, maturidade e pós-maturidade. Sendo que o estágio pós-maturidade, Butler sugere como um provável fim em declínio; já o rejuvenescimento coloca como possível, mas o entende como uma solução de curto prazo (Butler, 2008).

transporte público). Além disso, os autores incluem em sua análise a estrutura espacial núcleo-periferia, na qual a qualidade de vida se diferencia, apresentando padrões distintos conforme o estágio de desenvolvimento do destino. Nesse sentido, a partir da familiaridade do indivíduo com o espaço, o lugar torna-se realidade vivida, assumindo papel central nos estudos de percepção, pois é por meio dele que se desenvolvem as experiências e vivências do espaço. Como afirma Scheuer (2021, p. 31), trata-se do espaço “onde se estabelece o elo afetivo, tornando-o espaço vivido”. A autora estabelece correlação entre o lugar do morador e o espaço em que ocorre a atividade turística, indicando que ambos podem desenvolver relações distintas com esse lugar.

Para Scheuer (2021), o turismo não deve ser tratado como atividade isolada e desvinculada da realidade local, mas integrado às discussões acerca das necessidades e dos desejos da comunidade que dele depende. Essa perspectiva reforça a importância de conhecer a percepção dos moradores, que vivenciam diretamente os efeitos e as transformações gerados pelo turismo. As necessidades básicas dos residentes e as demandas crescentes nos diferentes estágios do ciclo de vida também são incorporadas às discussões de Su, Yang e Swanson (2022). Os autores argumentam que diversos dados podem ser obtidos por meio de monitoramento dinâmico e regular da qualidade de vida, contribuindo tanto para reflexões quanto para uma compreensão mais precisa do real valor das atividades turísticas nos destinos. Tais evidências podem incentivar gestores a aprimorar estratégias em aspectos específicos, com vistas à promoção da sustentabilidade, como assinala Santos (2023).

O desenvolvimento do turismo e seus desdobramentos para as comunidades, no estudo de Lei, Suntikul e Chen (2023), sugerem que, embora possa trazer efeitos sociais negativos, os moradores locais tendem a aceitá-los, considerando-os uma compensação pelos benefícios econômicos que contribuem para a potencial melhoria do padrão de vida. No estudo realizado por Kim, Duffy e Moore (2023), os autores afirmam que os benefícios econômicos que os turistas podem proporcionar à comunidade levam os residentes a demonstrar maior satisfação e comprometimento com o destino. O turismo deve ser compreendido para além de seu potencial econômico, também como forma de promover melhorias na qualidade de vida por meio do desenvolvimento, como defendem Dantas, N. e Dantas, A. (2021), apresentando potencial para gerar multiplicadores positivos significativos para os

moradores das comunidades, conforme afirmam Mkhize e Hlengwa (2024). Contudo, os autores alertam que o oposto também pode ocorrer caso, no planejamento do turismo local, a participação dos moradores não seja considerada.

O crescimento acelerado do turismo em âmbito global tem provocado transformações e colocado destinos em risco. Entretanto, as políticas destinadas a lidar com seus impactos econômicos, sociais e ambientais permanecem defasadas, como apontam Epler Wood, Milstein e Ahamed-Broadhurst (2019). Segundo esses autores, diversos países ainda não conseguem contabilizar de forma clara todos os riscos e custos associados ao crescimento do turismo. Eles definem como “fardo invisível” os custos do destino não contabilizados para prover infraestrutura local e proteger sistemas ecológicos e socioculturais destinados a turistas e à população residente (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019, p. 12, tradução nossa). Os fardos invisíveis supracitados vão além das preocupações tradicionais com a densidade nos destinos, abrangendo uma série de circunstâncias complexas, incluindo custos relacionados à força de trabalho, atualização e expansão de infraestruturas de energia, abastecimento de água potável, gerenciamento de resíduos sólidos, poluição, tratamento de esgoto, manutenção da biodiversidade, elevação do custo de vida, preservação de valores comunitários e transição para uma infraestrutura local mais ecológica e eficiente.

Quanto ao capital social, mais pesquisas são necessárias, porém há poucas dúvidas de que a perda deste fundamental ativo esteja sendo percebida tanto por turistas quanto por residentes, gerando preocupações e trazendo dúvidas de que os destinos poderão não ter mais o mesmo valor para moradores e visitantes com o tempo, como também descrevem (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019). Já em um cenário nacional, Oliveira e Netto (2024) destacam que alguns tópicos são fundamentais para serem abordados de forma atualizada e alinhada às demandas reais da sociedade e do mercado, a fim de compreender as oportunidades e desafios enfrentados pelo setor de turismo. Entre os tópicos mencionados, os efeitos sociais e econômicos do turismo integram o entendimento dos pesquisadores.

Nesse sentido, Alves (2023, p. 6) afirma: “[...] entende-se necessária a consolidação de uma proposta sistêmica para saber e fazer turismo pautado na corresponsabilidade e ajustado às diretrizes do saber ‘cuidar’, ou seja, com base na ética do humano”. Um destino turístico, conforme Ignarra (2021), é o local procurado pelo turista. Assim, esse fenômeno social marcado pela mobilidade humana é também um fenômeno de efeitos espaciais, uma vez que depende de um espaço físico e

geográfico para se desenvolver. O espaço para o turismo é, portanto, um espaço social, em que tensões e contrastes da sociedade atingem elevado nível de complexidade (Souza; Bahl; Kushano, 2013).

Como atividade fundamentalmente espacial, segundo César (2010), o turismo produz espaço, o que é evidenciado por Lopes (2014) ao definir materialidades, essa compreensão dialoga com o geógrafo Milton Santos, para quem o espaço é um fato social e uma instância da sociedade, produzido historicamente pelas relações entre formas, funções e ações. Nesse sentido, o espaço não é apenas cenário, mas expressão material das práticas sociais e das dinâmicas que o organizam (Santos, 2002). Ao pesquisar o município de Canela e conectá-lo à teoria de Max-Neef, alguns aspectos sociais tornam-se ainda mais intrigantes, pois a cidade pode ser compreendida como expressão material dessas relações, conforme descreve Lefebvre (2008).

Em um estudo de caso com foco no planejamento urbano e turismo, Costa (2024) destaca que diversos estudos apontam que, embora o turismo atue como importante impulsionador econômico, sobretudo em países com economias frágeis, seus benefícios não são distribuídos de maneira equitativa. Isso aprofunda desigualdades e frequentemente leva ao deslocamento da população local. Esse processo está associado à valorização imobiliária decorrente da maior atratividade das áreas turísticas, elevando os custos de compra e aluguel sem que existam políticas de controle de preços ou de habitação acessível. Nessas circunstâncias, moradores de menor renda acabam sendo forçados a migrar para regiões periféricas. Além disso, o autor ressalta que o crescimento da população flutuante pressiona os serviços públicos e a infraestrutura urbana, comprometendo a qualidade de vida e induzindo parte dos residentes a buscar áreas menos congestionadas. Paralelamente, o comércio local tende a se adaptar às demandas turísticas, tornando bens e serviços mais caros e menos acessíveis à população residente.

Outro fator crítico identificado por Costa (2024) é a concentração dos lucros em grandes empresas e investidores externos, o que amplia desigualdades, uma vez que a maioria dos empregos gerados no setor apresenta baixa remuneração, caráter sazonal e pouca estabilidade. O pesquisador observa que, em localidades altamente dependentes da atividade turística, onde esta representa parcela significativa do PIB, os impactos sobre o custo de vida tendem a ser mais intensos. Quando o turismo apresenta características de turismo de massa, ou seja, de grande fluxo de visitantes, ele pode transformar cidades em espaços predominantemente voltados ao turista,

marcados pela elevação de preços, perda de moradores e concentração de renda em poucos agentes econômicos.

De forma geral, a evolução do turismo em um território pode provocar efeitos positivos e negativos de formas diversas e em contextos específicos. Como apontam estudos, a compreensão de como as comunidades podem ser beneficiadas ou afetadas ainda carece de investigação mais aprofundada. No contexto do município de Canela, um destino turístico que vem evoluindo ao longo do tempo e apresenta particularidades que influenciam a vida dos residentes, torna-se necessário investigar o fenômeno com o propósito de colaborar para um desenvolvimento futuro mais harmônico.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser compreendida como atividade fundamental da ciência, responsável por investigar e possibilitar o entendimento da realidade. Por meio dela, o ensino é constantemente alimentado e atualizado em sintonia com as mudanças e a dinâmica do mundo (Deslandes; Minayo, 2011). Seu objetivo é oferecer respostas aos problemas apresentados, sendo descrita por Gil (1996, p. 7) como “um procedimento racional e sistemático”.

O presente estudo adota uma abordagem exploratória qualitativa. Conforme Gil (2008, p. 46), “pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. De acordo com Deslandes e Minayo (2011, p. 21), a pesquisa qualitativa atende a “questões muito particulares” e possibilita compreender o mundo vivido pela população sob o ponto de vista dos indivíduos em relação às experiências e circunstâncias vividas (Gil, 1996). Assim, o objetivo deste estudo é explorar o desenvolvimento do destino turístico do município de Canela sob a ótica da Escala Humana de Max-Neef, considerando o atendimento das necessidades humanas dos trabalhadores do setor de turismo.

A pesquisa qualitativa, como um processo científico, divide-se em três etapas: “(1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental” (Deslandes; Minayo, 2011, p. 26). Com base em dados do Observatório de Dados para o Desenvolvimento Econômico de Canela – RS, a Fundação Luiz Englert (2024) aponta que o setor de turismo contava com aproximadamente 2.025 trabalhadores formais em 2023. Diante desse contexto, estimou-se uma amostra de 324 indivíduos, considerando grau de confiança de 95% e margem de erro de 5%.

Como instrumento de coleta de dados, optou-se pelo questionário, considerado por Gil (1996) como um instrumento usual capaz de obter informações a partir do ponto de vista dos pesquisados. O instrumento elaborado conta com 30 questões de múltipla escolha, quatro perguntas abertas e quatro perguntas fechadas, totalizando 38 questões. O questionário foi adaptado para o contexto desta pesquisa com base no modelo de Pesquisa Básica sobre Vulnerabilidade Socioeconômica do DNIT (PBVS), instituído pela Instrução Normativa nº 45 do Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes (DNIT, 2014). Esse modelo oferece parâmetros para medir indicadores socioeconômicos no território brasileiro (DNIT, 2022).

A adaptação do questionário, com as respectivas perguntas, está disponível no Apêndice A, e a correlação de cada pergunta com a tabela apresentada no Anexo A baseia-se na Matriz de Necessidades e Satisfatores de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn. Assim, a tabela identifica a correspondência entre necessidades, satisfatores e cada questão do questionário, cujo objetivo é identificar os satisfatores das necessidades humanas dos trabalhadores do destino turístico de Canela. Antes da aplicação definitiva dos questionários no campo, foram realizadas aplicações-teste com o objetivo de avaliar a compreensão das questões por parte da população-alvo do estudo. Essas aplicações foram conduzidas de forma presencial pela mestranda, no mês de fevereiro de 2025, envolvendo quatro trabalhadores do setor de turismo. Os segmentos escolhidos para o teste passaram a ser o de gastronomia e parques temáticos. Essa etapa permitiu identificar possíveis dificuldades no preenchimento dos questionários, sendo realizados ajustes na formulação das perguntas, garantindo maior clareza e assertividade na coleta de dados.

Precedendo o questionário, os participantes foram informados sobre o tema do estudo e a natureza voluntária da participação, esclarecendo que poderiam recusar ou desistir a qualquer momento. Garantiu-se o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados, não sendo estes divulgados para fins diversos da pesquisa. Definiu-se o critério de exclusão para assegurar a consistência dos dados e atender às exigências éticas: foram desconsiderados trabalhadores que não residem em Canela. Essa delimitação garante que os resultados reflitam o contexto vivido pelos participantes.

O trabalho de campo consistiu na aplicação prática da construção teórica, conforme Deslandes e Minayo (2011). Os questionários foram entregues pela pesquisadora nas empresas que aceitaram participar, abrangendo os setores de hotelaria, gastronomia e atrativos turísticos. Cada questionário foi separado em um envelope individual, e uma data para recolhimento foi combinada. Os registros das entregas foram organizados em planilha. O período de aplicação ocorreu entre abril e julho de 2025, no qual foram distribuídos 150 questionários, resultando em 107 instrumentos respondidos. Ressalta-se que o processo de coleta de dados no campo apresentou desafios no que se refere à obtenção de respostas por parte dos respondentes, o que resultou em uma taxa de retorno inferior ao número de questionários distribuídos. Diante disso, optou-se por não ampliar a aplicação de

instrumentos, considerando as limitações encontradas, ainda assim, o número de respostas obtidas foi considerado significativo para a proposta da pesquisa.

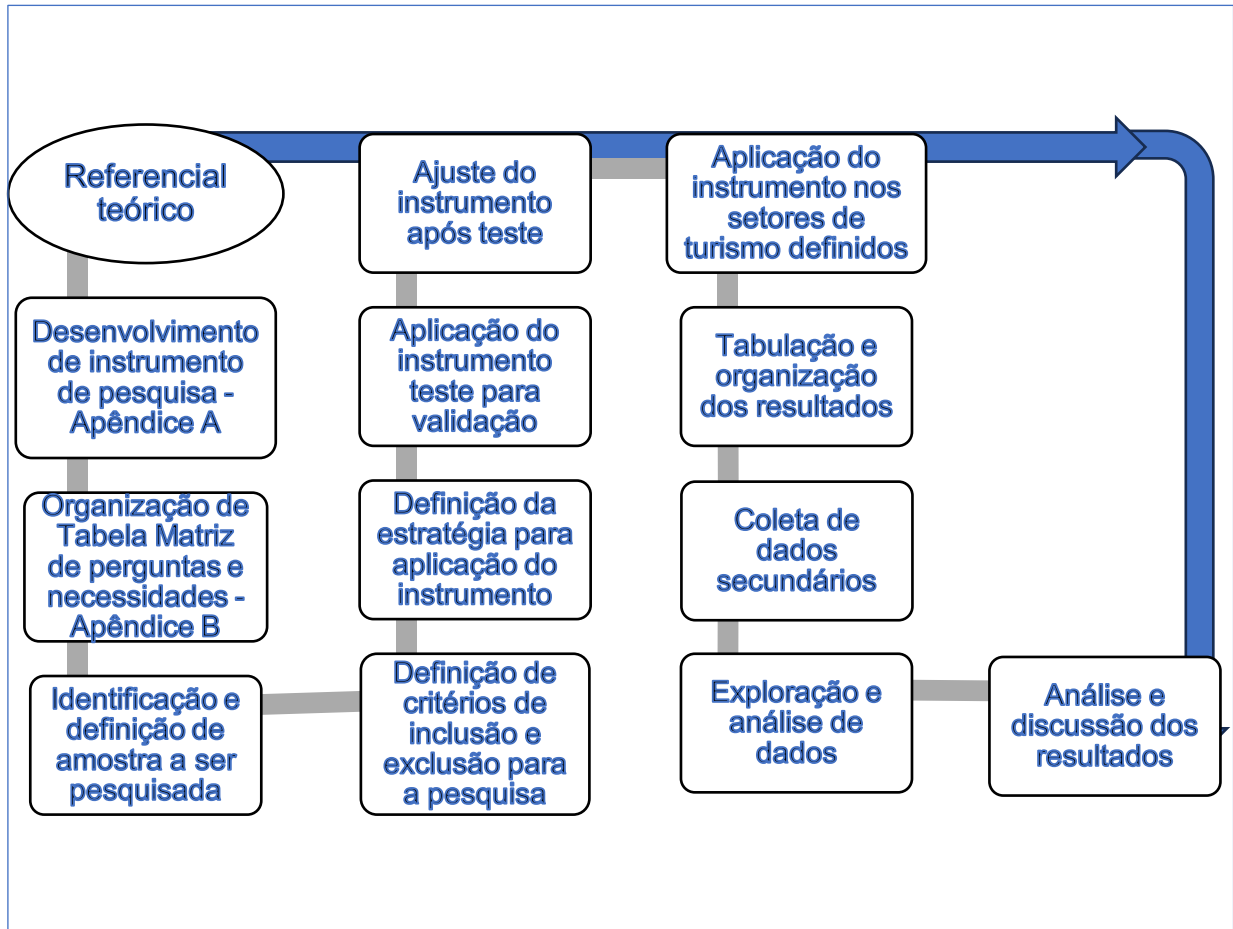
Os resultados foram tabulados pela pesquisadora, em planilha Excel. Nessa etapa, também foram coletados materiais documentais e dados secundários. O acesso a estes incluiu informações disponibilizadas por instituições governamentais e internacionais, como a Organização Mundial do Turismo (UNWTO), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, além de fontes estatísticas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), documentos oficiais e páginas web institucionais.

A terceira fase, nomeada de análise e tratamento do material empírico e documental por Deslandes e Minayo (2011, p. 26) “diz respeito ao conjunto de procedimentos para valorizar, compreender e interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto com leituras teóricas e interpretativas...”. Nessa etapa, não foram utilizados softwares especializados, apenas planilhas do Excel, que por meio de seus filtros, os dados foram ordenados, classificados, comparados e correlacionados. Como destacado por Gil (2008), pôde-se obter, então, um sentido mais amplo para os conteúdos analisados mediante a ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias. Essas são explicações da realidade que colaboram para a compreensão do objeto investigado, com foco no problema, consentindo maior clareza tanto na organização como na análise dos dados, como esclarece Deslandes e Minayo (2011).

A pesquisa qualitativa busca conhecer a realidade a partir da perspectiva dos indivíduos participantes, seguindo uma análise interpretativa dos dados (Silva, 2015). Conforme (Gil, 2008), a interpretação possibilita adquirir sentido mais amplo para os dados, conectando-os aos conhecimentos existentes. Nessa metodologia, adotou-se a interpretação dos resultados, conforme (Gil, 2008, p. 178): “o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo maior em que poderão ter algum sentido”. Esse universo refere-se à fundamentação teórica da pesquisa, incorporando a identificação das características do destino turístico de Canela e as respostas dos questionários, com o objetivo de identificar os satisfatores das necessidades humanas dos trabalhadores do setor de turismo.

Para ilustrar os passos metodológicos, na Figura 2 propõe-se um fluxograma que apresenta o caminho percorrido.

Figura 2 – Fluxograma das etapas operacionais da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Os resultados dessa pesquisa serão socializados com a comunidade por meio da defesa pública perante a banca examinadora e de apresentações específicas à Secretaria Municipal de Turismo de Canela e às associações empresariais envolvidas no setor turístico. Essa devolução pretende colaborar com ações locais de planejamento turístico, promovendo o diálogo entre a academia e comunidade.

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 Caracterização do município de Canela**

A área delimitada para a realização deste estudo foi o município de Canela, localizado na Encosta Inferior do Nordeste do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com Gramado (a sudoeste), Caxias do Sul (a noroeste), São Francisco de Paula (a nordeste) e Três Coroas (ao sul) (Canela, 2023). O relevo do município de Canela apresenta-se bastante acidentado, com a sede urbana localizada em um platô, porém as altitudes do município variam entre 120 a 900 metros (Fundação Luiz Englert, 2024). Assim, combinado com a vegetação característica da região e uma hidrografia generosa, o relevo oferece a possibilidade de formação de cascatas, vales e cânions, garantindo beleza cênica ao visitante (Canela, 2023).

O território que hoje compreende Canela teve como pioneiro Joaquim da Silva Esteves, agraciado em 1821 com o título de “Senhor Campestre do Canella” pela Coroa Portuguesa. O nome da cidade surgiu em referência a uma antiga árvore de canela, situada próximo ao local onde atualmente se encontra a Praça João Corrêa, ponto tradicional de encontro dos tropeiros (Canela, 2023). O primeiro núcleo urbano data de 1903, sendo que o avanço do povoamento ocorreu com a atuação do Coronel João Corrêa Ferreira da Silva, que liderou a construção da estrada de ferro entre Canela e Taquara, obra finalizada em 1925. A Companhia Florestal Riograndense foi criada em 1913, impulsionando a exploração madeireira local e a instalação de serrarias, além da abertura de várias vias de acesso que auxiliaram na integração territorial (Canela, 2023).

Em 1926, Canela tornou-se o sexto distrito de Taquara, sendo que a emancipação política ocorreu em 28 de dezembro de 1944, com a instalação do município em 1º de janeiro de 1945. Originalmente, um pequeno núcleo colonizado por fazendeiros descendentes de alemães e italianos, Canela se destacou como rota obrigatória para viajantes, recebendo desde cedo comerciantes, mascates e tropeiros. A exploração da madeira propiciou o surgimento de hotéis, pensões e comércios, especialmente na área do Caracol. Nas décadas seguintes, desenvolveu-se o veraneio, atraindo famílias para estadias prolongadas em hotéis como Grande Hotel e o Palace Hotel, motivados pelo clima ameno da serra (Canela, 2023).

O turismo teve importante papel na evolução do município, consolidando-se como um destino turístico de destaque, cercado por florestas do bioma de Mata Atlântica e clima subtropical úmido. As questões climáticas de Canela caracterizadas pelo encontro de brisas vindas do oceano com o ar frio do planalto promovem um ambiente de ar úmido e com alta pluviosidade, em que o mês de junho se apresenta como o mais frio do ano e janeiro mais quente. A umidade do ar fica em média a 80% e a condição do céu mais comum é de parcialmente nublado, com possibilidade de formações frequentes de neblina tanto no período do inverno quanto do verão (Fundação Luiz Englert, 2024).

Os equipamentos e serviços turísticos de hospedagem identificados totalizam 68 empreendimentos, com cerca de 6 mil leitos. Em relação à oferta de serviços de gastronomia, conta com mais de 100 opções (Canela, 2023). O município também possui inúmeros atrativos turísticos e comércio voltado ao atendimento do visitante de forma diversificada, o que se pode considerar como infraestrutura de apoio ao turismo. Nesse sentido, o município declara no Diagnóstico Turístico de 2023 que conta com mais de 40 atrativos turísticos ativos, considerando parques temáticos, atrações naturais, museus, experiências culturais, religiosas e históricas. Canela, posiciona-se como a “Capital Nacional dos Parques Temáticos”, título este oficializado pela Lei Federal nº 14.738, em 2023 (Canela, 2025).

## **4.2 Análise socioeconômica do município de Canela**

O município de Canela se insere no COREDE Hortênsias<sup>3</sup> e na Região Turística das Hortênsias, compondo o Mapa do Turismo Brasileiro, sendo este uma ferramenta que reúne municípios com real vocação turística ou que são afetados pelo setor de viagens, conforme a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (2023), posicionando-se na categoria “B”.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), conforme (Rio Grande do Sul, 2022), são um fórum de discussão para a promoção de ações que visam desenvolvimento regional. No COREDE Hortênsias fazem parte os municípios: Picada Café, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Jaquirana e Cambará do Sul.

<sup>4</sup> A Categorização dos Municípios das regiões turísticas serve como um instrumento para identificar o desempenho do Mapa do Turismo Brasileiro. Os municípios são “categorizados” em (A, B, C, D, E), pelas quais são avaliadas algumas variáveis, tais como estabelecimentos de hospedagem, empregos, visitantes domésticos, visitantes internacionais, impostos federais, entre outras, como informado pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2023).

Conforme dados do último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022, a população de Canela compreende um total de 48.946 pessoas, dos quais 47.451 em áreas urbanas e 1.495 em áreas rurais. O censo de 2022 aponta que a cor ou a raça predominante no município é branca, a idade mediana é de 34 anos e o número de pessoas do sexo feminino é 7,85% superior ao do sexo masculino. Entretanto, a estimativa para 2025 aponta um total de 50.715 pessoas, de acordo com o IBGE (2025a). O município vem apresentando um crescimento acelerado em relação à população. De acordo com a Fundação Luiz Englert (2024), nos últimos 12 anos houve um aumento populacional de cerca de 25% acima das médias do estado. Estudos do IBGE apontam que o crescimento anual de Canela, tendo por base o período compreendido entre os censos de 2010 e 2022, foi de 1,86%, enquanto a média do estado do Rio Grande do Sul foi de 0,15% e do Brasil de 0,52%.

O crescimento populacional, a tendência de concentração de renda e a crescente evolução do número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família compõem a realidade de Canela. De acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais do Ministério da Cidadania, em julho de 2024 o município totalizava 15.424 pessoas cadastradas, sendo 7.124 (46%) em situação de pobreza, 3.798 (25%) de baixa renda e 4.502 (29%) pertencentes a famílias com rendimento acima de meio salário mínimo (Brasil, 2024).

A base da economia de Canela é em grande parte apoiada no setor de serviços/comércio, agrupando atividades relacionadas ao turismo, representando cerca de 60% do total do PIB Municipal, gerando aproximadamente 4.157 empregos, sendo 2.132 no comércio (Fundação Luiz Englert, 2024). Cabe apontar a relação de mobilidade que existe com o município vizinho, Gramado, no que se refere ao movimento pendular diário (Canela-Gramado), representando aproximadamente 13 mil pessoas que se deslocam para trabalhar. Esse fenômeno, relacionado às dinâmicas econômicas e sociais do território é relevante, visto que Tavares e Monteiro (2019) indicam que os movimentos pendulares se correlacionam às potencialidades e aos constrangimentos da estrutura urbana e aos aspectos socioculturais da população. Trata-se de um aspecto que não deve ser desprezado, pois a mobilidade espacial dos trabalhadores, como argumenta Perpetua (2010), não é resultado de um espaço geográfico em equilíbrio nem de escolhas plenamente livres, mas de um espaço em permanente processo de desenvolvimento desigual, que produz formas contraditórias de deslocamento cotidiano.

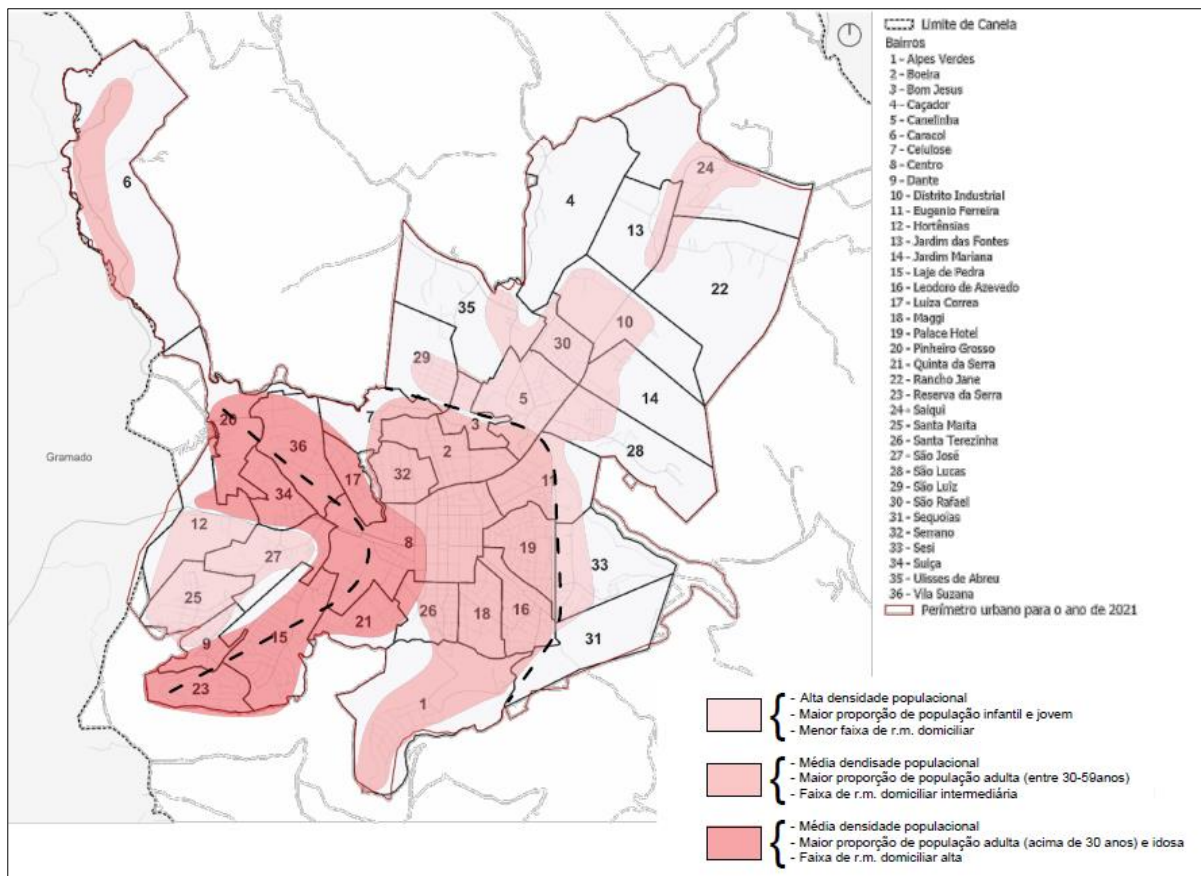
As informações sobre trabalho e rendimento disponibilizadas pelo IBGE (2025a) apontam que em 2023 o número de pessoas ocupadas em postos de trabalho formais era de 15.600, ou seja, 31,87% da população total, conforme o Censo de 2022. O salário médio mensal dos trabalhadores formais para o mesmo período informado era de 2,4 salários mínimos IBGE (2025a). Considerando os dados do mesmo Censo de 2022, conforme IBGE (2026), a distribuição de rendimentos domiciliares no município de Canela revela que 71,5% da população (34.804 indivíduos) recebia entre  $\frac{1}{4}$  e 2 salários mínimos, especificamente, 9,93% (4.836 indivíduos) entre mais de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; 25,36% (12.336 indivíduos) entre mais de  $\frac{1}{2}$  e 1 salário mínimo e 36,22% (17.632 indivíduos) entre mais de 1 e 2 salários mínimos. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano de Canela, o último dado disponível remonta ao ano de 2010, com o valor de 0,748, sem atualizações posteriores nas bases oficiais consultadas (IBGE, 2025b). A ausência de séries recentes limita a análise do indicador; ainda assim, o valor registrado permite situar o território em patamar de médio-alto desenvolvimento, tensionado pelos processos mais recentes de expansão urbana e pela complexidade a eles associada, conforme apresentado nesta seção da pesquisa.

A caracterização sociodemográfica de Canela é dificultada pela escassez de dados recentes e desagregados, como aponta a Fundação Luiz Englert (2024). Diante dessa limitação, a equipe de pesquisadores adotou uma metodologia própria de descrição do território, combinando:

- a) dados desagregados por setores censitários do Censo 2010 do IBGE (população, domicílios e renda);
- b) dados preliminares, agregados na escala do município, do Censo 2022 do IBGE (população e domicílios);
- c) dados de domicílios da Base Cadastral da Prefeitura para o ano de 2019.

A partir dessa triangulação de informações, a Fundação Luiz Englert (2024) identifica áreas de maior e menor densidade populacional, zonas com concentração de grupos sociais específicos, com destaque para faixas de renda e etárias, além de áreas com menor ocupação, como pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 – Padrões sociodemográficos de Canela



Fonte: Elaborada pela autora (2026), adaptado de Fundação Luiz Englert (2023, p. 121).

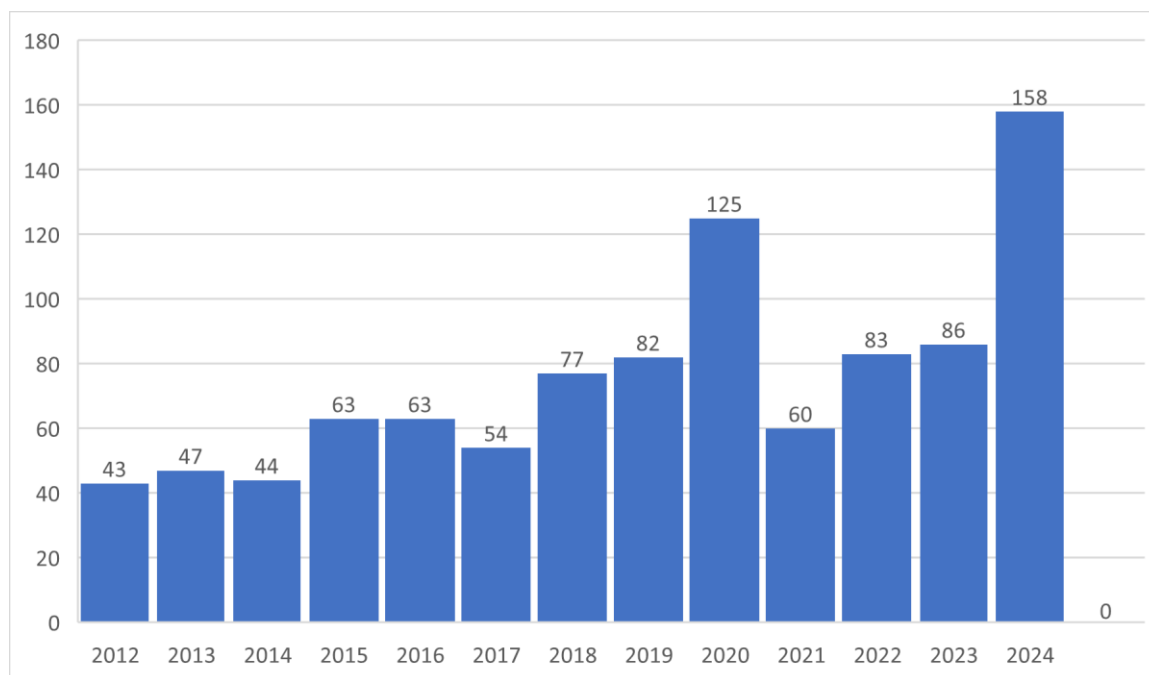
Os resultados das análises indicam que, embora o município tenha registrado significativo crescimento da população urbana, a expansão da infraestrutura, dos serviços e equipamentos urbanos não acompanhou esse avanço na mesma proporção, produzindo tensionamentos relevantes para a qualidade de vida local. No que se refere à violência, ao avaliar a evolução dos registros de indicadores criminais disponibilizados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2025b), observa-se que Canela apresenta índices relativamente estáveis de criminalidade, ainda que desafios importantes persistam na segurança pública. Os relatos indicam que o tráfico de drogas e os conflitos entre facções seguem como principais motivações dos homicídios, e as autoridades têm promovido operações para o enfrentamento dessas práticas (Portal da Folha, 2024). Com a inauguração da Casa Vitória no ano de 2021, o combate à violência doméstica ganha um espaço seguro, oferecendo atendimento multidisciplinar e suporte a mulheres vítimas de violência doméstica em Canela. Sendo que, além de atender mulheres, também serve de abrigo para famílias, promovendo iniciativas de

conscientização e educação com o intuito de prevenir a violência doméstica. O espaço é mantido com recursos da Prefeitura Municipal de Canela (Canela, 2024a).

Quanto aos equipamentos de saúde, o município conta com seis Unidades Básicas de Saúde, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e o Hospital de Caridade de Canela (Canela, 2024d). De acordo com análise feita pela (Fundação Luiz Englert, 2023), o número de leitos existentes no hospital (66) é considerado abaixo da média, segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em relação à assistência social, o município conta com departamentos de proteção social, sendo dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), além do Conselho Tutelar, da Casa Vitória, que acolhe mulheres em situação de violência doméstica, e da Casa Lar, que acolhe crianças (Canela, 2024b).

O município enfrenta desafios relevantes quanto à saúde mental. Dados referentes aos índices de afastamento do trabalho no ano de 2024, registrados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho nos Municípios Brasileiros, evidenciam uma tendência de crescimento desses afastamentos ao longo dos últimos anos. O Gráfico 1 apresenta a trajetória histórica do número de concessões de benefícios previdenciários associados à saúde mental entre trabalhadores com vínculo formal de emprego, no período de 2012 a 2024. Observa-se que os afastamentos relacionados à saúde mental estão mais frequentemente associados aos códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID) correlacionados a episódios depressivos, transtornos de ansiedade, transtorno afetivo bipolar, reações ao estresse grave e transtornos de adaptação, entre outros (SmartLab, 2025).

Gráfico 1 – Concessão de benefícios previdenciários associados à saúde mental no município de Canela/RS



Fonte: Adaptado de Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (SmartLab, 2025).

Corroborando com essas informações, pode-se destacar os relatos de uma realidade considerada grave pela coordenação de Saúde Mental do município. Os números revelados ao *Jornal Integração* indicam mais de 120 internações por tentativa de suicídio entre o período de janeiro a agosto de 2025 no Hospital de Caridade de Canela, incluindo 10 situações envolvendo crianças. Sendo que o perfil das internações se refere a 90% de “mulheres jovens, muitas vezes em situação de violência doméstica ou sobrecarga social”, como relatado por (Manique, 2025, p. 14). O autor descreve sobre a procura no CAPS, com uma média de 10 atendimentos diários de pessoas em crise, além registrar a fala da psicóloga que coordena o serviço:

Vivemos ainda os reflexos da pandemia e das enchentes do ano passado, somados ao isolamento social e às pressões de um mercado de trabalho precarizado, especialmente no turismo. Esses fatores contribuem para o adoecimento psíquico da população.

Já o saneamento básico, que inclui os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos, apresentam desafios significativos, conforme avaliação da Fundação Luiz Englert (2023). De acordo com Zorzo (2024), Canela enfrenta desafios relevantes no saneamento básico,

com destaque para o abastecimento de água e esgotamento sanitário. Embora 85,76% da população seja atendida por água potável (IAS, 2022), são frequentes os desabastecimentos, sobretudo durante a alta temporada turística (Fundação Luiz Englert, 2023). Quanto ao esgotamento sanitário, 19,16% da população total de Canela tem acesso a esses serviços, sendo a média do estado do Rio Grande do Sul 35,8% (IAS, 2022). Além disso, o município enfrenta problemas recorrentes de alagamentos, inundações e poluição difusa em curso d'água, devido a falhas na drenagem urbana (Fundação Luiz Englert, 2023).

A questão habitacional enfrenta diversos problemas estruturais que impactam diretamente a qualidade de vida da população. O crescimento populacional acelerado tem gerado uma demanda crescente por moradias, fato que é dificultado pelos altos custos de aluguel e aquisição. Conforme Santos (2025), cerca de 27 áreas no município são ocupadas de forma irregular, muitas delas sem infraestrutura básica, como saneamento, abastecimento de água, energia elétrica e vias urbanas adequadas, questões essas evidenciadas. Esses aspectos de precariedade de infraestrutura são relatados por Lopes (2014) ao investigar os assentamentos informais do município. O transporte público e a mobilidade urbana são citados também como apresentando comprometimentos. São apontadas situações no transporte coletivo, tais como abrigos inadequados, rotas com itinerários e horários ineficientes, considerando, assim, o transporte como deficitário (Fundação Luiz Englert, 2023).

Em relação à educação, o município de Canela possui 51 escolas, sendo 8 escolas estaduais, 25 escolas municipais e 18 escolas particulares. Referente às escolas estaduais, 8 oferecem ensino fundamental, sendo que 1 possui educação infantil e 4 também oferecem ensino médio concomitantemente. Quanto à educação municipal, 14 escolas possuem somente educação infantil, 5 oferecem educação infantil e ensino fundamental, apenas uma escola oferece educação especial (Rio Grande do Sul, 2025a). De acordo com informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal, 2 escolas ofertam educação para jovens e adultos e 3 escolas municipais localizam-se na zona rural (Canela, 2024c). Já quanto às escolas particulares, 2 ofertam educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; 14 ofertam somente educação infantil e 1 caracteriza-se como centro tecnológico, oferecendo formação profissional (Rio Grande do Sul, 2025a).

Diante do conjunto de dados analisados, observa-se que Canela vivencia um processo de transformação demográfica e dinamismo econômico que, embora relevante, não se traduz de maneira homogênea na melhoria das condições de vida da população. O crescimento populacional superior às médias estadual e nacional, associado à presença significativa de famílias em situação de pobreza, um salário médio concentrado em faixas intermediárias e ao expressivo movimento pendular diário, evidencia uma dinâmica territorial marcada por contrastes. A expansão demográfica tem pressionado uma infraestrutura que não acompanhou o mesmo ritmo de crescimento, tensionando a capacidade e a qualidade da oferta de serviços públicos essenciais. Somam-se a esse contexto desafios relacionados à saúde, saneamento, mobilidade e segurança, compondo um cenário que exige olhar atento às múltiplas dimensões que estruturam a vida no território. Assim, a caracterização sociodemográfica aqui apresentada não se restringe a descrição de indicadores, mas busca evidenciar como condições objetivas, tais como renda, trabalho e acesso a serviços e infraestruturas podem se articular às experiências cotidianas dos indivíduos, produzindo diferentes formas de viver e de se inserir no território.

#### **4.3 O destino turístico de Canela sob o olhar do desenvolvimento humano na ótica de Max-Neef**

A aplicação do teste piloto do questionário possibilitou identificar tendências iniciais e avaliar a funcionalidade do instrumento de pesquisa. De uma forma geral, os respondentes apresentaram relativa compreensão da maioria das perguntas, porém algumas palavras apresentaram dificuldade de entendimento, como: “vínculo”, que necessitou ser substituída por “domicílio”, sendo esclarecida através da expressão “casa onde mora”; e a palavra “respondente” foi eliminada das questões. Nas questões que investigam sobre o abastecimento de água e o modo de escoamento dos banheiros/sanitários, ficou evidente o quanto o entendimento sobre esses aspectos não era claro para os indivíduos.

Após os devidos ajustes, iniciou-se a entrega dos questionários nas empresas que aceitaram participar da pesquisa, totalizando 15 estabelecimentos. Foram distribuídos 150 questionários, divididos igualmente entre os 3 setores do turismo: gastronomia, parques temáticos e hotelaria. Ao final, foram recebidas 107 devoluções, das quais 43 pertenciam ao setor de parques temáticos, 30 ao setor de hotelaria e 30

ao setor de gastronomia. Contudo, 4 questionários foram excluídos: 2 por não atenderem ao critério de residência em Canela e 2 por apresentarem preenchimento incompleto. Entre os excluídos, 1 era do setor de parques temáticos, 1 da hotelaria e 2 da gastronomia, resultando em um total de 103 questionários válidos para análise. Esses correspondem a 41,7% do setor de parques temáticos e 29,1% para cada um dos setores de hotelaria e gastronomia.

A análise dos resultados desse estudo adota como lente analítica a abordagem do Desenvolvimento à Escala Humana, proposta por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, que propõe compreender o desenvolvimento não pelo mero crescimento econômico, mas pela capacidade de atender às necessidades humanas fundamentais. Essa perspectiva amplia a visão tradicional de indicadores como o PIB e o IDH. Nesse sentido, partindo da proposta do DEH, interpreta-se a realidade de Canela, reconhecendo a centralidade das necessidades da comunidade como apontado por Scheuer (2021), Santos (2023) e Su, Yang e Swanson (2022). Ainda que o foco do estudo seja os trabalhadores de turismo, é importante destacar como argumentam Lei, Suintikul e Chen (2023) que os efeitos sociais do turismo são percebidos e sentidos por todos os membros da sociedade. Esse aspecto reforça a relevância dessa pesquisa, uma vez que, como salientam Dantas, N. e Dantas, A. (2021), as comunidades receptoras não recebem a devida atenção, embora possam experimentar os efeitos provocados pelo turismo de diversas formas, como discutem alguns autores, tais como Cibulka e Giljum (2020), Jover e Díaz-Parra (2022), Kronenberg e Fuchs (2022) e Ramkissoon (2023).

Em Canela, município cuja economia se apoia fortemente no turismo e vem se consolidando historicamente como destino turístico (Fundação Luiz Englert, 2023), os dados revelam um cenário complexo e paradoxal, no qual o modelo turístico estabelecido no território produz tensões que parecem comprometer diversas dimensões da vida dos trabalhadores do setor. Assim como em outros destinos turísticos, conforme analisa Krippendorf (1996) e, mais recentemente, Epler Wood, Milstein e Ahamed-Broadhurst (2019), pode-se perceber que a comunidade receptora é submetida aos custos do turismo, vivenciando, então, alguns dos “fardos invisíveis do turismo”, os quais podem colocar em risco a sustentabilidade do destino.

Compreender a realidade de Canela e suas contradições voltadas às questões sociais, contribuem com evidências, trazendo à tona problemas complexos acerca da produção do espaço turístico, como apontam Valente, Zaragozí e Russo (2023);

porém indispensável para construir um desenvolvimento inclusivo, justo, participativo e sustentável.

E, nesse sentido, ao considerar o território de Canela como foco de análise e como espaço vivido pelos trabalhadores do setor, vale destacar que vivemos em uma sociedade de mercado, em que o tema do desenvolvimento humano é atravessado pela lógica do capitalismo e da sociedade de consumo (Furtado, 2000; Sampaio *et al.*, 2022 *apud* Scheuer, 2021). Partindo dessa compreensão, os autores defendem que são necessárias formas de entendimento que não valorizem unicamente o crescimento econômico, mas também as múltiplas dimensões envolvidas na compreensão do desenvolvimento humano. Sendo assim, os resultados a seguir foram organizados a partir dos objetivos específicos, buscando evidenciar como o desenvolvimento do destino se traduz, ou não, na satisfação das necessidades humanas daqueles que sustentam sua dinâmica produtiva: os trabalhadores do setor de turismo.

#### 4.3.1 Contextualização do perfil socioeconômico dos trabalhadores do setor de turismo do destino turístico de Canela/RS

No presente estudo, as questões elaboradas com a finalidade de identificar o perfil socioeconômico dos trabalhadores do setor de turismo de Canela/RS partem de um universo de 103 questionários, visando atender aos critérios descritos na metodologia. Ao analisar os resultados da pesquisa, observa-se maior presença feminina entre os respondentes: 58,3% identificam-se como do gênero feminino e 41,7% como masculino, conforme retratado na Tabela 1 – fato que corrobora o que foi apontado pelo IBGE (2025a), identificando a população feminina no município como superior à masculina. Quanto à faixa etária, percebe-se uma força de trabalho composta por jovens e adultos, sendo que a maioria dos entrevistados (51%) está concentrada entre 30 e 59 anos, com um pequeno percentual (2,9%) com idade superior a 60 anos. Já com referência à raça, 66% declaram-se brancos, sendo os demais distribuídos conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos respondentes

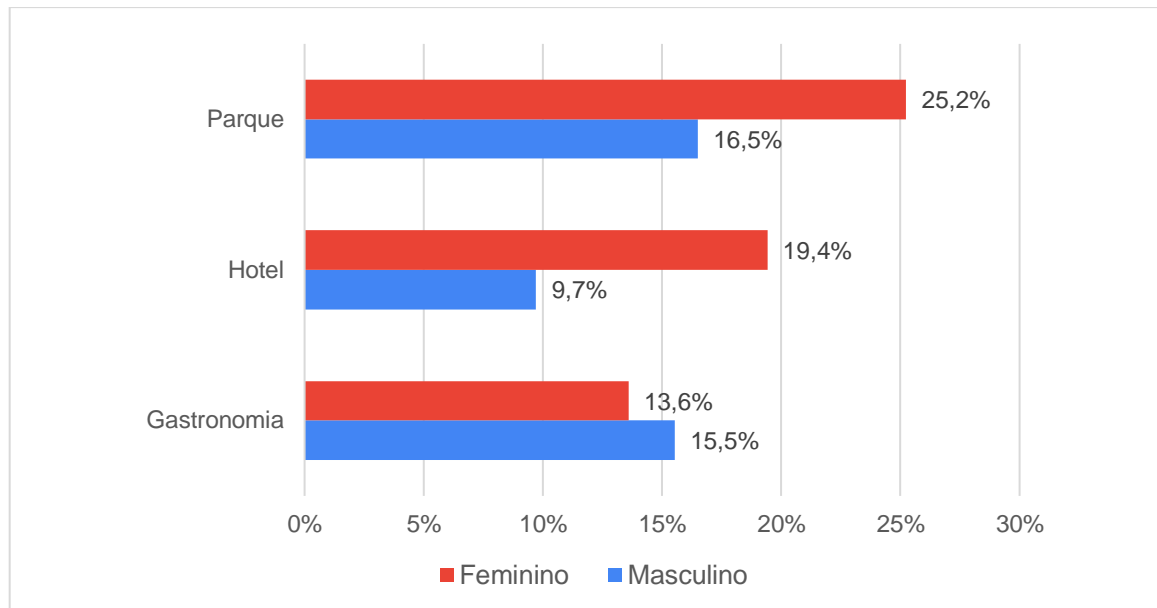
<b>Variável</b>	<b>Categoria</b>	<b>Percentual</b>
<b>Idade</b>	18-29 anos	46,1%
	30-59 anos	51%
	Maiores de 60 anos	2,9%
<b>Gênero</b>	Feminino	58,3%
	Masculino	41,7%
<b>Raça</b>	Branca	66%
	Parda	27,2%
	Preta	3,9%
	Amarela	1,9%
	Não sabe	1%

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

No que se refere à forma como os respondentes se identificam em relação ao domicílio, 53,4% declararam-se responsáveis; 23,3%, filhos(as) do responsável pela família; 16,5%, cônjuges do responsável; e 6,8%, “outros”. Esse dado indica que uma parcela expressiva dos trabalhadores, além de sustentar o próprio cotidiano, assume diretamente a responsabilidade econômica sobre o domicílio, o que tende a intensificar o peso das condições de trabalho e renda na satisfação das necessidades de todo o grupo familiar.

A distribuição dos respondentes entre os setores do turismo considerados na pesquisa é equilibrada, porém, ao considerar o gênero dos entrevistados, percebe-se uma divisão do trabalho por gênero: as mulheres se concentram em parques (25,2%) e hotéis (19,4%), enquanto os homens na gastronomia representam 15,5%, conforme representado no Gráfico 2. Nesse sentido, pode-se considerar uma realidade comum a muitas mulheres: a dupla jornada, somando à rotina de trabalho o cuidado com os filhos, familiares idosos e/ou atividades domésticas. A essa questão, cabe referenciar o que aponta Meliani (2020) acerca das contradições existentes no setor de turismo, considerado importante gerador de empregos e relevante para a economia, porém marcado por condições de trabalho precarizadas no território brasileiro e nas quais ecoa a desvalorização do trabalho feminino.

Gráfico 2 – Setor de trabalho dos respondentes e gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esses aspectos, como a feminização do trabalho e suas tensões e complexidades, tendem a ser invisibilizados quando o turismo é reduzido a um negócio com uma visão centrada no mercado, como destacam Higgins-Desbiolles (2006, 2018) e Torkington, Stanford e Guiver (2020). Nessas leituras economicistas, as condições concretas de trabalho são frequentemente ocultadas, conforme Ioannides, Gyimóthy e James (2021), ou tratadas como marginais, como ponderam Mooney e Baum (2019). Com referência às funções laborais desempenhadas pelos entrevistados como função principal, as respostas revelam uma grande diversidade de ocupações entre os respondentes. A Tabela 2 demonstra o percentual das funções selecionadas pelos respondentes, sendo que essas foram classificadas em quatro grupos, conforme vê-se abaixo:

- a) Atendimento ao público/vendas: garçom, garçonete, atendente, atendente de restaurante, caixa, atendente de caixa, recepção, recepcionista, vendas, vendedor, promotor de atendimento, monitor;
- b) Apoio operacional/serviços gerais: camareira, confeitadeira, limpeza, auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais, cozinheiro, cozinheira, parrilheiro, bartender, eletricista;

- c) Gestão/administração/técnico especializado: gerente, gerente geral, gerente de restaurante, supervisor, supervisor de hotel, coordenadora financeira, supervisora de reservas, *controller*, auxiliar de departamento pessoal, analista de departamento pessoal, assistente financeiro, auxiliar administrativo, auxiliar de escritório, auxiliar de caixa, consultor, gestão de redes sociais, auxiliar de marketing, gestão hoteleira, auxiliar comercial;
- d) Outros: respostas que traziam o local de trabalho ou identificações, como CLT, hotelaria, hoteleiro.

Tabela 2 – Categorização das ocupações dos respondentes

<b>Categoria de ocupação</b>	<b>% de respondentes</b>
Atendimento ao público/vendas	35,0%
Apoio operacional/serviços gerais	18,4%
Gestão/administração/supervisão	20,4%
Outros	10,7%
Não respondeu	15,5%

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Quanto à categorização das funções principais, observou-se que a maioria dos respondentes (35,0%) ocupam cargos que envolvem atendimento ao público ou vendas, indicando um mercado de trabalho orientado para o contato direto com turistas. Sob essa perspectiva, ainda que o turismo contribua para a geração de empregos, conforme Costa (2024) e Dall’Agnol (2012), a presença constante de visitantes pode vir a gerar pressão sobre os trabalhadores, marcada por exigências, interações assimétricas e, não raro, experiências de desrespeito, o que pode gerar insatisfações com o próprio turismo e com as próprias condições de trabalho que o sustentam.

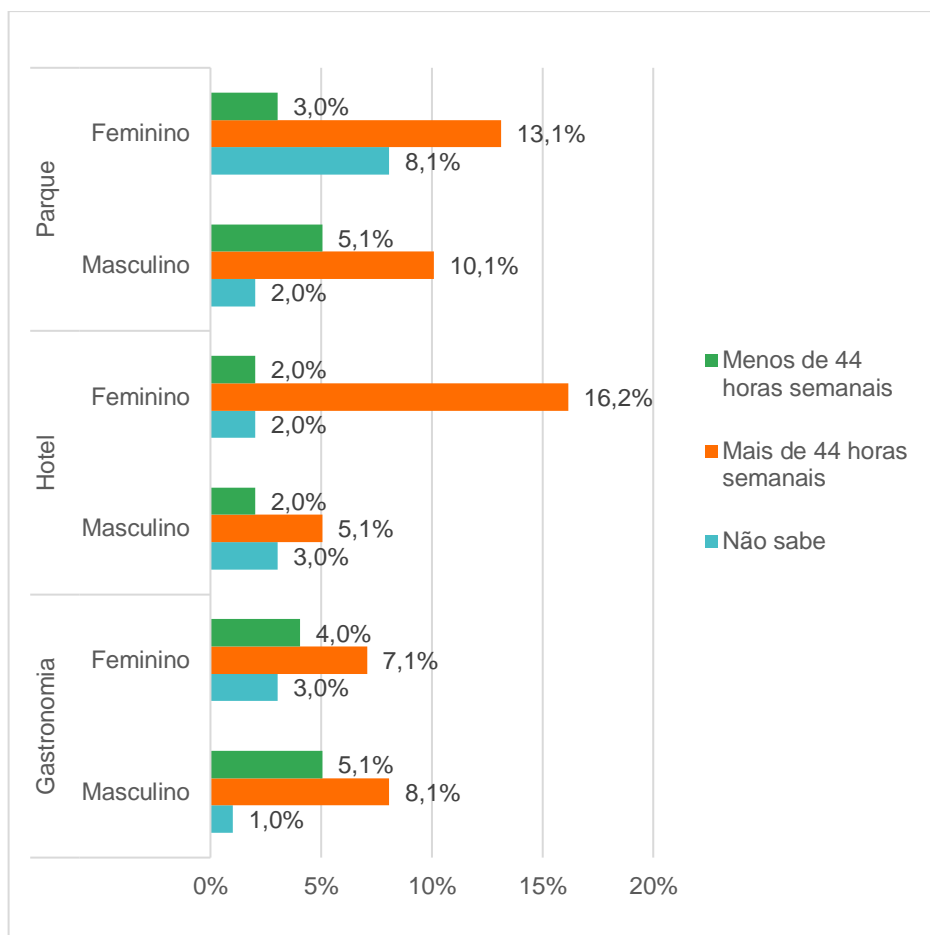
O percentual de 10,7%, correspondente a “outros”, incorpora uma diversidade de respostas que indicam vínculos pouco definidos, o que representa situações de trabalhadores multifuncionais. Sob esse aspecto, em razão dos períodos de sazonalidade no turismo, além da alta rotatividade de trabalhadores que algumas empresas vivenciam, os indivíduos podem atuar de forma polivalente, assumindo

diferentes tarefas e responsabilidades, conforme a demanda, atuando em várias funções. Fato que tende a condicionar os indivíduos a agregarem novas atividades em suas rotinas e/ou a desenvolverem novas habilidades laborais para que seu emprego seja garantido, promovendo nas pessoas um entendimento de multifunção, o que pode ter colaborado para o significativo percentual de participantes que escolheram por não responder à questão. Já os cargos na área de gestão, administração e supervisão, representam 20,4%, enquanto apoio operacional e serviços gerais 18,4%.

Quanto ao questionamento sobre os investigados possuírem ocupações remuneradas além da ocupação principal, um percentual de 13% declarou realizar uma atividade extra. Dentre os que acumulam outras funções, 3% exercem duas atividades e 1% três atividades, outros 7% se identificaram como trabalhadores em multiempregos/multitarefa. Essas escolhas podem demonstrar estratégia de sobrevivência marcada pela informalidade e instabilidade, almejando o incremento da renda, tendo em vista os baixos salários oferecidos no contexto brasileiro, como aponta Meliani (2020). Um único respondente optou pela resposta não sabe, revelando fragilidade quanto à própria condição laboral.

No que diz respeito à questão que investigou sobre as horas de trabalho no período de uma semana, observa-se no Gráfico 3 que, entre as pessoas ocupadas em parques, hotelaria e gastronomia, os maiores percentuais de jornadas acima de 44 horas semanais concentram-se nas mulheres, nos setores de hotelaria e parques. Porém, no setor de gastronomia, os homens acabam tendo uma representatividade maior. A carga horária extensa no turismo é uma realidade bastante conhecida no setor, somada a outros elementos que tornam a rotina dos trabalhadores complexa, como destacam Magnani *et al.* (2021) e Meliani (2020), chegando o setor a ser identificado como “uma indústria de trabalho intensivo” (Huertas-Valdivia, 2022; Martoni; Alves, 2019).

Gráfico 3 – Carga horária por setor e gênero

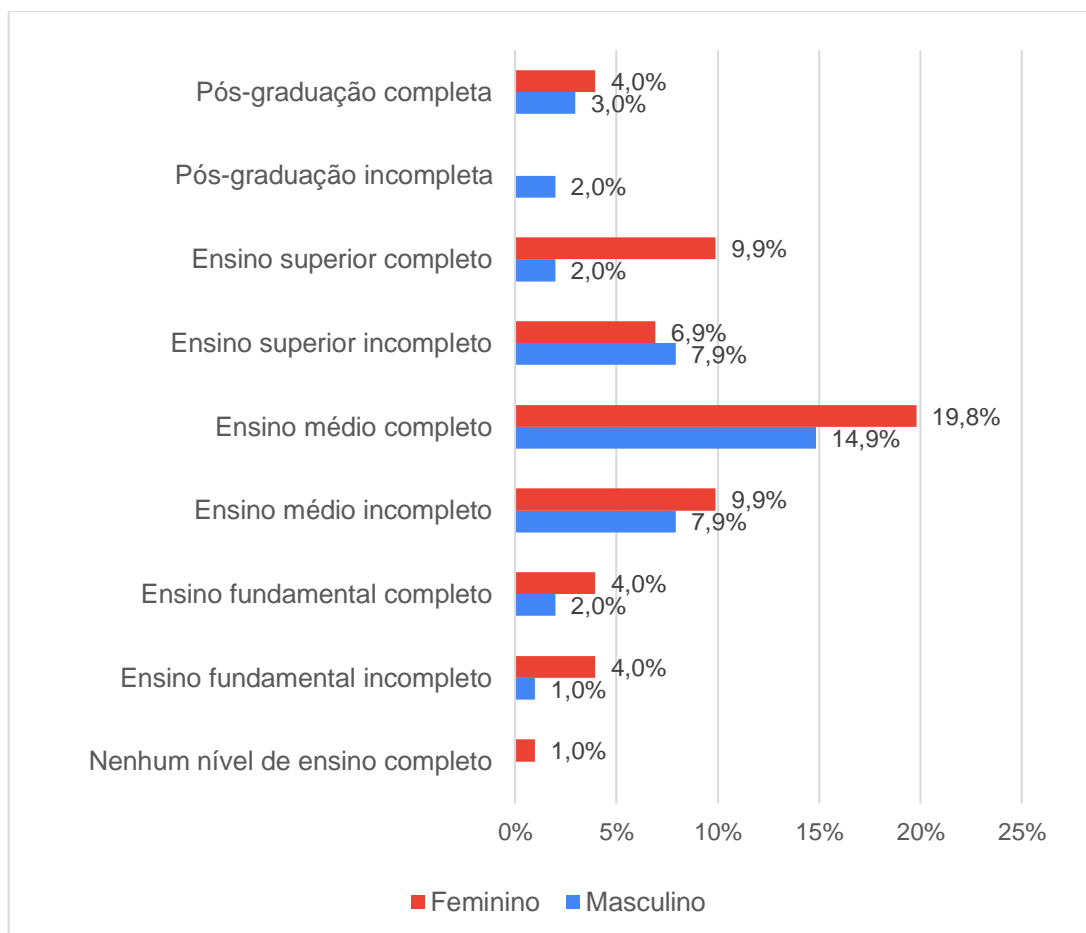


Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Percebe-se, na situação exposta sobre os trabalhadores do setor de turismo de Canela, que o trabalho intensivo descrito pelos autores citados assume contornos concretos, com jornadas prolongadas e a busca por atividades que podem vir complementar a renda. Esse padrão, como discute Alves (2020), constitui um dos fatores que contribuem para o adoecimento mental, tanto no âmbito das organizações e instituições quanto na sociedade. No município, essa dinâmica encontra eco nos registros recentes sobre o aumento de afastamentos por saúde mental (SmartLab, 2025), corroborando com Manique (2025), ao informar sobre os dados relatados pela coordenação do CAPS do município de Canela, o que expõe uma fragilidade social.

Quanto à escolaridade, conforme vê-se no Gráfico 4, percebe-se que a maioria dos respondentes concentram percentuais no ensino médio completo, tanto as mulheres com 19,8% como os homens com 14,9%. Nota-se a busca e investimento em formação acadêmica de alguns entrevistados, o que pode vir a proporcionar postos de trabalho melhores e, conseqüentemente, melhores rendas.

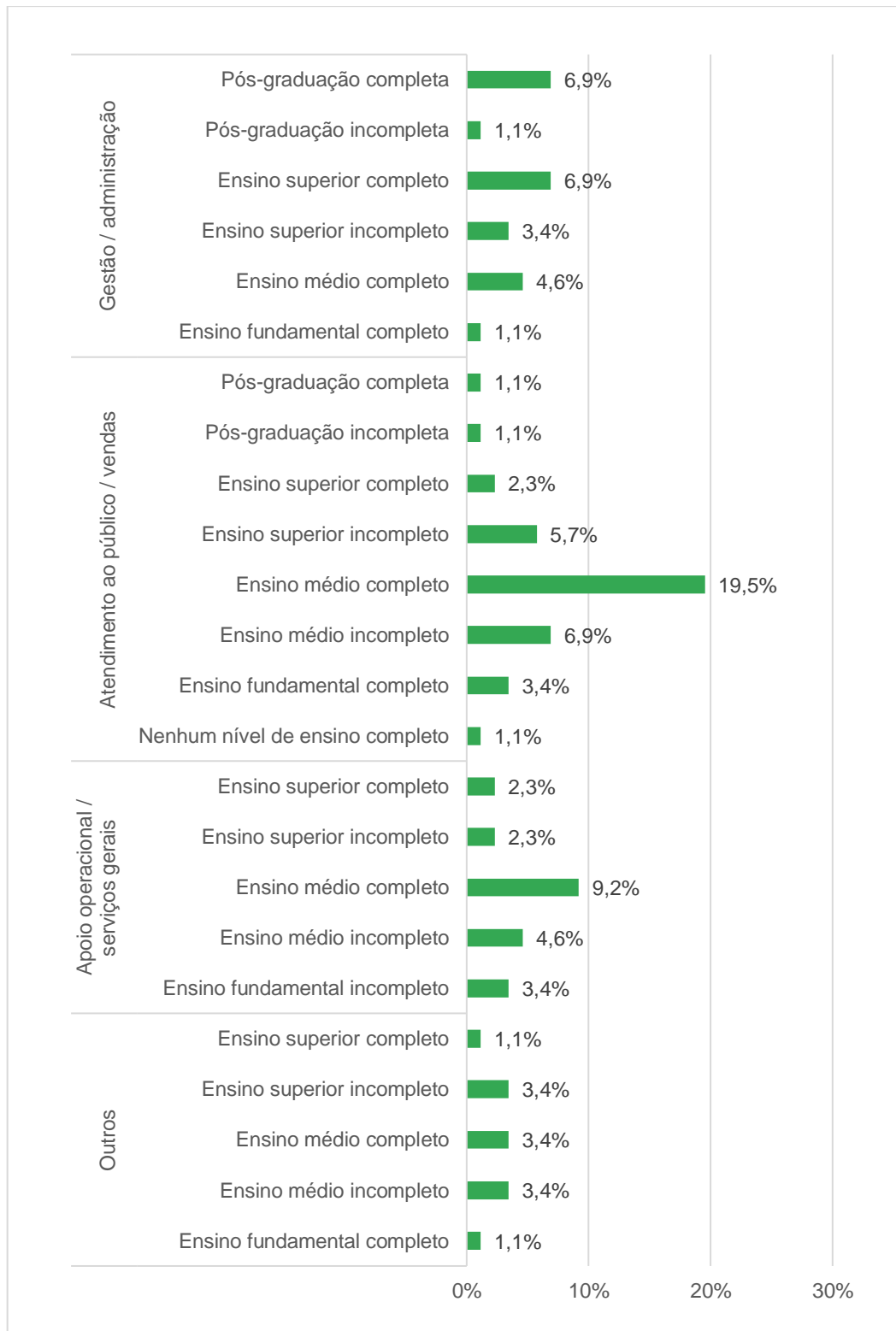
Gráfico 4 – Escolaridade dos respondentes por gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Entretanto, ao comparar a escolaridade dos respondentes às funções que desempenham, como ilustrado no Gráfico 5, os dados sugerem um descompasso entre o desejo de mobilidade profissional e as oportunidades concretas oferecidas pelo mercado de trabalho. Observa-se que, mesmo com nível de escolaridade superior ao ensino médio, alguns respondentes permanecem em funções voltadas ao atendimento ao público, vendas ou apoio operacional e serviços gerais, com percentuais distintos de acordo com as respostas analisadas.

Gráfico 5 – Escolaridade dos respondentes por função

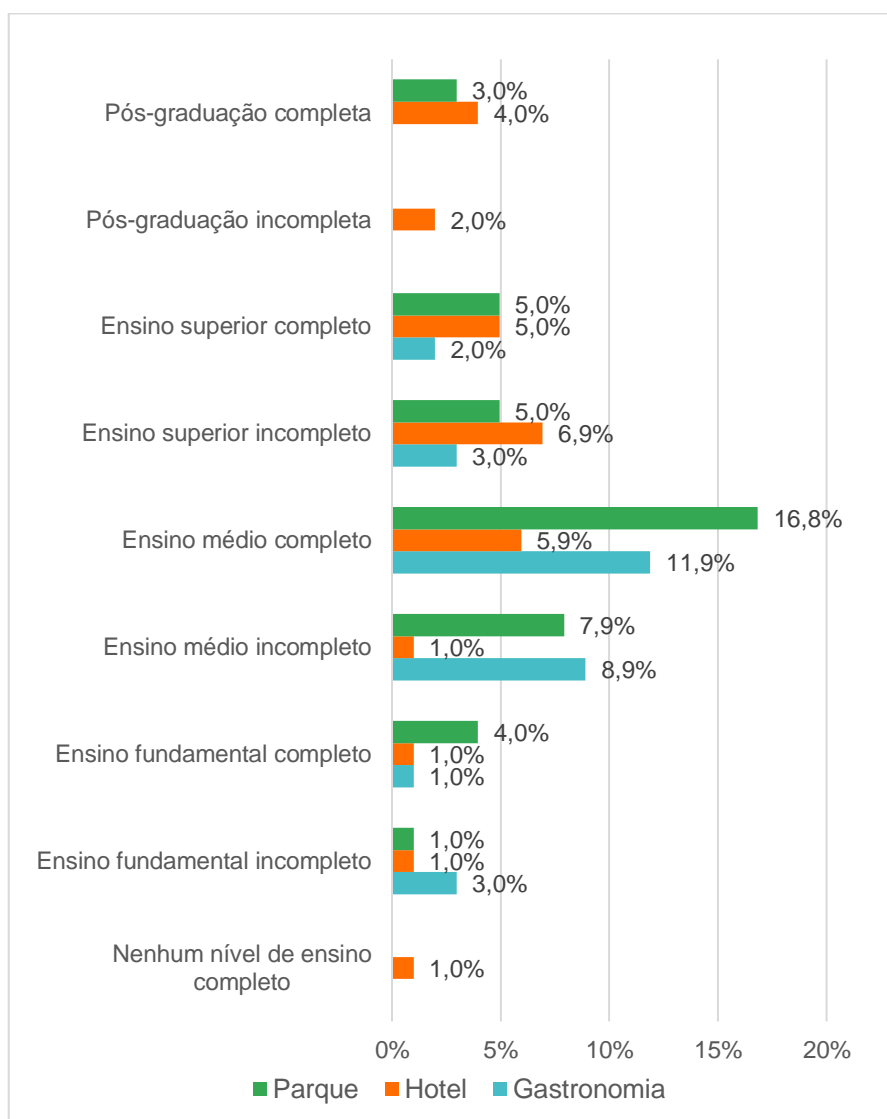


Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Entende-se que algumas funções dentre os setores analisados podem requerer níveis de conhecimento e habilidades técnicas diferenciadas de seus trabalhadores, buscou-se, então, compreender como a escolaridade está distribuída entre os setores,

conforme representa-se no Gráfico 6. Nota-se que nos setores de hotelaria e gastronomia domina o ensino médio completo, sendo que na hotelaria há mais casos de ensino superior incompleto; percebe-se que na gastronomia não há trabalhadores com pós-graduação. Essas informações ganham um significado interessante ao compararmos com a renda familiar aproximada, identificada nas respostas dos entrevistados.

Gráfico 6 – Escolaridade dos respondentes por setor

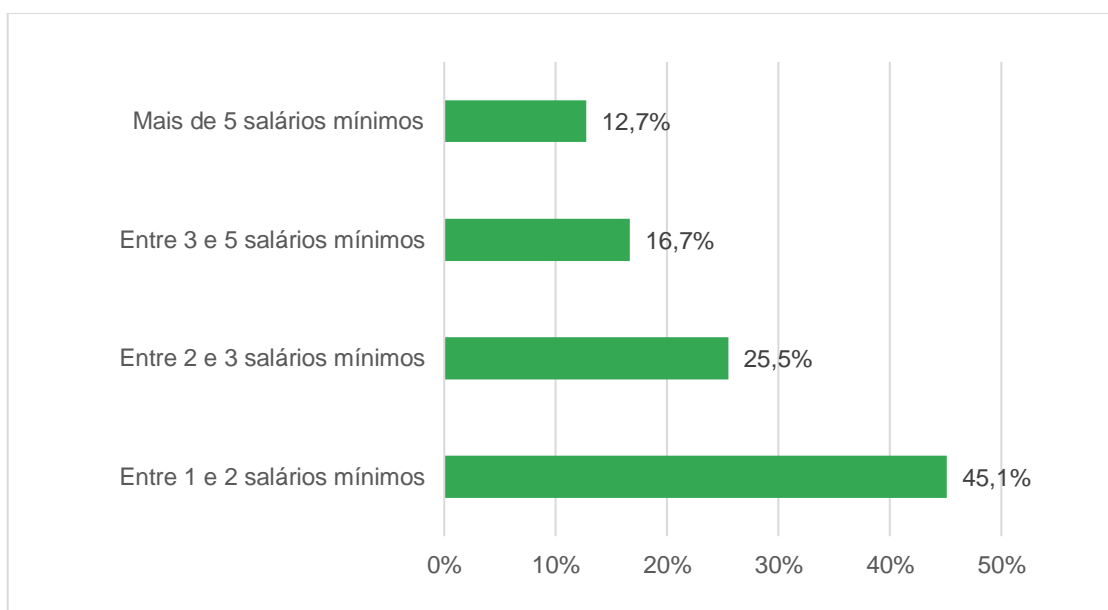


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao analisar a renda familiar aproximada dos entrevistados, representada no Gráfico 7, nota-se que 70,6% dos respondentes têm uma renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos. Já no Gráfico 8, pode-se observar de acordo com as respostas analisadas, que a maior parte dos trabalhadores da gastronomia (62,1%) concentram-

se na faixa de 1 a 2 salários mínimos, enquanto em parques e hotéis essa proporção se mantém elevada, porém em menores percentuais, 44,2% e 30%, respectivamente. Ao mesmo tempo, as faixas superiores de renda, acima de 3 salários mínimos, aparecem em maior percentagens em parques e hotéis do que na gastronomia.

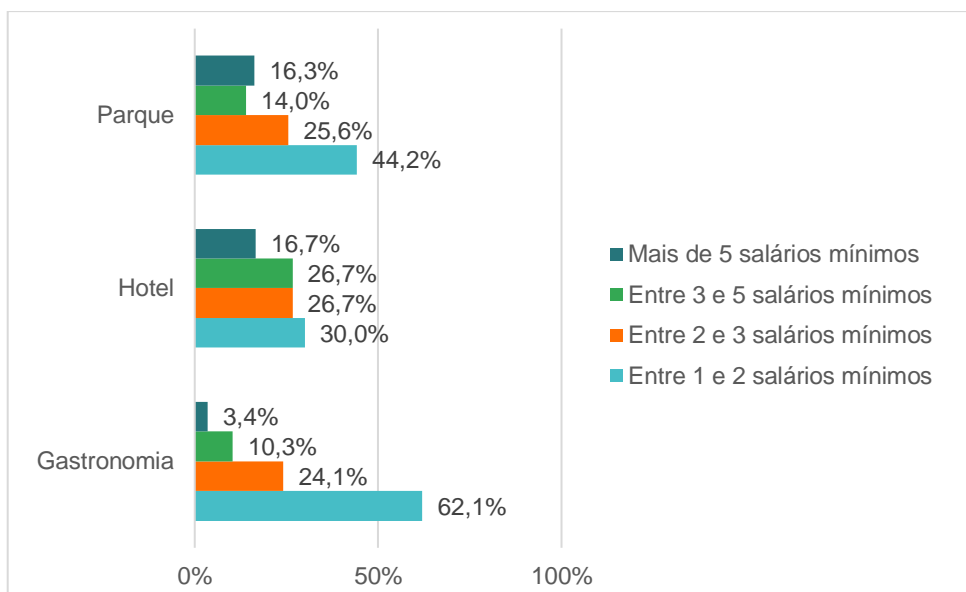
Gráfico 7 – Renda familiar aproximada dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Como ilustrado no Gráfico 8, o setor da gastronomia chama atenção, embora o município conte com mais de 100 opções de estabelecimentos (Canela, 2023), o setor, de acordo com os dados disponíveis nessa análise, reúne poucos trabalhadores com formação em níveis mais altos de escolaridade, concentrando a maior proporção de rendas entre 1 e 2 salários mínimos, correspondendo a 62,1% do total no setor. Esse contraste sugere questionamentos quanto ao fato de que a ampla oferta de restaurantes e serviços gastronômicos em Canela se apoie em uma base de trabalho de baixa remuneração, mesmo sendo essencial para a experiência turística a qualidade desse setor.

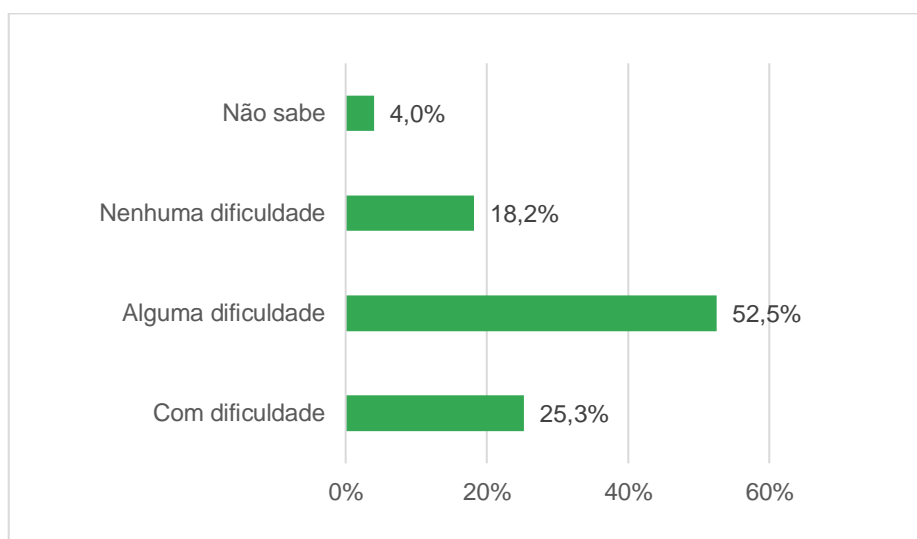
Gráfico 8 – Renda familiar mensal aproximada dos respondentes por setor



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Já o Gráfico 9 ilustra sobre a dificuldade dos respondentes de chegarem ao final do mês com a renda atual, uma vez que 52,5% relatam alguma dificuldade, enquanto 25,3% informam dificuldade, ou seja, 77,8% dos respondentes enfrentam algum grau de restrição financeira em seu cotidiano, porém 18,2% não vivenciam essa realidade. Essa situação é reconhecida nos estudos de Costa (2024) e Meliani (2020), quando apontam para os baixos salários praticados no setor.

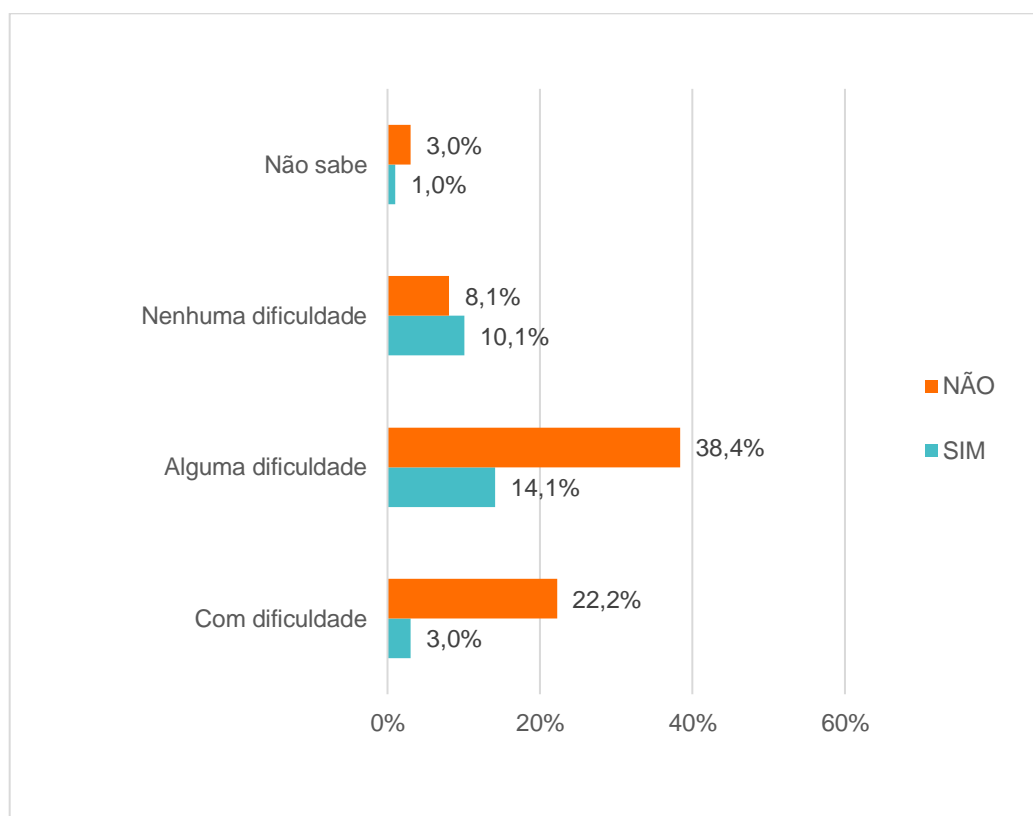
Gráfico 9 – Dificuldade para chegar ao final do mês



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Discutidas por Costa (2024) e Magnani *et al.* (2021), as características de sazonalidade e instabilidade dos empregos em turismo, além das diversas situações de risco a que os destinos turísticos e suas comunidades estão sujeitos (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019), torna-se um indicador importante de segurança econômica a possibilidade de uma reserva financeira. O Gráfico 10 relaciona essa possibilidade com a percepção das dificuldades enfrentadas pelos respondentes para chegar ao final do mês com a renda atual, revelando que apenas 27,2% do total consegue poupar. Entre os que relataram não enfrentar nenhuma dificuldade, correspondentes a 10,1% do total, evidencia-se que uma parcela dos indivíduos se esforça para garantir certa segurança em meio às limitações financeiras.

Gráfico 10 – Relação entre a possibilidade de reserva financeira e a dificuldade de chegar ao final do mês com a renda atual



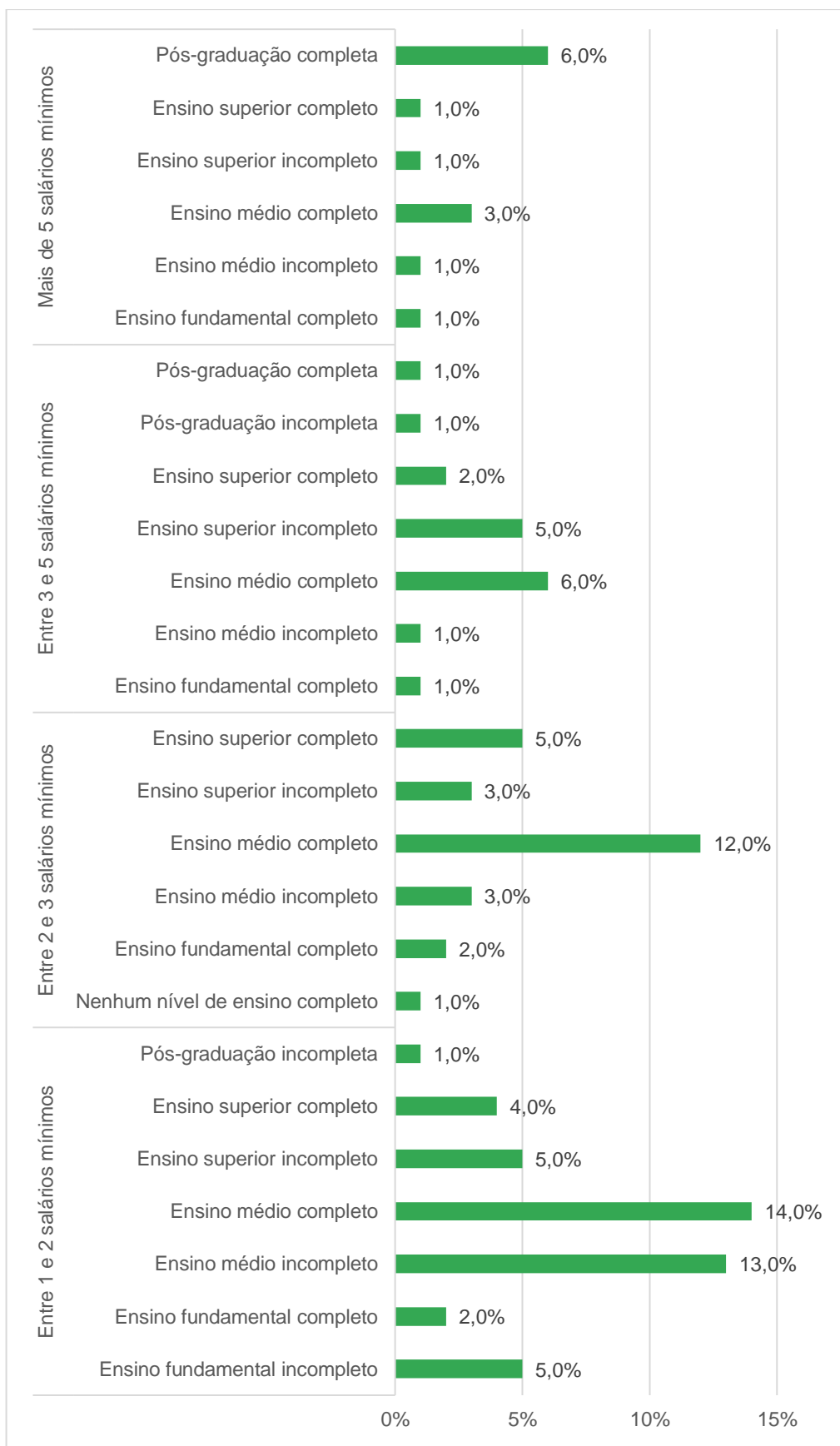
Fonte: Elaborado pela autora (2026).

No que tange à relação entre a renda familiar aproximada relatada pelos respondentes e o grau de escolaridade, no Gráfico 11, observa-se uma tendência de aumento de renda à medida que se eleva o nível de escolaridade, já que parte dos respondentes com mais de cinco salários mínimos possui pós-graduação completa,

representando 6%. Contudo, o mesmo gráfico evidencia um descompasso interessante, níveis altos de formação, como pós-graduação incompleta e ensino superior completo e incompleto, aparecem de forma significativa entre as faixas de 1 e 3 salários mínimos, somando cerca de 18% dos respondentes.

Esse quadro sugere que, no setor de turismo de Canela, o investimento em estudo nem sempre se traduz em melhoria proporcional de renda, indicando limites complexos à mobilidade social via qualificação profissional, o que estimula alguns trabalhadores a buscar outras atividades para complementar a renda familiar. Essas características vão ao encontro da realidade laboral do turismo brasileiro descrita por Meliani (2020), na qual o turismo, por vezes, pode refletir e reforçar desigualdades sociais.

Gráfico 11 – Renda familiar aproximada dos respondentes por escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Quanto à identificação do bairro onde o respondente reside, a Tabela 3 apresenta os percentuais de respostas. Dos 36 bairros mapeados no município, foram identificados respondentes em 25, além da zona rural; entretanto, 11 bairros não foram registrados na pesquisa. Com a finalidade de caracterizar os bairros, utilizaram-se os critérios propostos pelos pesquisadores da Fundação Luiz Englert, conforme se observa na Figura 3 (p. 61), adotando-se essa caracterização na coluna “Agrupamento”. Dessa forma, os bairros são correlacionados com a identificação da renda média domiciliar apontada pela Fundação. Vale destacar que se decidiu manter a identificação do agrupamento do bairro Centro como “Centro”, visto que esse bairro apresenta seu território dividido na análise proposta e, não sendo possível identificar a localização exata do respondente, optou-se por essa classificação.

Tabela 3 – Identificação do bairro de domicílio dos respondentes

<b>BAIRRO</b>	<b>Percentual</b>	<b>Agrupamento renda média domiciliar</b>
Alpes Verdes	2,9%	Intermediária
Boeira (Vila Boeira)	6,8%	Intermediária
Bom Jesus	1,9%	Intermediária
Canelinha	1,9%	Menor
Caracol	1,9%	Intermediária
Celulose	1,9%	Intermediária
Centro	10,7%	Centro <sup>5</sup>
Dante (Vila Dante)	2,9%	Menor
Distrito Industrial	1,9%	Menor
Eugênio Ferreira	3,9%	Intermediária
Hortênsias	1,9%	Menor
Laje de Pedra	1%	Alta
Leodoro de Azevedo	5,8%	Intermediária
Maggi (Vila Maggi)	2,9%	Intermediária
Palace Hotel	5,8%	Intermediária

<sup>5</sup> O bairro Centro, de acordo com Fundação Luiz Englert (2024), apresenta-se geograficamente dividido por características sociodemográficas distintas, com faixas etárias diferentes, faixa de renda média domiciliar alta e intermediária, dependendo da localização, porém é classificado com média densidade populacional.

Pinheiro Grosso	1,9%	Alta
Santa Marta	1,9%	Menor
Santa Terezinha	4,9%	Intermediária
São José	6,8%	Menor
São Lucas	7,8%	Menor
São Luiz	4,9%	Menor
São Rafael	6,8%	Menor
SESI	2,9%	Menor
Suíça (Vila Suíça)	1%	Alta
Suzana (Vila Suzana)	1%	Alta
Ulisses de Abreu	2,9%	Menor
Zona Rural	2,9%	Menor

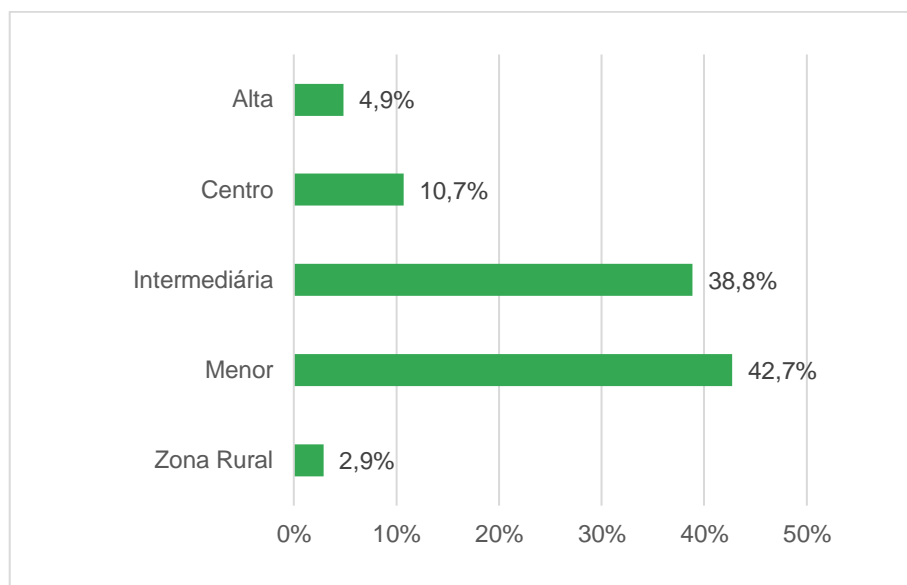
Fonte: Elaborada pela autora (2026).

A compreensão da localização dos domicílios traz à luz as complexidades do cotidiano desses trabalhadores, já que características de vizinhança e composição familiar podem interferir no bem-estar e qualidade de vida, como apontam Moghayedi *et al.* (2023). A Tabela 3 mostra que o Centro concentra 10,7% dos respondentes, em área com melhor infraestrutura urbana, renda média mais elevada e média densidade populacional, enquanto o bairro São Lucas reúne 7,8% em contexto de alta densidade e menor renda média, segundo a Fundação Luiz Englert (2024). Embora, quando os domicílios são reagrupados por tipo de território, ou seja, por “agrupamentos”, observa-se que 42,7% dos trabalhadores vivem em áreas de alta densidade populacional e menor faixa de renda média domiciliar, ao passo que apenas 4,9% residem em áreas de padrão mais alto, conforme ilustrado no Gráfico 12. Esse desenho territorial indica que a maior parte da força de trabalho do setor de turismo de Canela se desloca diariamente a partir de bairros populares e mais adensados, o que tende a intensificar desafios, tais como a mobilidade, acesso a serviços diversos e até mesmo a convivência entre a vizinhança.

Fato importante a ser destacado é que, de acordo com a Fundação Luiz Englert (2023), tanto o transporte público quanto a mobilidade urbana são identificados como comprometidos no município, o que ressoa no fato de que, entre os 60,2% de respondentes que possuem veículo próprio, 25,2% residem em áreas de menor faixa

de renda média domiciliar. Isso configura um padrão em que famílias com menos recursos, além de arcarem com mais custos, precisam se preocupar em garantir seu deslocamento cotidiano diante da insuficiência de um transporte público eficiente.

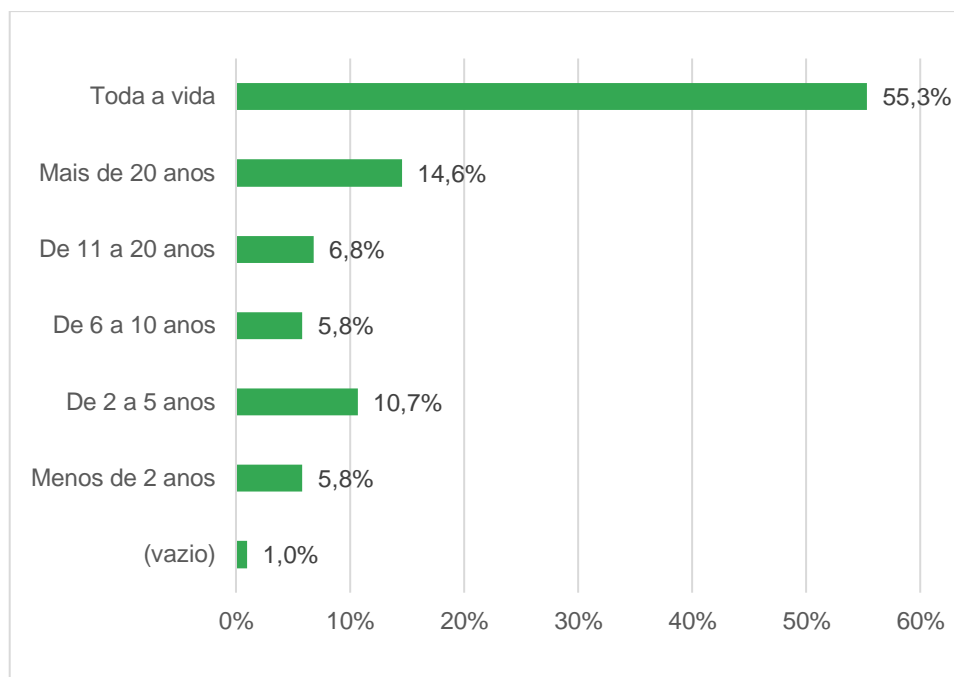
Gráfico 12 – Distribuição dos trabalhadores por agrupamento de bairros



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O Gráfico 12 indica que a maioria dos respondentes (55,3%) reside em Canela desde o nascimento, enquanto 14,6% moram no município há mais de 20 anos. Somados, esses dois grupos revelam um quadro de forte permanência e vínculo territorial, o que sustenta que boa parte da força de trabalho do setor de turismo entrevistada é composta por moradores enraizados no município, e não apenas por migrantes atraídos pelo mercado de trabalho sazonal. Sob essa perspectiva, as análises sobre necessidades atendidas e não atendidas ganham maior robustez, pois se referem a moradores que acompanharam, ao longo do tempo, as transformações associadas à evolução do turismo no município. Estudos que tratam da dinâmica espacial e temporal dos destinos indicam que os espaços se modificam continuamente (Sirgy, 2019; McKercher; Wong, 2021; Su; Yang; Swanson 2022).

Gráfico 13 – Tempo de residência no município de Canela



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Em síntese, o perfil socioeconômico dos trabalhadores do setor de turismo entrevistados revela um grupo majoritariamente composto por indivíduos com faixa etária entre 18 e 59 anos, com predominância do gênero feminino, autodeclarados, em sua maioria, de cor branca, com escolaridade concentrada no ensino médio completo e rendimentos entre 1 e 3 salários mínimos. Esses indivíduos – em grande medida moradores de longa data no município – residem, em sua maioria, em áreas de alta densidade populacional e de menor faixa de renda. O perfil descrito incorpora características comuns a outros destinos turísticos, reforçando a relevância de analisar, à luz de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn as necessidades fundamentais atendidas ou não, considerando as tensões entre os benefícios econômicos e os fardos cotidianos assumidos pelos trabalhadores do setor de turismo. Muito embora os efeitos sociais do turismo sejam vividos por todos os membros da sociedade, podendo promover a qualidade de vida dos indivíduos em diversos aspectos (Lei; Suntikul; Chen, 2023; Ramkissoon, 2023).

Desse modo, pode-se destacar que essas são as características socioeconômicas dos indivíduos que atuam em um cotidiano de uma “economia do encantamento”, mas em parte experimentando o “desenvolvimento” turístico a partir de posições marcadas por fragilidades e complexidades. Nessa condição, as percepções desses trabalhadores e moradores tornam-se centrais para analisar em

que medida as necessidades fundamentais são efetivamente realizadas, segundo Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn.

#### 4.3.2 Realização das necessidades dos trabalhadores do setor de turismo em Canela/RS à luz da Escala Humana de Max-Neef

Embora o Índice de Desenvolvimento Humano represente um avanço em relação às métricas puramente econômicas, sua ênfase em poucas dimensões e a utilização de métricas agregadas tende a ofuscar aspectos centrais da experiência cotidiana dos indivíduos, especialmente em contextos turísticos marcados por desigualdades internas em vários aspectos. Nesse sentido, torna-se necessário ampliar a compreensão do desenvolvimento humano, incorporando uma perspectiva multidimensional, como sugerido por Alkire (2002), e interdisciplinar, capaz de considerar simultaneamente condições materiais, relações sociais, vínculos territoriais e possibilidades de participação.

A proposta de Desenvolvimento à Escala Humana de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn contribui ao deslocar o foco de indicadores quantitativos e econômicos para a realização concreta das necessidades humanas fundamentais. Assim, esse objetivo analisa as necessidades realizadas entre os trabalhadores do setor de turismo de Canela, reorganizando os resultados empíricos por necessidades axiológicas (subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade e liberdade), conforme a Matriz de Necessidades e Satisfatores apresentada no Anexo A.

Optou-se por organizar a análise a partir dessas necessidades e não segundo a sequência das perguntas do questionário, uma vez que uma mesma questão pode mobilizar diferentes necessidades. Essa escolha evita uma leitura fragmentada e permite integrar dados e respostas descritivas em torno de cada necessidade, evidenciando, também, a interdependência entre elas, como destacado pela abordagem de Max-Neef e seus colaboradores. Desta forma, a partir da correlação estabelecida entre as perguntas do questionário e as necessidades sistematizadas no Apêndice B, as respostas foram organizadas de forma a melhorar a compreensão dos resultados. Entretanto, embora as questões descritivas identificadas pelos números 34 a 38 tenham sido vinculadas apenas às necessidades de proteção, compreensão e participação, estas, por possibilitarem a expressão do entendimento dos

respondentes, revelaram elementos que elucidam e reforçam aspectos de outras necessidades.

Na condução da análise dessas respostas descritivas, optou-se por organizar em quadros numerados os resultados de cada questionamento, sendo agrupados por similaridade temática, estabelecendo correspondência com a Matriz das Necessidades de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, além de indicar a regularidade de citações e um exemplo de fala ilustrativa. A partir dessa sistematização, a análise que segue está organizada segundo as necessidades axiológicas, iniciando-se pela subsistência. Cabe ressaltar que, conforme esclarecido por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010), não é possível que sejam estabelecidas linearidades de forma hierárquica entre as necessidades, porém, no caso da “subsistência”, quando esta necessidade não é satisfeita, todas as demais passam a ser prejudicadas, o que também é importante considerar para outras necessidades humanas, como advertem os autores.

A articulação das respostas às questões 7B, 7E, 9, 13, 14, 16, 19, 20, 21 e 22 permite compreender como os trabalhadores vivenciam a necessidade de “subsistência” em seu cotidiano, indo além do indicador isolado de renda. Na perspectiva de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010), a necessidade de “subsistência” refere-se às condições para manter-se vivo, incluindo renda, alimentação, moradia e acesso a serviços básicos, como, por exemplo, saúde e transporte público. À luz dessa necessidade, os resultados da pesquisa indicam que o trabalho no setor de turismo assegura o mínimo necessário para as condições materiais de vida, em um contexto marcado por dificuldades. A renda familiar aproximada de 70,6% dos trabalhadores concentra-se entre 1 e 3 salários mínimos, sendo que 49% dos respondentes tem sua renda comprometida em até 30% com alimentação, outros 37% comprometem entre 30% e 50%, embora 73% considerem sua alimentação saudável e 27% não a consideram.

No que diz respeito à renda atual, 52,5% dos entrevistados responderam que enfrentam alguma dificuldade para chegar ao final do mês; 25,3% relatam dificuldade; enquanto 18,3% responderam que não tem nenhuma dificuldade. Além da ocupação principal, 24% relatam ter outras atividades remuneradas e 21,2% relatam trabalhar mais de 44 horas semanais, o que reforça a ideia de uma subsistência garantida, mas sob forte pressão, como apontado por Magnani *et al.* (2021), Alves (2023) e Meliani

(2020), aspectos esses que fazem parte do debate sobre os parâmetros de trabalho decente no turismo.

No que se refere ao serviço de saúde como possibilidade de ter saúde física e mental para a vida cotidiana, 64,1% dos respondentes relatam ser atendidos, 52,4% mostram-se satisfeitos. A saúde, como identificam Drastichová e Filzmoser (2021) e Kilimova e Lysikova (2019) é um aspecto importante enquanto indicador de qualidade de vida. Já quanto ao transporte público, como garantia de ser adaptável quanto a deslocamentos, 61,6% percebem-se atendidos e 34,0% estão satisfeitos, enquanto uma parcela de 31,1% não soube responder. Sob esse aspecto, 60,2% dos entrevistados relatam possuir algum meio de transporte próprio. Essa realidade vai ao encontro do exposto pela Fundação Luiz Englert (2023), quando aponta para uma mobilidade no município comprometida e um transporte público deficitário, sugerindo que parte dos trabalhadores precisa construir alternativas individuais de transporte, incorporando mais custos às suas escassas receitas mensais em alguns casos.

Quanto à situação dos idosos nos domicílios, 40,5% recebem algum tipo de remuneração (aposentadoria, pensão, trabalho remunerado, etc.), embora 35,5% não contam com esse rendimento, sendo que 22% não soube informar. Esses dados indicam que, para algumas famílias, o salário proveniente do trabalho no turismo é a principal (quando não a única) fonte de sustento.

Considerando que a maioria dos respondentes é do gênero feminino, entende-se que, além de contribuírem com a renda, muitas mulheres assumem grande parte do cuidado com idosos e crianças, muitas vezes em horários estendidos e com pouco suporte público. Nessa perspectiva, a necessidade de subsistência aparece entrelaçada à responsabilidade de cuidado não remunerado, o que intensifica a sobrecarga, fragiliza e limita a realização de outras necessidades, como proteção, afeto e lazer. Alves (2020) entende que alguns fatores que se apresentam na atividade laboral do turismo colaboram para o adoecimento mental dos trabalhadores. Para Manique (2025), essa é uma realidade identificada no município de Canela.

Nesse contexto, a realização da necessidade de “subsistência” por meio do trabalho no setor de turismo de Canela/RS tende a ampliar a sobrecarga, exigindo a conciliação de jornadas extensas com custos de cuidado e responsabilidades domésticas. Essa realidade ecoa nas respostas descritivas, nas quais aparecem, de

forma recorrente, menções ao alto custo de vida, aos baixos salários e à exaustão decorrente da forma como o trabalho se organiza no setor. Relatos como “Precisamos do turismo, mas somos sugados com muito trabalho, pouco dinheiro, tudo caro”, “Exaustão”, “Infelizmente pagamos o mesmo preço do turista”, “Pouco tempo de qualidade com as famílias”, “Poucas oportunidades de empregos melhores com salários melhores”, “Encarecimento de tudo” e “Não temos lazer” revelam não apenas precariedade econômica, mas também uma forma fragilizada de reprodução social que se estabelece em Canela, comprometendo a satisfação das necessidades fundamentais. Ainda assim, os respondentes expressam gratidão pelas oportunidades de emprego geradas pelo turismo, em consonância com o que apontam Lei, Suntikul e Chen (2023).

Sob a perspectiva de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn a atividade turística de forma geral pode atuar como satisfator sinérgico da necessidade “subsistência” quando garante emprego, acesso a serviços, alimentação e certa estabilidade de renda, mas tende a converter-se em pseudossatisfator, ou até mesmo violador, quando, em um contexto de baixa remuneração, custo de vida elevado e carga de trabalho intensificada, impede a realização integrada das demais necessidades humanas fundamentais. Assim, a “subsistência” mostra-se parcialmente atendida, uma vez que se percebe que o básico é garantido, porém sob condições que mantêm os trabalhadores entre o sustento e o desgaste cotidiano.

As questões que articulam a compreensão da necessidade “proteção” são 7B, 7C, 7D, 8, 10, 11, 12, 16, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31 e 34. Na perspectiva de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010), a necessidade de “proteção” envolve vários aspectos da vida de um indivíduo, como identificado no Anexo A (Matriz de Necessidade e Satisfatores), como sentir-se seguro fisicamente, estável nas condições de vida e ter confiança em relação ao entorno social, ambiental e institucional. A necessidade de “proteção” passa a constituir componente central do desenvolvimento humano em sua dimensão cotidiana, sobretudo considerando que grande parte dos respondentes vive em Canela há bastante tempo. Esse dado torna-se relevante diante da familiaridade do indivíduo com o espaço, como assinala Scheuer (2021). Nesse sentido, as comparações e avaliações não se tratam apenas de impressões recentes, mas de leituras fundamentadas em uma experiência

prolongada das mudanças na infraestrutura, na segurança, na renda e nas relações de confiança no município, aspectos que se correlacionam a essa necessidade.

Nessa pesquisa, a “proteção” vincula-se aos serviços públicos, como infraestrutura, em que se observa que os respondentes tem a percepção de atendimento por serviços essenciais como saúde, coleta de lixo, rede de esgoto cloacal e segurança, com percentuais que variam de 84,5% a 62,1%, mostrando um cenário relativamente estruturado. No entanto, esses indivíduos não se apresentam plenamente satisfeitos com os serviços, chamando a atenção os percentuais de respondentes que optaram pela opção “não sabe” como resposta.

De acordo com o levantamento realizado no município pela Fundação Luiz Englert (2024), persistem problemas relacionadas à infraestrutura urbana, como no caso do esgotamento sanitário. Dados do IAS (2022), já relatados nessa pesquisa, indicam que menos de 20% da população possui acesso a esse serviço, o que evidencia uma possível confusão no entendimento quanto às condições reais sobre esse serviço por parte dos respondentes. No que se refere a habitação, 59,2% informaram que possuem casa própria e 34,9% residem em imóvel alugado. Em relação ao abastecimento de água, 95% dos respondentes declararam que estão conectados à rede geral de abastecimento e 4% utilizam água de poço ou nascente. As atualizações de infraestrutura e sua importância para a comunidade são abordadas por Epler Wood, Milstein e Ahamed-Broadhurst (2019) ao discutirem os fardos invisíveis do turismo e os fatores que pressionam as comunidades e colocam os destinos em risco.

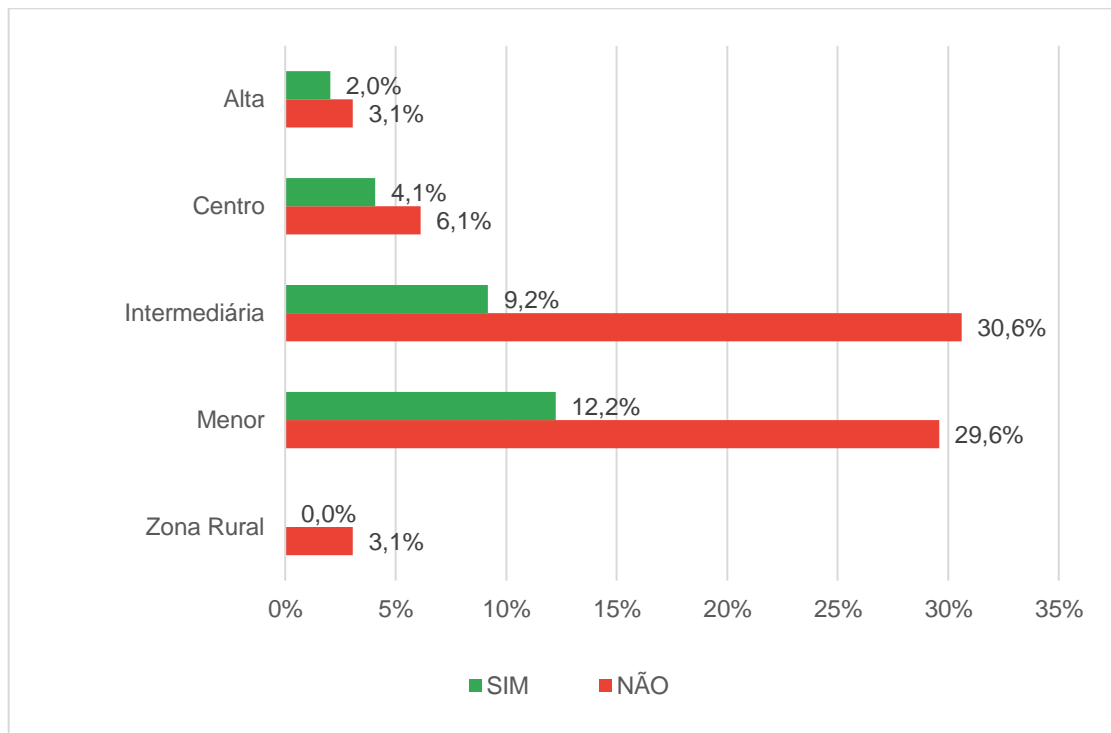
Ao considerar os aspectos da infraestrutura como fatores de proteção aos indivíduos sob a perspectiva de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010), entende-se que ela pode configurar-se como pseudossatisfator, uma vez que há um sistema de serviços públicos que não protege de forma adequada e equilibrada os indivíduos. Ao não eliminar riscos à saúde decorrentes de questões ambientais e sanitárias, esse sistema mantém os trabalhadores suscetíveis a vulnerabilidades cotidianas. Segundo Hennig e Laier (2023), as condições de infraestrutura estão correlacionadas com a satisfação com a vida. Nessa mesma perspectiva, Moghayedi *et al.* (2023) consideram que habitações impróprias e bairros inseguros convertem-se em fatores relevantes para o comprometimento da qualidade de vida e do bem-estar físico e mental, fragilizando a resiliência dos indivíduos. Nota-se que a proteção também é tensionada

pelas condições econômicas dos domicílios, considerando a renda mensal aproximada relatada pelos respondentes, conforme descrito na necessidade de “subsistência”. As famílias encontram-se expostas a imprevistos e dificuldades financeiras, uma vez que parte da renda é comprometida com a alimentação e, em alguns casos, com o aluguel, sem proporcionar às pessoas a possibilidade de constituir reservas financeiras. O alto custo de vida no município, mencionado nas respostas descritivas, corrobora os dados encontrados.

Mesmo diante desse cenário, 86,3% dos respondentes relataram que o responsável pelo domicílio não está cadastrado no Cadastro Único (programas de transferência de renda, como Bolsa Família e outros); apenas 4,9% informaram estar cadastrados e 6,9% nunca estiveram, ainda que o número de pessoas cadastradas no município seja significativo. Esse quadro reforça fragilidades na proteção social, pois, em caso de desemprego, doença ou crise, a combinação de baixos salários e ausência de reserva financeira pode expor as famílias a situações de vulnerabilidade. Somam-se, a esse contexto, os vínculos sociais e de confiança investigados. Os dados apontam que 71,6% dos respondentes acreditam que a maioria das pessoas em seu bairro não está disposta a ajudar em caso de necessidade; 38,6% afirmam não confiar em seus vizinhos e outros 38,6% não sabem se confiam. Buscou-se identificar em qual perfil sociodemográfico esse quadro se estabelece com maior intensidade.

Ao correlacionar as respostas com a identificação geográfica dos entrevistados, conforme a Tabela 2, baseada na categorização sociodemográfica dos bairros proposta pela Fundação Luiz Englert (2024), observa-se, por meio do Gráfico 14, que a percepção de que a maioria das pessoas do bairro não está disposta a ajudar predomina em todas as categorias analisadas. Contudo, essa percepção de ausência de apoio é mais intensa nos agrupamentos por faixa de renda média domiciliar intermediária e menor, com 30,6% e 29,6%, respectivamente, envolvendo bairros de média e alta densidade populacional. Por outro lado, o percentual de trabalhadores que acreditam que a maioria das pessoas está disponível para ajudar é mais elevado nos bairros caracterizados por menor renda média domiciliar e alta densidade populacional.

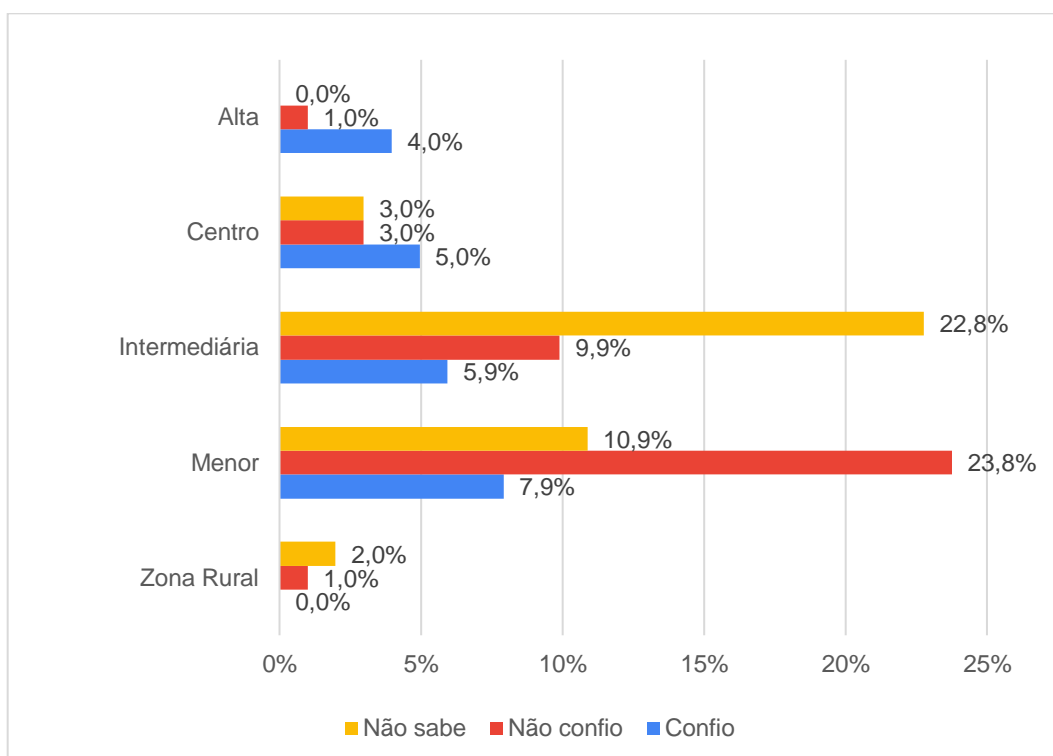
Gráfico 14 – Percepção de apoio no bairro de acordo com a caracterização sociodemográfica



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

No mesmo sentido, o Gráfico 15 ilustra o grau de confiança em relação às pessoas do bairro no qual os trabalhadores residem. Ao estabelecer a correlação com o agrupamento por faixa de renda média domiciliar, percebe-se que a falta de confiança nas pessoas do bairro está presente em todas as categorias, com destaque para o agrupamento de menor faixa de renda, no qual 23,8% dos respondentes que residem nesses bairros afirmam não confiar nas pessoas do entorno. Os percentuais de “não sabe”, expressivos na faixa de renda intermediária (22,8%), indicam incerteza e distanciamento. Já nos bairros de alta faixa de renda domiciliar e no Centro, a confiança é ligeiramente maior, sugerindo que renda e localização suavizam, mas não eliminam a fragilidade das relações. Embora o maior grau de confiança identificado (7,9%) também se concentre na faixa de menor renda média domiciliar, observa-se que, na zona rural, não se estabelece nenhuma relação de confiança significativa entre os moradores.

Gráfico 15 – Percepção do grau de confiança por caracterização sociodemográfica



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Nos bairros de menor renda, percebe-se simultaneamente alta desconfiança e o maior percentual de pessoas que acreditam poder contar com a ajuda dos vizinhos, indicando a existência de redes de apoio, ainda que ambivalentes. Esse aspecto sugere que, em contextos de maior vulnerabilidade, parte dos moradores passa a depender fortemente da rede próxima, construindo laços de apoio. Entende-se que, em condições de dificuldade material, a expectativa de apoio entre moradores torna-se um recurso central de sobrevivência e proteção, mesmo convivendo com experiências de desconfiança. Quanto ao grau de confiança no município ao longo dos últimos anos, 43,1% dos respondentes avaliam que a situação “permaneceu mais ou menos a mesma”, enquanto 30,4% percebem piora, apenas 6,9% identificam alguma melhora. Ainda, 19,6% não sabem informar, sinalizando incerteza ou distanciamento em relação à questão. Essa fragilidade dos vínculos de proteção comunitária combina-se com a baixa confiança em relação à prefeitura local: 57,1% dos trabalhadores não confiam na instituição municipal, embora algumas respostas descritivas mencionem a troca recente de governo e expectativas de melhora futura.

Portanto, entende-se que esse quadro indica que, para a maioria, o município não é percebido como um agente que cuida e protege, o que pode aprofundar a sensação de desamparo. Ao mesmo tempo, uma parcela projeta na mudança de gestão a possibilidade de se sentir amparada futuramente. Dessa forma, a necessidade de “proteção” aparece tensionada tanto nas relações de vizinhança quanto na relação com o poder público local. Conforme defendem Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010), essa necessidade é parcialmente atendida por meio das redes de apoio de vizinhança, marcadas por ambivalências, nas quais convivem expectativas de ajuda e experiências de desconfiança. Em paralelo, a percepção de continuidade ou piora no grau de confiança no município soma-se ao fato de que o poder público não é reconhecido como um garantidor efetivo de segurança e amparo. Identifica-se, assim, uma combinação de vínculos comunitários tensionados e de baixa confiança institucional, na qual a percepção sobre a situação da violência também se apresenta como um fator que compromete a sensação de “proteção”.

Para 59,8% dos respondentes, a violência aumentou em Canela, já 21,6% percebem que permanece igual, somente 8,8% acreditam que diminuiu nos últimos anos, embora os índices oficiais mantenham-se estáveis (Rio Grande do Sul, 2025b). Essa percepção pode estar correlacionada não apenas a episódios concretos de criminalidade, mas também a aspectos ambientais do território, como falta de iluminação pública adequada, praças e ruas degradadas e demora na resposta de soluções por parte do poder público. A perspectiva de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn correlacionada aos elementos identificados na pesquisa, auxilia a compreender alguns dos motivos pelos quais os trabalhadores percebem o cotidiano como mais arriscado, mesmo na ausência de registros de aumento significativo de delitos. A ausência ou precariedade de elementos de infraestrutura urbana, aliada à frágil confiança nas redes de apoio e no poder público, promove medo e vulnerabilidade coletiva. Isso se alinha à ideia de que as necessidades humanas podem ser satisfeitas em diferentes níveis e intensidades, e de que as frustrações não se limitam ao plano individual, mas podem expressar “pobrezas” de grupos sociais e de ambientes inteiros.

No caso da necessidade humana fundamental de “proteção”, assim como das demais, o não atendimento satisfatório não se caracteriza apenas como pobreza material, mas como um quadro mais amplo. Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010) afirmam que, em determinadas condições, podem emergir “patologias coletivas”

associadas a processos econômicos concebidos de forma tecnicista e reducionista. Essa perspectiva permite interpretar a insegurança vivida pelos trabalhadores como uma expressão de uma pobreza de proteção, produzida também por dinâmicas estruturais do desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, os autores ressaltam que cada necessidade não deve ser vista apenas como carência ou falta, mas também como potencialidade e recurso. Sob esse aspecto, as informações permitem reconhecer e fortalecer as possibilidades de proteção existentes no território, especialmente no que se refere à salvaguarda do bem maior: a vida humana. Com esse olhar, Alves (2023) defende propostas centradas em corresponsabilidades alicerçadas no “saber cuidar”, fundamentadas na ética do humano.

Para a necessidade de “Afeto”, foram estabelecidas correlações diretas com as questões 26 e 27 do questionário. Ao analisar esses dados, evidencia-se a interdependência entre as necessidades de “afeto” e “proteção”, uma vez que os laços próximos de apoio e as relações de confiança no território aparecem de forma muito próxima. Os dados revelam que embora 24,3% dos trabalhadores declarem ter cinco ou mais amigos próximos que os deixam à vontade para conversar sobre assuntos particulares ou pedir ajuda, 13,6% dizem ter entre três ou quatro amigos, 25,2% uma ou duas pessoas e 7,8% relatam não ter ninguém. Ao correlacionar com o elevado número de respondentes (71,6%) que acreditam que a maioria das pessoas dos seus bairros não está disposta a ajudar, observa-se que a necessidade de “afeto” enquanto ser solidário, receptivo, se dá em redes muito próximas, encontrando pouco suporte na comunidade mais ampla.

Do ponto de vista do capital social, os dados sugerem que laços de afeto e amizades, a confiança e a cooperação em escala comunitária apresentam-se bastante fragilizadas, indicando que a necessidade de “afeto” não é vivenciada de forma equilibrada, ou seja, não se realiza plenamente no cotidiano dos trabalhadores do setor de turismo. A aproximação entre as pessoas pode ser prejudicada pelos horários de trabalho prolongados, estendendo-se, muitas vezes, aos finais de semana, dificultando a construção desses laços. Entretanto, essa configuração pode se refletir na forma como o território é cuidado e apresentado. Por se tratar de uma cidade turística, a disposição para receber, cuidar e embelezar ruas, tornando os espaços mais acolhedores, não diz respeito apenas à atração de visitantes, mas também à autoestima coletiva e ao afeto pelo lugar. Quando a comunidade vivencia baixa autoestima e relações de afeto e confiança tensionadas, tende a haver menor

investimento em tornar os espaços urbanos acolhedores e significativos, enfraquecendo a sensação de acolhimento tanto para moradores quanto para visitantes.

Já a necessidade de “compreensão”, articula-se às questões 7A, 17, 18, 32, 36, 37 e 38. Conforme Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010), essa necessidade envolve dimensões, como consciência crítica e curiosidade, bem como o acesso a políticas educativas e a escolas e outros espaços de educação formativa. No contexto dos trabalhadores do setor de turismo, 70,9% relatam perceber que são atendidos pelo serviço público de educação, enquanto 3,9% relatam que não e 25,2% informam não saber. Quanto à satisfação, 56,3% se diz satisfeito e 14,56% apontam que não, enquanto 29,1% não sabe informar.

Quando questionados sobre o acesso aos serviços de educação na comunidade, 15,2% dos respondentes consideram que todas as pessoas conseguem acessar esses serviços, enquanto 39,4% apontam que somente algumas pessoas têm acesso. Já 37,4% respondem não saber, 4% consideram que mais ou menos a metade da comunidade tem acesso, ao passo que outros 4% avaliam que esse acesso alcança mais da metade da comunidade. Os dados mostram que 98% dos respondentes afirmam que o responsável pelo domicílio sabe ler e escrever, o que dialoga com a escolaridade identificada na pesquisa, na qual a maioria tem o ensino médio completo, muito embora essa necessidade não se conecta somente à escolarização, mas também à racionalidade.

Os resultados sugerem que a necessidade “compreensão” é parcialmente vivenciada, mesmo que o nível de educação básica seja atendido e as respostas descritivas revelem a capacidade de elaborar leituras críticas sobre a realidade tanto individual quanto da comunidade em relação ao turismo. O percentual significativo de pessoas que “não sabe dizer” e as menções à falta de informação, indicam limites significativos de compreender de forma mais ampla o desenvolvimento do turismo e suas consequências para a vida cotidiana. Embora, neste estudo, as questões 36, 37 e 38 tenham sido apontadas como formas de indicar a necessidade de “compreensão”, a análise dos relatos mostra que, ao interpretarem as mudanças trazidas pelo turismo, os trabalhadores mobilizam o entendimento sobre outras necessidades. Por essa razão, as respostas descritivas foram organizadas em quadros analíticos, visando agrupar as informações por área temática, associando-as

às necessidades axiológicas de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn e indicando a sistemática das citações e exemplos de respostas.

A necessidade de “participação” correlaciona-se às questões 27, 28, 33, 34 e 35. A maioria dos trabalhadores não percebe a comunidade como um espaço de participação solidária, já que 71,6% acreditam que a maioria das pessoas do bairro não está disposta a ajudar, enquanto 38,6% afirmam não confiar nos vizinhos e outros 38,6% não sabem se confiam. Esse quadro se articula à baixa inserção em organizações comunitárias no município: 59,2% dos respondentes não participam de nenhuma associação ou entidade comunitária, enquanto uma pequena parcela integra sindicatos, igrejas ou outros grupos, em percentuais dispersos e pouco expressivos, sendo o tipo mais frequente igrejas ou entidades similares, com 7,8%.

O envolvimento reduzido em organizações coletivas precisa ser interpretado à luz do ritmo de vida dos indivíduos: muitos trabalhadores relatam jornadas intensas, em alguns casos com dupla inserção em diferentes empregos. A análise das respostas descritivas também revela sentimento de exclusão e a percepção de que a voz dos trabalhadores pouco influencia as decisões locais. Esses elementos indicam que a necessidade de “participação” é vivenciada de forma fragilizada e pouco equilibrada, limitando a construção de vínculos de confiança e a capacidade de ação coletiva no território.

Nesse sentido, as questões 34 e 35 foram incluídas de forma articulada entre os indicadores da necessidade de “participação”, uma vez que investigam as relações de confiança com a prefeitura local e a percepção sobre o quanto o governo municipal e os líderes locais consideram as preocupações dos trabalhadores ao tomar decisões que afetam a coletividade. Entende-se que os sentimentos de exclusão e a baixa confiança no governo local podem contribuir para que muitos trabalhadores não percebam sua participação como relevante ou eficaz. Nesses contextos, engajar-se em associações ou em processos decisórios tende a ser visto como “participar não faz diferença”. O detalhamento dessas questões será retomado no tópico em que são analisadas as respostas descritivas.

Quanto à necessidade de “lazer”, articulada às questões 7G e 30, os resultados indicam um quadro ambivalente. Em relação aos serviços que proporcionam espaços para esporte e lazer, 45,6% dos trabalhadores consideram que são atendidos, 32,0% avaliam que não e 22,3% não sabem informar. Quanto à satisfação, 37,9% declaram-se satisfeitos, 31,1% insatisfeitos e 31,1% não sabem informar. Além disso, 61,0%

afirmam não ter o costume de se reunir com outras pessoas para jogar, praticar esportes ou realizar atividades recreativas, enquanto 38,4% relatam fazê-lo. Esses resultados, sob a perspectiva de Max-Neef e seus colaboradores, sugerem que a necessidade de “lazer” é parcialmente atendida. Há oferta percebida de espaços e serviços, mas também insatisfação, somada ao fato de que a maioria não se reúne para atividades recreativas. O “lazer”, enquanto necessidade, não se restringe unicamente ao tempo livre, mas envolve também o poder de estar com outros em ambientes seguros e acolhedores, cultivar vínculos, experimentar o território e elaborar experiências – dimensões que dialogam diretamente com as necessidades de “afeto”, “participação”, “proteção” e “compreensão”.

Diversos elementos do contexto auxiliam a compreender os desequilíbrios que envolvem a necessidade de “lazer”. As jornadas prolongadas de trabalho, muitas vezes em horários estendidos e aos finais de semana, reduzem o tempo disponível para convívio e descanso; os recursos financeiros necessários para algumas práticas podem afastar essa possibilidade para aqueles que sentem o peso do custo de vida; e as relações de confiança fragilizadas, juntamente com a percepção de violência no território, tendem a desestimular o uso de espaços abertos que não transmitem segurança. Assim, a necessidade de “lazer” aparece tensionada por condições de subsistência, proteção e participação, evidenciando de forma clara a interdependência entre as necessidades descritas por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn e a fragilidade do contexto que envolve a possibilidade de lazer dos trabalhadores do setor de turismo de Canela.

Embora o instrumento de pesquisa não tenha incluído indicadores específicos para as necessidades de “criação”, “liberdade” e “identidade” – tendo proposto a correlação somente por meio da questão 30 – é possível discutir essas dimensões de modo indireto à luz do referencial de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn. No caso da “identidade”, ela pode ser realizada por meio da participação em espaços de pertencimento e convívio comunitário, bem como pela efetiva escuta e consideração das preocupações dos trabalhadores. Os dados revelam que essa necessidade é parcialmente atendida, alinhando-se à fragilidade sistêmica observada, o que também ocorre para as necessidades de “criação” e “liberdade”.

As jornadas exaustivas, a participação limitada, a falta de confiança e a autoestima percebida sugerem um cenário em que os trabalhadores aparecem mais como objetos do processo de desenvolvimento do turismo do que como sujeitos

protagonistas – situação que não é particular a Canela, mas comum a muitos outros destinos turísticos. As condições para criar, decidir e construir pertencimento tornam-se estreitas, indicando que “criação”, “identidade” e “liberdade” são necessidades fragilizadas, fortemente dependentes da realização de outras necessidades. No contexto de um destino turístico, essas necessidades podem ser vistas como centrais, tanto pela sua interdependência com as demais necessidades fundamentais quanto pelas suas potencialidades. Entende-se que elas são decisivas para que os trabalhadores deixem de ocupar apenas o lugar de mão de obra e se reconheçam como sujeitos que criam, interpretam e cuidam do território de forma autônoma.

Nesse contexto, a possibilidade de inventar, propor e experimentar novas práticas fortalece a autoestima e sustenta o processo de identificação com o trabalho e com a comunidade, produzindo um sentimento de pertencimento que pode se traduzir na preservação da identidade local. Assim, ainda que não mensuradas diretamente, essas necessidades revelam-se comprometidas, em desequilíbrio, limitando o potencial do desenvolvimento em escala humana no destino turístico de Canela.

A seguir, são analisadas as respostas descritivas que permitem aprofundar como essas limitações na realização das necessidades se expressam nas experiências concretas dos trabalhadores do setor de turismo.

#### *4.3.2.1 Por trás da vitrine turística: a voz dos trabalhadores e a realização das necessidades humanas*

Em consonância com a perspectiva do Desenvolvimento à Escala Humana, não se trata apenas de compreender racionalmente as necessidades, mas de entendê-las tal como são sentidas e vividas pelos indivíduos. Nesse sentido, ouvir a voz dos trabalhadores permite um “diagnóstico sentido” da realidade, no qual as necessidades não aparecem como categorias abstratas, mas como experiências concretas de satisfação e frustração, falta e possibilidade no cotidiano do trabalho e da vida no município de Canela. Sob essa perspectiva, as respostas descritivas permitem aprofundar a compreensão sobre como os trabalhadores do setor de turismo percebem os efeitos do desenvolvimento do turismo sobre suas vidas, suas famílias e sua comunidade. Essas narrativas evidenciam tensões entre oportunidades e condições de trabalho, qualidade de vida e pertencimento ao território.

As respostas descritivas da questão 34 foram agrupadas às da questão 35 por proximidade temática, uma vez que ambas investigam aspectos relacionados ao

governo local, totalizando 66 respostas descritivas. Na questão 34, os respondentes foram questionados quanto ao grau de confiança na prefeitura local, sendo que 57,1% relataram não confiar; quanto à possibilidade de comentar sobre esse aspecto, 14 respostas foram registradas. A pergunta 35 buscou esclarecer até que ponto o governo local e os líderes consideram as preocupações manifestadas pelos trabalhadores ao tomar decisões que afetam a coletividade. Foram registradas 52 respostas, ou seja, 50,5% dos respondentes optaram por se manifestar, expondo suas perspectivas em relação ao questionamento.

As respostas descritivas foram organizadas no Quadro 1 por similaridade de temas, estabelecendo correspondência com a Matriz das Necessidades de Max-Neef, além de indicar a ocorrência de citações ao apontar um exemplo de fala.

Quadro 1 – Temas identificados e sua ocorrência nas respostas

<b>Temas Agrupados</b>	<b>Correspondência com Necessidade Axiológica</b>	<b>Ocorrência de citações</b>	<b>Respostas</b>
Confiança e avaliação de gestão	Participação Compreensão	12 18,2%	“Acredito que o atual prefeito consiga dar um bom rumo à cidade.”
Falta de informação	Compreensão Participação	12 18,2%	“Não estou muito por dentro das informações a respeito da prefeitura.”
Críticas às políticas públicas	Proteção Subsistência	11 16,7%	“Só dão atenção à parte turística da cidade, as áreas menos favorecidas nada muda!”
Expectativas de mudanças positivas	Participação	4 6,1%	“Acredito que a nova gestão 2025 fará melhor que as anteriores.”

Desinteresse/ indiferença	Participação	5 7,6%	“Não me importo.”
Desconfiança política	Participação Proteção	1 1,5%	“Políticos devem sempre ser vistos com algum nível de desconfiança.”
Desconsideração dos trabalhadores	Participação Proteção Afeto	12 18,2%	“O governo só lembra de nós em época de eleições; nossa voz não tem valor. Só temos o básico, mas é difícil ser ouvido.”
Falta de preocupação com os moradores	Proteção Afeto	2 3,0%	“Eles não têm nenhuma preocupação com os moradores da cidade.”
Respostas confusas ou não pertinentes	?	4 6,1%	“Acredito que os líderes da cidade vão de acordo com cada situação de prioridade, até o momento estou tranquilo.”

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Com base no Quadro 1, a análise revelou que 57,1% dos entrevistados expressam descrença nas lideranças, destacando a ausência de diálogo, promessas não cumpridas e uma atenção voltada apenas aos interesses políticos ou ao turismo, em detrimento das necessidades da comunidade local. Essa percepção vai ao encontro dos entendimentos de Torkington *et al.* (2020) e Epler Wood *et al.* (2019), que evidenciam, em seus estudos, que o turismo frequentemente prioriza o crescimento econômico e o mercado consumidor em detrimento dos aspectos sociais e da sustentabilidade comunitária. Embora 24,3% tenham apresentado percepções

positivas, reconhecendo algum esforço da atual gestão ou a possibilidade de escuta – ainda que nem sempre acompanhados de ações concretas –, 25,8% dos respondentes se mostraram neutros, indefinidos ou desinteressados quanto à participação nos processos decisórios. Ao considerar os aspectos negativos, 39,4% das respostas apontam críticas às políticas públicas, desconfiança política, desconsideração dos trabalhadores e falta de preocupação com os moradores.

À luz da Teoria de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn observa-se que as necessidades de “participação” e “proteção” não estão plenamente atendidas. Predominam pseudossatisfatores que criam a sensação de consulta e diálogo, mas não resultam em mudanças efetivas, e até violadores, quando há exclusão da voz dos trabalhadores. As percepções positivas, embora em menor número, sinalizam potenciais satisfatores sinérgicos.

Embora as questões investigadas estejam diretamente relacionadas à “participação” e “proteção”, a análise revela que também afetam outras necessidades fundamentais, como “compreensão”, “subsistência” e “afeto”. Isso demonstra que a carência de “participação” e “proteção” repercute em outros aspectos, corroborando a interdependência das necessidades descritas por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010). De acordo com Cardoso *et al.* (2022), a participação efetiva é essencial para fortalecer a democracia local e construir cidades mais justas, alinhadas à satisfação das necessidades humanas fundamentais. Além disso, entende-se que a fragilidade dessas necessidades pode repercutir na identidade, no pertencimento e protagonismo dos trabalhadores, uma vez que, como evidenciado pela fala “nossa voz não tem valor”, esses indivíduos podem perceber-se como objetos e não como sujeitos no processo de desenvolvimento, conforme defendido por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn.

Ao investigar os aspectos gerais do turismo, embora tenham sido realizadas 103 entrevistas, nem todos os participantes responderam a todas as questões apresentadas no instrumento de coleta de dados. A não resposta pode estar associada a fatores como desconforto, ausência de opinião formada ou desinteresse específico pelo aspecto questionado. Assim, o número total de respostas por questão não corresponde necessariamente ao número total de entrevistados. Ressalta-se ainda que, durante o processo de categorização, verificou-se que algumas respostas apresentavam conteúdo transversal, abrangendo mais de um eixo temático. Nesses casos, as respostas foram consideradas em mais de uma categoria, respeitando a

natureza qualitativa da pesquisa e a complexidade das percepções expressas pelos respondentes.

Primeiramente, os respondentes foram convidados a escrever sobre as mudanças para a família desencadeadas pelo desenvolvimento do turismo em Canela, destacando aspectos positivos e negativos, além da possibilidade de assinalar que “não sabe dizer”. Nesse sentido, 61 dos respondentes assinalaram essa opção, enquanto foram registradas 30 respostas descritivas com aspectos positivos e 24 com aspectos negativos, conforme agrupado por eixos temáticos no Quadro 2, onde as respostas estão quantificadas e correlacionadas à Matriz de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn.

Quadro 2 – Percepções de mudanças positivas nas famílias motivadas pelo turismo

<b>Área temática</b>	<b>Correspondência com Necessidade Axiológica</b>	<b>Ocorrência de citações</b>	<b>Respostas</b>
Emprego e renda	Subsistência Participação Proteção	20	“Empregos garantem meu trabalho e que eu leve comida para casa.”
Melhorias em Infraestrutura e serviços públicos	Subsistência Proteção	2	“Ruas limpas e pavimentadas.”
Desenvolvimento econômico e modernização	Subsistência Participação	5	“Ampliação de parques.”
Expectativa de melhoria e qualidade de vida	Liberdade Afeto Participação	5	“Canela é uma cidade hoje conhecida e pode trazer possibilidades de melhora de vida para minha família.”

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

As percepções positivas mais recorrentes referiram-se a emprego e renda, mencionadas em 20 respostas, alinhando-se ao que discutem Santos e Costa (2022) e Rabahy (2020), que apontam o turismo como vetor de geração de trabalho e

sustento familiar. Esses relatos, associados às necessidades de “subsistência”, “participação” e “proteção”, configuram satisfatores sinérgicos que fortalecem a segurança econômica e a estabilidade familiar. Outros relatos apontaram melhorias em infraestrutura e serviços públicos, em 2 respostas, vinculadas às necessidades de proteção e subsistência, além do desenvolvimento econômico e modernização, em 5 respostas, associados à ampliação de oportunidades e espaços de lazer, reforçando a participação social. Quanto às expectativas de melhorias na qualidade de vida, esse tópico foi mencionado em 5 respostas, abrangendo as necessidades de “afeto”, “liberdade” e “participação”, ressaltando a visão de Canela como cidade em transformação e com potencial de melhoria contínua. Sob esse aspecto, vale destacar que, de acordo com Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn. (2010), a qualidade de vida depende da satisfação integrada das necessidades humanas fundamentais.

A mesma questão identificou as percepções negativas, descritas no Quadro 3, que se concentraram em cinco áreas temáticas, sendo a mais mencionada economia e custos, com 10 respostas, trazendo relatos sobre o aumento do custo de vida e dos aluguéis, o que limita a “subsistência” e “liberdade”, configurando pseudossatisfatores ou violadores. Esses aspectos são debatidos por Cibulka e Giljum (2020), Jover e Díaz-Parra (2022) e Epler Wood *et al.* (2019).

Quadro 3 – Percepções de mudanças negativas nas famílias motivadas pelo turismo

<b>Área temática</b>	<b>Correspondência com Necessidade Axiológica</b>	<b>Ocorrência de citações</b>	<b>Respostas</b>
Economia e custos	Subsistência Liberdade	10	“Maior custo de vida.”
Comunitário e Identitário	Identidade Compreensão	5	“Ao longo dos anos, só vi declínio. Povo com baixa autoestima, sem acesso à educação.”
Social e Familiar	Proteção Afeto	4	“Exaustão.”
Segurança e Qualidade de vida	Proteção	3	“Mais população e insegurança.”

Infraestrutura e Mobilidade	Proteção Subsistência	2	“Saneamento baixo, a cidade não preparada.”
-----------------------------	-----------------------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Essa situação é especialmente significativa considerando que a maioria dos trabalhadores relataram uma renda familiar aproximada entre um e três salários mínimos: o trabalho turístico garante renda, mas o encarecimento da vida compromete a realização plena de outras necessidades. Essas evidências vão ao encontro do que é relatado pela Fundação Luiz Englert (2024) quanto ao baixo rendimento mensal de grande parte da população do município, o que é reforçado pela identificação do perfil econômico dos respondentes. Outros aspectos destacados foram os comunitários e identitários, com 5 referências, que apontam dependência excessiva do turismo e sentimento de desvalorização, afetando as necessidades de “identidade” e “compreensão”. Esses elementos configuram pseudossatisfatores e violadores, pois comprometem o fortalecimento dos vínculos sociais e o pertencimento (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010). Já no campo social e familiar, 4 respostas afirmam que a sobrecarga de trabalho reduziu o tempo de convivência, comprometendo o “afeto” e “subsistência”, indicativo de satisfatores violadores. Relatos sobre segurança e qualidade de vida, com 3 respostas, e infraestrutura e mobilidade, com 2 respostas, evidenciam desafios nas necessidades de “proteção” e “subsistência”.

Ao buscar conhecer as percepções dos entrevistados quanto às maiores mudanças na comunidade em relação ao desenvolvimento do turismo no município de Canela, registraram-se 27 mudanças positivas, 23 negativas e 65 indicações de “não sabe dizer” como resposta. As respostas positivas foram distribuídas em cinco áreas temáticas, conforme vê-se no Quadro 4, uma vez que a área que concentrou o maior número de respostas foi a relacionada ao emprego e renda, com 13 respostas vinculadas, principalmente, às necessidades de “subsistência”, “participação” e “proteção”.

Quadro 4 – Percepções de mudanças positivas na comunidade motivadas pelo turismo

Área temática	Correspondência com Necessidade Axiológica	Ocorrência de citações	Respostas
Emprego e Renda	Subsistência Proteção Participação	13	“Ninguém fica sem emprego.”
Infraestrutura e Serviços Públicos	Subsistência Proteção	6	“Parte asfaltada.”
Desenvolvimento Econômico	Subsistência Proteção	6	“Mudança positiva, crescimento da atividade turística.”
Expectativa de Melhoria e Qualidade de Vida	Liberdade Afeto Participação	2	“Empresários se unindo para fazer alguma coisa.”

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esses relatos destacam o aumento de vagas e oportunidades de emprego no turismo, a elevação da renda e a garantia de trabalho, indicando satisfatores sinérgicos que asseguram a estabilidade econômica e fortalecem o sentimento de inclusão social, em consonância com o que já foi observado pelos respondentes em relação às mudanças nas famílias e com o que apontam Santos e Costa (2022) e Rabahy (2020). Na área de infraestrutura e serviços públicos, com 6 relatos associados às necessidades de “subsistência” e “proteção”, os entrevistados ressaltaram avanços, como a ampliação de parques, melhoria das ruas e pavimentação, configurando satisfatores sinérgicos que promovem ambientes urbanos mais seguros e acessíveis, favorecendo o bem-estar coletivo (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 2010). No que se refere ao desenvolvimento econômico e à modernização, também com 6 respostas relacionadas às necessidades de “subsistência” e “participação”, os participantes destacaram a maior movimentação econômica e a dinamização das atividades locais.

A expectativa de melhoria na qualidade de vida, mencionada em 2 respostas e correlacionada às necessidades de “liberdade”, “afeto” e “participação”, representa satisfatores sinérgicos, pois fortalece o pertencimento comunitário e a esperança por melhores condições de vida. Quanto aos aspectos vinculados às percepções negativas sobre o desenvolvimento do turismo em Canela, as respostas organizadas no Quadro 5 indicam que as principais questões apontadas se concentram nas áreas de infraestrutura e mobilidade, economia e custos, com sete respostas em cada tema, vinculadas, principalmente, às necessidades de “subsistência”, “proteção” e “participação”. Observa-se que os aspectos identificados na investigação sobre as maiores mudanças para as famílias dos entrevistados reaparecem quando o foco da análise se desloca para a comunidade, evidenciando a recorrência dessas preocupações em diferentes níveis de experiência.

Quadro 5 – Percepções de mudanças negativas na comunidade motivadas pelo turismo

<b>Área temática</b>	<b>Correspondência com Necessidade Axiológica</b>	<b>Ocorrência de citações</b>	<b>Respostas</b>
Infraestrutura e Mobilidade	Subsistência Proteção Participação	7	“A cidade muitas vezes não tem organização nem infraestrutura.”
Economia e Custos	Subsistência Proteção Participação	7	“Preços dos aluguéis, desvalorização da mão de obra.”
Social e Familiar	Afeto Proteção	4	“Falta de tempo para lazer e descanso.”
Segurança e Qualidade de Vida	Proteção	2	“Falta de policiamento e a crescente baderna.”

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esses relatos enfatizam a sensação de desorganização, a carência de planejamento e a precariedade da infraestrutura. As respostas sinalizam que o crescimento turístico não tem sido acompanhado, na mesma proporção, por

investimentos em infraestrutura voltados ao cotidiano dos moradores. Esse aspecto é tratado por Epler Wood, Milstein e Ahamed-Broadhurst (2019) como um dos “fardos invisíveis” do turismo, em que a não ampliação ou renovação da infraestrutura acaba por pressionar as comunidades locais. Os relatos corroboram a percepção de que os respondentes não se sentem plenamente atendidos ou satisfeitos, indicando a presença de pseudossatisfatores e satisfatores violadores.

Quanto ao eixo “economia e custos”, os entrevistados destacam o encarecimento da vida cotidiana, especialmente no que se refere à moradia e à remuneração. O conjunto dessas percepções revela que, embora o turismo impulse o dinamismo econômico, o aumento dos custos básicos, os baixos salários e a percepção de baixa valorização do trabalho operam como pseudossatisfatores.

Na área social e familiar, com 4 citações associadas às necessidades de “afeto” e “proteção”, destacam-se menções à “falta de tempo para lazer e descanso”, indicando jornadas extensas e a possibilidade de desgaste físico e emocional, que reduzem o convívio familiar e o acesso ao lazer. Esse aspecto torna-se ainda mais sensível quando se trata de indivíduos que precisam buscar rendas complementares ou, no caso das mulheres – maioria entre os respondentes identificados nesta pesquisa –, acumulam múltiplas responsabilidades. Nesse contexto, o turismo aparece como garantia de emprego e fonte de renda, porém à custa do comprometimento do tempo livre e das relações afetivas, conforme evidenciado nas respostas. Configuram-se, assim, pseudossatisfatores e satisfatores violadores que, ao mesmo tempo em que atendem parcialmente à necessidade de “subsistência”, prejudicam a realização de “afeto” e “lazer” e, até mesmo, a “proteção” da saúde física e mental.

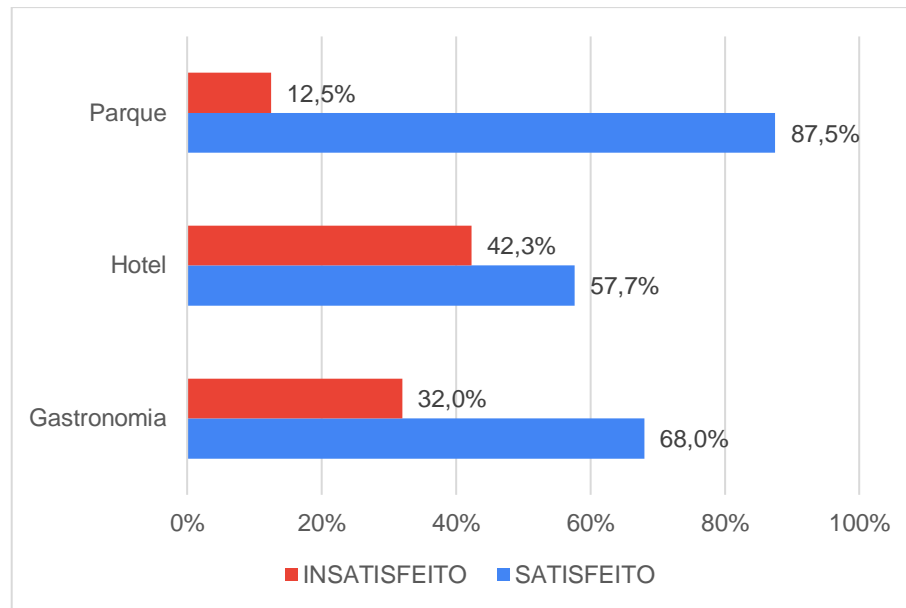
No que se refere à “segurança” e à “qualidade de vida”, ainda que com menor frequência (2 respostas), os entrevistados mencionam “a falta de policiamento” e “a crescente baderna”, reforçando a percepção de insegurança já constatada pelos dados da pesquisa. Isso evidencia que a necessidade de “proteção” não se realiza de forma plena, apontando vulnerabilidades nesse aspecto e reforçando a presença de satisfatores violadores. Quando questionados sobre o grau de satisfação próprio e de suas famílias em relação ao desenvolvimento da atividade turística na comunidade, 73,6% dos respondentes declararam-se satisfeitos, enquanto 26,4% afirmaram não estar satisfeitos. Do total, 19,4% optaram por comentar a questão de forma descritiva.

Os trabalhadores que indicaram satisfação (73,6%), destacaram, sobretudo, o aumento de empregos e o crescimento econômico, considerados satisfatores sinérgicos essenciais para a “subsistência” e “proteção”, conforme Max-Neef *et al.* (2010). Entretanto, 26,4% manifestaram insatisfação, apontando o aumento do custo de vida, a precarização salarial e a dificuldade de qualificação profissional como aspectos que se configuram como pseudossatisfatores e satisfatores violadores, por comprometerem a realização integrada das necessidades básicas. Um dos relatos exemplifica essa ambivalência: “Precisamos do turismo, mas somos sugados com muito trabalho, pouco dinheiro, tudo caro, sem sobra para lazer, vivendo basicamente para comer.”.

Avanços como o aumento no número de parques relatado pelos entrevistados refletem satisfatores sinérgicos nas dimensões de “subsistência” e “proteção”. Contudo, as carências em planejamento e segurança configuram satisfatores violadores. As necessidades de “afeto” e “participação” podem ser favorecidas pela organização empresarial e pelas oportunidades geradas pelo setor, mas encontram limites na insatisfação em relação à gestão pública. A “identidade”, por sua vez, revela uma ambivalência entre o orgulho pelo desenvolvimento local e o temor de perda cultural, evidenciando a complexidade dos satisfatores na dinâmica social da comunidade e reforçando a pertinência da teoria de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn para a análise do desenvolvimento humano sustentável, em consonância com os desafios apontados por Santos e Costa (2022) e Rabahy (2020).

Com o intuito de identificar entre os setores do turismo integrados à pesquisa como os respondentes de cada segmento se manifestam em relação ao desenvolvimento da atividade, observa-se, conforme ilustrado no Gráfico 16, que os trabalhadores dos parques apresentam maior índice de satisfação (87,5%), seguidos pelo setor de gastronomia (68%) e pelo setor hoteleiro (57,7%). Consideram-se, nesse caso, apenas os indivíduos que responderam a essa pergunta.

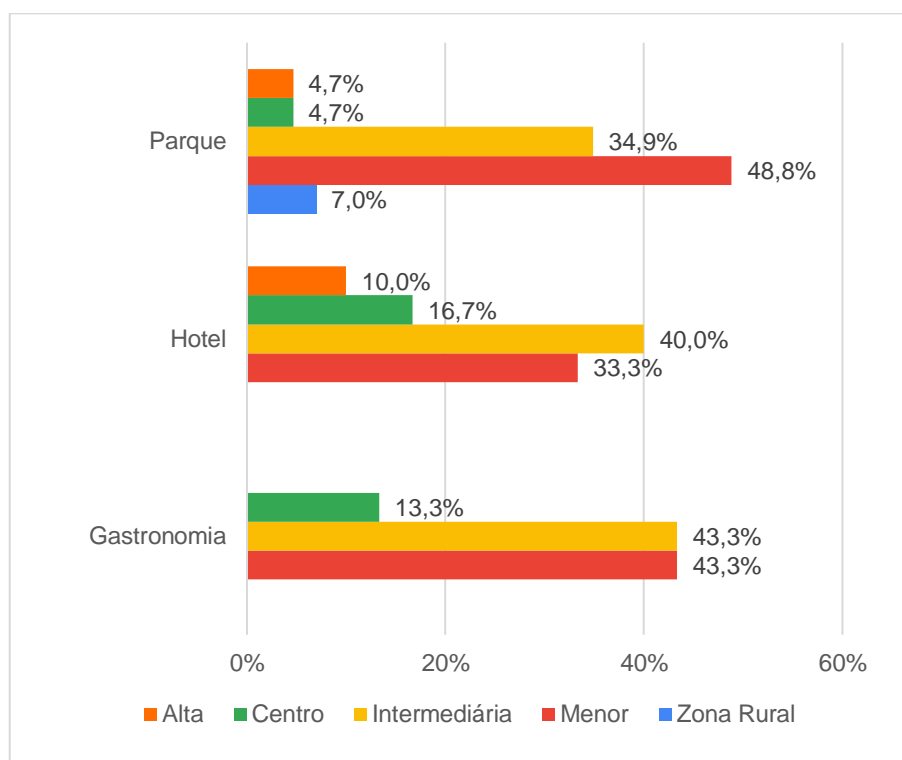
Gráfico 16 – Percepção da satisfação com o desenvolvimento do turismo por setor



Fone: Elaborado pela autora (2026).

De acordo com o Gráfico 16, observa-se que o maior grau de insatisfação com o desenvolvimento do turismo na comunidade está entre os respondentes do setor hoteleiro (42,3%), seguido pelo setor de gastronomia (32%), enquanto, nos parques, esse percentual é de 12,5%. Esse quadro torna-se mais significativo quando analisado em relação à renda e em diálogo com o contexto sociodemográfico, especialmente no que se refere à distribuição por faixa de renda média domiciliar. Os dados indicam que é justamente no setor hoteleiro e, em seguida, nos parques que se concentram as melhores faixas de renda média relatadas pelos respondentes, ao passo que a gastronomia reúne maior proporção de trabalhadores na faixa de 1 a 2 salários mínimos. No entanto, são os hotéis e os parques os setores que apresentam maior frequência de jornadas superiores a 44 horas semanais, o que contribui para explicar por que níveis de renda relativamente mais elevados não se convertem, de forma direta e automática, em maior satisfação com o desenvolvimento do turismo. De acordo com os Gráficos 16 e 17, observa-se ainda que os trabalhadores dos parques, embora se concentrem em maior percentual nos bairros de menor faixa de renda média domiciliar, são os mais satisfeitos; em contraste, os trabalhadores do setor hoteleiro, com menor presença nesses bairros e maior proporção de residência na região central, apresentam o maior grau de insatisfação.

Gráfico 17 – Correlação setor do entrevistado e localização sociodemográfica por faixa de renda média domiciliar



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nesse sentido, pode-se considerar que as zonas centrais e intermediárias de Canela, embora ofereçam maior facilidade de acesso a serviços, sofrem com mobilidade comprometida e infraestrutura urbana deficitária em determinados aspectos, especialmente em períodos de maior fluxo turístico. Essa aparente contradição reforça que a centralidade não se traduz automaticamente em maior satisfação ou realização das necessidades humanas. A correlação entre setor de atuação, renda, zona de moradia e nível de satisfação evidencia a complexidade dos fatores que modulam tanto a percepção quanto a satisfação em relação ao desenvolvimento turístico, bem como a realização das necessidades humanas. Corrobora-se, assim, o que apontam Souza, Bahl e Kushano (2013): sendo o espaço do turismo um espaço social, as tensões e os contrastes da sociedade atingem elevado nível de complexidade.

De modo geral, os resultados indicam que as necessidades humanas dos trabalhadores do setor de turismo de Canela se realizam de forma desigual e fragmentada. A “subsistência” aparece atendida em maior grau, especialmente pela possibilidade de geração de emprego e renda. Em contrapartida, necessidades como

proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade e liberdade mostram-se mais tensionadas, revelando um quadro de realização parcial. Os satisfatores identificados distribuem-se de forma ambígua: são sinérgicos no que tange à inserção no mercado de trabalho e à obtenção de renda (subsistência), mas frequentemente assumem a forma de pseudossatisfatores ou inibitórios – como o aumento do custo de vida e as jornadas extensas, que prometem estabilidade e garantias de sobrevivência, mas comprometem “proteção”, “liberdade”, “criação” e “lazer” – e até mesmo de satisfatores violadores, como as longas jornadas de trabalho que fragilizam “afeto” e “proteção”.

Quando Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010) tratam a pobreza para além da compreensão restrita à falta de renda, definindo-a como falha na realização das necessidades humanas fundamentais, apontam para a geração de uma fragilidade sistêmica. À luz dessa perspectiva, observa-se que o quadro de Canela se insere em um contexto de pobreza simultânea, capaz de gerar patologias sociais que comprometem o desenvolvimento em escala humana. Em síntese, o objetivo de identificar as necessidades humanas realizadas pelos trabalhadores do setor de turismo de Canela foi alcançado ao evidenciar que o modelo vigente favorece, em maior medida, a satisfação da necessidade de subsistência, porém de modo tal que as demais necessidades fundamentais frequentemente se apresentam comprometidas ou apenas parcialmente atendidas. Essa ambivalência abre caminho para o próximo objetivo, que busca constatar se o desenvolvimento do destino turístico contribui efetivamente para a satisfação integrada das necessidades humanas dos trabalhadores.

#### 4.3.3 A contribuição do desenvolvimento do destino turístico do município de Canela/RS para a satisfação das necessidades humanas fundamentais

Os dados que caracterizam o perfil socioeconômico dos trabalhadores do setor de turismo de Canela, identificando suas necessidades humanas fundamentais, oferecem a base para analisar a contribuição do desenvolvimento turístico para a satisfação dessas necessidades, à luz do Desenvolvimento à Escala Humana de Max-Neef e seus colaboradores. No referencial teórico, ao examinar como diversos pesquisadores buscam incorporar aspectos da vida humana às mensurações do IDH, de forma complementar à renda, à educação e à expectativa de vida, identificam-se

fatores como saúde, atividades esportivas e de lazer, capacidade financeira, condições de vizinhança e localização residencial, entre outros. Nesse contexto, Murray e Pauw (2022) destacam que a teoria de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn oferece um guia concreto para orientar o desenvolvimento rumo a uma qualidade de vida aprimorada, superando as limitações da hierarquização das necessidades básicas proposta por Maslow (1943). Ao considerar destinos turísticos como Canela, Uysal e Sirgy (2019) argumentam que os indicadores de qualidade de vida podem funcionar como métricas complementares – ou mesmo independentes – do desempenho turístico, contribuindo para a sustentabilidade e utilização adequada dos recursos no destino.

No caso específico de Canela, o entendimento desses autores alinha-se à busca por compreender de que modo o desenvolvimento turístico tem contribuído para melhorar a condição de vida das pessoas, uma vez que, na perspectiva de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn o processo de desenvolvimento refere-se às pessoas, e o melhor processo de desenvolvimento é aquele que possibilita aos indivíduos aprimorar sua qualidade de vida de forma integrada. Os resultados encontrados sugerem que o desenvolvimento do turismo em Canela, embora amplie oportunidades de trabalho e dinamize a economia local, não se traduz, de maneira equilibrada, em desenvolvimento em escala humana para os trabalhadores. Em contraste com abordagens centradas predominantemente em indicadores econômicos, como o PIB, ou em indicadores ainda insuficientes, como o IDH, que captam aspectos parciais das condições de vida, a perspectiva proposta por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn destaca a realização das necessidades humanas fundamentais como força motriz do desenvolvimento. Nesse sentido, não basta que o destino apresente crescimento do fluxo turístico ou melhora em determinados índices quantitativos, visto que, como salientam Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010, p. 37, tradução nossa), “o desenvolvimento das pessoas deve opor-se ao fetichismo dos números”, sem desconsiderar as condições reais e as possibilidades concretas que os indivíduos têm para a realização de suas necessidades.

Os achados empíricos indicam que, para a maior parte dos trabalhadores, prevalece um padrão de realização comprometida e parcialmente atendida, no qual o trabalho no turismo garante a sobrevivência econômica, mas convive com exaustão, insegurança, frágil participação política e risco de adoecimento mental, o que limita a possibilidade de que o desenvolvimento coletivo e o desenvolvimento individual

caminhem de forma convergente. Os dados da pesquisa sugerem que, em Canela, o turismo tende a organizar-se mais como motor de crescimento econômico do que como um projeto de desenvolvimento à escala humana.

Embora a maioria dos trabalhadores relate satisfação com o desenvolvimento do turismo – sobretudo pelo acesso a oportunidades de trabalho –, essa percepção convive com uma realidade de renda familiar situada, em geral, entre um e três salários mínimos, além do aumento do custo de vida. Tal dinâmica é descrita por Lei, Suntikul e Chen (2023) ao observarem que moradores tendem a aceitar efeitos negativos em função dos benefícios percebidos. Contudo, emerge uma fragilidade quando a satisfação é analisada por setor (hotéis, parques e gastronomia), constatando-se que, mesmo com salários relativamente mais elevados, os trabalhadores do setor hoteleiro não se mostram os mais satisfeitos com o desenvolvimento do turismo.

Essa aparente contradição ilustra de maneira contundente a teoria de Max-Neef e seus colaboradores, segundo a qual o avanço na necessidade de “subsistência”, por meio da geração de empregos, quando ocorre de forma desarticulada da realização das demais necessidades humanas, não garante desenvolvimento humano. Soma-se a esse quadro o expressivo movimento pendular em relação ao município vizinho, Gramado, o que aponta para um desequilíbrio significativo na organização territorial do desenvolvimento. Nesse sentido, tal dinâmica sugere que a realização da “subsistência” ocorre de forma precária, reforçando a leitura de fragilidade sistêmica das necessidades no território.

Uma sociedade “sã”, nos termos de Max-Neef (1986), deve orientar-se pelo desenvolvimento de todas as pessoas e da pessoa em sua integralidade, estimulando processos de autodependência e protagonismo. Para muitos trabalhadores de Canela, contudo, o turismo aparece menos como caminho para o desenvolvimento pleno e mais como a principal alternativa disponível para garantir a sobrevivência, o que ajuda a explicar a satisfação com a oportunidade de emprego mesmo diante de condições de renda limitada e de realização restrita de outras necessidades.

A análise das respostas descritivas, em diálogo com os dados sociodemográficos, possibilitou a organização do Quadro 6, que sintetiza a resposta ao terceiro objetivo específico, considerando as nove necessidades fundamentais propostas na matriz de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn. Dentre elas, apenas a “subsistência” (emprego/renda) apresenta contribuição significativa para o

desenvolvimento humano. As demais oito (proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade e liberdade) mostram-se comprometidas ou parcialmente atendidas, caracterizando um quadro de fragilidade sistêmica.

Quadro 6 – Contribuição do desenvolvimento do turismo às necessidades humanas fundamentais em Canela

<b>Necessidade axiológica</b>	<b>Temas nas respostas</b>	<b>Contribuição percebida</b>
Subsistência	Emprego/renda/oportunidades	Significativa
Proteção	Insegurança/custo de vida	Comprometida/ Parcialmente atendida
Afeto	Falta de tempo familiar	Comprometida/ Parcialmente atendida
Compreensão	Escolaridade/baixa formação continuada	Comprometida/ Parcialmente atendida
Participação	Baixa participação na comunidade/pendularidade	Comprometida/ Parcialmente atendida
Identidade	Pouco reconhecimento e laços de pertencimento fragilizados	Comprometida/ Parcialmente atendida
Criação	Jornadas extensas	Comprometida/ Parcialmente atendida
Lazer	Jornadas extensas/renda restrita	Comprometida/ Parcialmente atendida
Liberdade	Baixa autonomia	Comprometida/ Parcialmente atendida

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Contrariando o ideal de um desenvolvimento à escala humana integrado, o desenvolvimento turístico do município de Canela exemplifica um crescimento

econômico que não se traduz, de forma ampla e equilibrada, em bem-estar humano, gerando uma situação de pobreza simultânea de necessidades fundamentais. Essa ambivalência, embora revele a potencialidade do turismo como vetor de inclusão, evidencia a necessidade urgente de políticas públicas orientadas à promoção de satisfatores sinérgicos no território e ao equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento humano dos trabalhadores locais.

Na perspectiva do Desenvolvimento à Escala Humana de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn tais fragilidades nas necessidades fundamentais não configuram mera ausência, mas também potencialidades para o desenvolvimento humano. As carências devem ser compreendidas como parte do próprio processo de transformação, na medida em que as necessidades passam a ser entendidas simultaneamente como deficiência e como potência — isto é, como expressão de limites estruturais e, ao mesmo tempo, como recurso mobilizador para a construção de novos satisfatores e arranjos sociais mais integrados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo se propôs a investigar como o desenvolvimento do destino turístico de Canela, no Rio Grande do Sul, sob a ótica da Escala Humana de Max-Neef, contribui para o atendimento das necessidades humanas dos trabalhadores do setor de turismo, considerando a necessidade de ir além de indicadores tradicionais e de problematizar a capacidade real do turismo de promover qualidade de vida para sua base produtiva. A utilização da Matriz de Necessidades e Satisfatores de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn permitiu estruturar o instrumento de pesquisa e aproximar o referencial teórico da realidade empírica. A articulação dos dados de 103 trabalhadores entrevistados possibilitou captar não apenas dados objetivos, mas também percepções, experiências e contradições vividas no cotidiano desses indivíduos. De modo geral, os resultados indicam que a questão-problema foi respondida. O turismo, no município, mostra-se relevante para a geração de emprego e renda, contribuindo para a necessidade de “subsistência”. No entanto, quando observadas as demais necessidades, percebe-se um cenário menos equilibrado, configurando fragilidade sistêmica no território.

O município de Canela, cuja história é marcada por transições de matriz produtiva, consolidou-se nas últimas décadas como destino turístico, em virtude da combinação de atrativos naturais, infraestrutura hoteleira, gastronômica e parques temáticos, além de eventos de grande porte, como o *Sonho de Natal*, mobilizando milhares de turistas anualmente. O fluxo de visitantes foi, pouco a pouco, transformando a economia local e modificando relações e estruturas, fazendo com que o turismo deixasse de ser uma atividade complementar para tornar-se o eixo central da dinâmica social e espacial do município.

No entanto, esse “sucesso”, promovido como um propulsor de prosperidade, desencadeou limitações estruturais significativas, pouco debatidas e frequentemente negligenciadas. Tal perspectiva economicista restringe o entendimento do turismo como uma força social capaz de promover transformações no território – tanto positivas quanto negativas – que extrapolam a dimensão meramente econômica. Nesse contexto, a visão humanizada da atividade tende a direcionar maior preocupação ao visitante do que à comunidade que o recebe e o acolhe. Embora os efeitos do turismo em um território possam ser experienciados por todos os membros de uma comunidade, e por se tratar de um fenômeno social complexo que age e interage com diversos aspectos da sociedade, a contextualização do perfil socioeconômico dos trabalhadores do setor de turismo torna-se fundamental para que as correlações com as necessidades humanas fundamentais propostas por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn ganhem maior consistência.

O perfil socioeconômico identificado revela trabalhadores que, mesmo inseridos em um destino turístico considerado bem-sucedido, vivenciam limitações concretas no cotidiano, relacionadas a custos de vida elevados, pressões sobre a infraestrutura urbana, insegurança percebida e dificuldades de acesso qualificado a serviços públicos. O crescimento populacional, associado ao intenso fluxo turístico, tensiona mobilidade, habitação e equipamentos urbanos, produzindo o que pode ser compreendido como “fardos invisíveis” do turismo.

Os dados obtidos por meio das análises das respostas descritivas e de suas correlações indicam que a evolução do turismo no município, embora tenha proporcionado melhorias no emprego, na renda e na infraestrutura, configura um crescimento econômico que não se traduz em bem-estar humano e qualidade de vida de forma ampla e equilibrada. Tal processo gera pobreza simultânea das necessidades fundamentais, contrariando o ideal de Desenvolvimento à Escala

Humana proposto por Max-Neef e seus colaboradores. Nessa perspectiva, a evolução do turismo em Canela contribui para áreas específicas, mas não garante a satisfação plena e equilibrada das necessidades humanas. Constatou-se a presença de pseudossatisfatores, satisfatores inibitórios e satisfatores violadores no cotidiano dos trabalhadores entrevistados.

A análise comparativa entre os setores avaliados revelou um dado particularmente significativo: o setor hoteleiro, que apresentou melhores rendimentos médios entre os respondentes, foi também aquele que expressou maior insatisfação com o desenvolvimento do turismo. Tal paradoxo reforça empiricamente a proposição de Max-Neef de que a ampliação do “ter” não garante, por si só, o fortalecimento do “ser”. A renda, dissociada de melhores condições de trabalho, tempo disponível, segurança e participação, não assegura desenvolvimento humano. Embora o emprego se apresente como elemento central para a subsistência, observou-se que ele frequentemente se realiza sob jornadas extensas, desgaste físico e mental, fragilidades na participação social e limitações no acesso ao lazer e à segurança.

O desequilíbrio das necessidades humanas não satisfeitas provocou patologias no desenvolvimento, comprometendo tanto o bem-estar individual quanto a coesão social. Sob esse aspecto, perceberam-se fragilidades expostas pela falta de confiança entre as pessoas em seus bairros, assim como pela falta de confiança institucional, gerando consequências sociais importantes, como a percepção de aumento da insegurança no município. O estudo identificou ausências que não são meras deficiências, de acordo com a teoria proposta por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, mas potencialidades que podem se tornar recursos. As respostas dos trabalhadores revelam possibilidades de Desenvolvimento à Escala Humana no município de Canela por meio da construção de satisfatores sinérgicos com potencialidade mobilizadora no território, capazes de integrar qualidade de vida, equidade social e valorização cultural.

Para que o turismo de Canela se consolide como vetor de desenvolvimento humano – e não apenas econômico – torna-se fundamental a formulação de políticas públicas orientadas pela centralidade das necessidades humanas. Isso implica incorporar dimensões subjetivas e qualitativas ao planejamento turístico, promover a participação e o diálogo comunitário, investir em infraestrutura urbana compatível com a dinâmica territorial e oferecer condições de trabalho que articulem subsistência com proteção, identidade, criação e liberdade. O foco, portanto, deve deslocar-se do

desempenho exclusivamente quantitativo para a promoção de processos que integrem indivíduo e coletividade, economia e território, natureza, tecnologia e relações sociais. Somente assim o turismo poderá deixar de ser apenas um setor estratégico da economia local para tornar-se um projeto ético de desenvolvimento comprometido com seus trabalhadores e com a comunidade anfitriã de forma equilibrada.

É imprescindível incluir as necessidades humanas como temas prioritários nos debates políticos e empresariais do município, com compromisso efetivo com a construção de caminhos que promovam a melhoria da qualidade de vida das pessoas de forma integral, sobretudo nos aspectos relacionados à saúde mental da população. Nesse sentido, destaca-se a relevância da criação e do fortalecimento de espaços de diálogo e escuta que possibilitem aos trabalhadores expressar percepções e demandas, a fim de promover a participação e pertencimento. Sob essa perspectiva, o foco volta-se às pessoas como sujeitos – portanto não como objetos – do processo de desenvolvimento, superando uma visão centrada exclusivamente em fatores econômicos e rompendo com a ilusão desenvolvimentista. Canela, assim, pode gerar prosperidade humana sustentável e um turismo ético comprometido com a comunidade.

A pesquisa apresenta limitações inerentes ao recorte escolhido, tendo como foco três setores turísticos de Canela, não abrangendo outras atividades que compõem o setor nem outras realidades comparativas. Além disso, a defasagem de alguns dados oficiais constituiu um limitador analítico. Tais aspectos, contudo, não invalidam os resultados alcançados, mas indicam possibilidades de aprofundamento.

Como pesquisas futuras, sugere-se o aprimoramento do instrumento de investigação, com o objetivo de captar mais elementos sobre as necessidades investigadas, a ampliação da amostra para outros segmentos da comunidade e a realização de estudos comparativos com destinos turísticos de características semelhantes. Adicionalmente, destaca-se a relevância de incorporar, em pesquisas futuras, avanços recentes no campo teórico do Desenvolvimento à Escala Humana, como a proposição de uma décima necessidade humana fundamental, a transcendência, conforme sugerido por León *et al.* (2025), expandindo as possibilidades analíticas e interpretativas acerca das necessidades humanas em contextos contemporâneos. Recomenda-se, ainda, a promoção de espaços participativos de devolutiva dos resultados, estimulando processos de

autodependência e consciência coletiva acerca das potencialidades e fragilidades identificadas.

Espera-se que este estudo contribua para a reflexão sobre a centralidade das necessidades humanas fundamentais no planejamento turístico, articulando a perspectiva do Desenvolvimento à Escala Humana às políticas públicas municipais e às agendas de turismo sustentável, consciente e responsável. Ao aplicar empiricamente a Matriz de Necessidades e Satisfatores em um destino turístico consolidado, o estudo contribui para reforçar que crescimento e desenvolvimento não são sinônimos. A análise das necessidades humanas amplia a compreensão sobre os efeitos do turismo no território e reafirma a urgência de colocar as pessoas e não apenas os indicadores econômicos no centro das estratégias de desenvolvimento. Ademais, almeja-se que o estudo estimule a valorização dos trabalhadores dos setores envolvidos no turismo enquanto sujeitos do desenvolvimento e promova estudos futuros sobre a Matriz de Necessidades e Satisfatores de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn aplicada a outros destinos turísticos, bem como sobre práticas de turismo ético alinhadas à escala humana.

## REFERÊNCIAS

- ALAIMO, L. S.; SERI, E. Measuring human development by means of composite indicators: open issues and new methodological tools. **Quality and Quantity**, [s. l.], 2023.
- ALBUQUERQUE, M. C. B. de; OLIVEIRA, S. A. de. A construção social da identidade turística: uma visão do institucionalismo organizacional. **Revista Turismo em Análise**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 435-454, 2020.
- ALKIRE, S. Dimensions of Human Development. **World Development**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 181-205, 2002.
- ALVES, K. S. Trabalho e sofrimento psíquico de profissionais do turismo. **Revista Turismo Estudos e Práticas - RTEP/GEPLAT/UERN**, [s. l.], v. 9, n. Dossiê Temático 2, p. 1-13, 2020.
- ALVES, V. J. R. Turismo no rumo da Sociedade 5.0: um chamado à co-responsabilidade. **Tudo é Ciência: Congresso Brasileiro de Ciências e Saberes Multidisciplinares**, [s. l.], n. 2, 2023. Disponível em: <https://conferenciasunifoa.emnuvens.com.br/tc/article/view/1008>. Acesso em: 25 out. 2024.
- AZEVEDO, W. F. de. **Manfred A. Max-Neef (1932-2019), economista chileno**. *In memoriam*. [S. l.], 2019. Instituto Humanitas Unisinos, Adital. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591699-biografia-de-manfred-a-max-neef-1932-2019>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- BARRETO, L. M. T. S.; LANZARINI, L. (coords.). **Turismo Responsável no Brasil: tendências, estratégias e fomento em sustentabilidade, turismo de base comunitária e segurança turística**. [S. l.]: SEDIS-UFRN, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/56891>. Acesso em: 25 out. 2024.
- BASSAN, D. S. Alguns aspectos teóricos do desenvolvimento com o olhar na região do Vale do Paranhana. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, [s. l.], v. 1, n. 39, p. 39, 2014.
- BASSAN, D. S. **Desenvolvimento desigual na Região do Vale do Rio Pardo**. 1. ed. [S. l.]: Edunisc, 2003.
- BÖRÖCZ, J. **Leisure migration: a sociological study on tourism**. 1. ed. Oxford: Pergamon Press, 1996 (Tourism social science series).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. CECAD.2.0. **Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico** – Painel de dados. 2024. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **Mapa do Turismo Brasileiro**. [S. l.], 2023. Oficial. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/mapa-do-turismo-brasileiro>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRIDI, G.; ALMEIDA, G.; SILVA, N. C. S; DAMASCENO, M. L. B. Turismo e políticas públicas estaduais: um estudo comparativo entre os planos de turismo do RN e RS. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 47-67, 2022.

BUTLER, R. The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources. **The Canadian Geographer / Le Géographe canadien**, [s. l.], v. 24, p. 5-12, 2008.

CANELA (RS). Prefeitura Municipal. **Canela: A capital nacional dos parques temáticos tem dois atrativos no topo dos melhores do mundo**. Assessoria de Imprensa, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://canela.rs.gov.br/sitenovo/8069-2/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

CANELA (RS). Prefeitura Municipal. **Casa Vitória: mais de 900 atendimentos em 3 anos de acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica em Canela**. Assessoria de Imprensa, 2024a. Disponível em: <https://canela.rs.gov.br/siteantigo/noticia/casa-vitoria-mais-de-900-atendimentos-em-3-anos-de-acolhimento-a-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-em-canela/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CANELA (RS). Prefeitura Municipal. **Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação (SMADSCH)**. 12 set. 2024b. Disponível em: <https://canela.rs.gov.br/sitenovo/smadsch/>. Acesso em: 14 out. 2025.

CANELA (RS). Prefeitura Municipal. **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (SMEEL)**. 12 set. 2024c. Disponível em: <https://canela.rs.gov.br/sitenovo/smeel/>. Acesso em: 14 out. 2025.

CANELA (RS). Prefeitura Municipal. **Secretaria Municipal de Saúde (SMS)**. 12 set. 2024d. Disponível em: <https://canela.rs.gov.br/sitenovo/sms/>. Acesso em: 14 out. 2025.

CANELA (RS). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. **Inventário da Oferta Turística**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://canela.rs.gov.br/publicacaolegal/inventario-da-oferta-turistica/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

CARDOSO, L. Desenvolvimento de quê e para quem? **Crítica Revolucionária**, [s. l.], v. 3, p. e015, 2024.

CÉSAR, P. A. B. Urbanização turística: esboço para a definição de uma categoria do espaço social. **Revista Turismo em Análise**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 406, 2010.

CIBULKA, S.; GILJUM, S. Towards a comprehensive framework of the relationships between resource footprints, quality of life, and economic development. **Sustainability (Switzerland)**, [s. l.], v. 12, n. 11, 2020.

COHEN, E. A Phenomenology of Tourist Experiences. **Sociology**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 179-201, 1979.

COSTA, F. N. da. **Decisões complexas**: estudo do caso do turismo. Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2024. Texto para discussão. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD467.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CUADRADO-BALLESTEROS, B.; BISOGNO, M. The relevance of budget transparency for development. **International Review of Administrative Sciences**, [s. l.], v. 89, n. 1, p. 239-256, 2023.

DALL'AGNOL, S. Impactos do turismo x comunidade local. *In*: **VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: [https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_7/arquivos/02/06\\_DaIl\\_Agnol.pdf](https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/02/06_DaIl_Agnol.pdf). Acesso em: 16 ago. 2025.

DANTAS, N. L. S.; DANTAS, A. V. S. Percepção dos impactos do turismo na comunidade de Pitangui (RN). **Ateliê do Turismo**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 129-146, 2021.

DĚDEČEK, R.; DUDZICH, V. Exploring the limitations of GDP per capita as an indicator of economic development: a cross-country perspective. **Review of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 193-217, 2022.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). **Anexo 1: pesquisa básica de vulnerabilidade socioeconômica para fins de reassentamento – DNIT**. [S. l.]: [s. n.], 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/download/planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/anexo-pesquisa-basica-de-vulnerabilidade-socioeconomica-para.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). **Metodologia desenvolvida pelo DNIT permite aferir vulnerabilidade de pessoas afetadas por obras**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/metodologia-desenvolvida-pelo-dnit-permite-aferir-vulnerabilidade-de-pessoas-afetadas-por-obras>. Acesso em: 03 out. 2024.

DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. Disponível em: [https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod\\_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf). Acesso em: 01 out. 2024.

DRASTICHOVÁ, M.; FILZMOSE, P. Factors of quality of life in a group of selected european union and oecd countries. **Problemy Ekorozwoju**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 75-93, 2021.

EMBRATUR. **Plano Estratégico 2024-2027**. Brasília, 2024. Disponível em: [https://embratur.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Plano-Estrategico-2024-2027\\_enviado-DIREX-9.02.24.pdf](https://embratur.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Plano-Estrategico-2024-2027_enviado-DIREX-9.02.24.pdf). Acesso em: 03 out. 2025.

EPLER WOOD, M; MILSTEIN, M.; AHAMED-BROADHURST, K. **Destinations at Risk: The Invisible Burden of Tourism**. [s. l.], 2019. Epler Wood International; Cornell - SC Johnson College of Business; The Travel Foundation.

FRANCESCONI, D.; TAROZZI, M.; BYKACHEV, K.; VÄLIMÄKI, T.; TURUNEN, H.; SIMOVSKA, V. Quality of life movement: Historical overview of the policies and challenges for the future of education. **Policy Futures in Education**, [s. l.], v. 21, n. 8, p. 868-885, 2023.

FUNDAÇÃO LUIZ ENGLERT. **DIAGNÓSTICO Plano Diretor de Canela/RS - Etapa 3**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://canela.rs.gov.br/cidade/governo/meioambiente/plano-diretor/>. Acesso em: 03 out. 2025.

FUNDAÇÃO LUIZ ENGLERT. **Plano Diretor Canela - Etapa 2 Base de Dados**. Porto Alegre: Fundação Luiz Englert, 2023.

FURTADO, C. **Introducao ao desenvolvimento**: Enfoque histórico estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAU, L.-S.; DUONG, P. T.; KIM, J.-C. Parallel Leisure Sport Activities Diversity with Economic, Social and Human Development Indicators. **Social Indicators Research**, [s. l.], v. 164, n. 3, p. 1403-1425, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. Disponível em: [https://sgcd.fc.unesp.br/Home/helber-freitas/tcci/gil\\_como\\_elaborar\\_projetos\\_de\\_pesquisa\\_-anto.pdf](https://sgcd.fc.unesp.br/Home/helber-freitas/tcci/gil_como_elaborar_projetos_de_pesquisa_-anto.pdf). Acesso em: 1 out. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. [S. l.]: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 01 out. 2024.

GOMES, B. M. A.; SOUZA, S. R. de (orgs.). **Turismo e Sociedade**: aspectos teóricos. 2. ed. Curitiba: Edição do Autor, 2021.

HALISÇELIK, E.; SOYTAS, M. A. Sustainable development from millennium 2015 to Sustainable Development Goals 2030. **Sustainable Development**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 545-572, 2019.

HENNIG, M.; LAIER, B. Social Resources and Life Satisfaction: Country-Specific Effects?. **International Journal of Sociology**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 36-58, 2023.

HERRERO, C.; MARTÍNEZ, R.; VILLAR, A. Population Structure and the Human Development Index. **Social Indicators Research**, [s. l.], v. 141, n. 2, p. 731-763, 2019.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an “industry”: The forgotten power of tourism as a social force. **Tourism Management**, [s. l.], v. 27, n. 6, p. 1192-1208, 2006.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. The potential for justice through tourism. **Via. Tourism Review**, [s. l.], n. 13, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/viatourism/2469>. Acesso em: 13 jul. 2024.

HOLUBEC, S.; TOMKA, B. Human Development Index: Changes in East Central Europe, 1913-2010. **Politicka Ekonomie**, [s. l.], v. 71, n. 2, p. 130-152, 2023.

HUERTAS-VALDIVIA, I. Attitudes and Behaviors of Tourism Employees at Work and Among Co-Workers. *In: Routledge Handbook of Social Psychology of Tourism*. [S. l.]: Routledge, 2022.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2021.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO (IAS). **O saneamento em CANELA | RS | Municípios e Saneamento** | [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rs/canela>. Acesso em: 14 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados demográficos do município de Canela**. [S. l.], 2025a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/canela/panorama>. Acesso em: 9 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Moradores em domicílios particulares permanentes ocupados, exclusive os cuja condição no domicílio era pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a), por sexo, cor ou raça e classes de rendimento domiciliar per capita em salários mínimos (Tabela 10296)**. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10296#/n6/4304408/v/all/p/all/c2/all/c86/95251/c386/all/d/v1013604....> Acesso em: 13 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Desenvolvimento Humano de Canela – Ano 2010**. [S. l.], 2025b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/canela/pesquisa/37/0?ano=2010>. Acesso em: 24 nov. 2025.

IOANNIDES, D.; GYIMÓTHY, S.; JAMES, L. From Liminal Labor to Decent Work: A Human-Centered Perspective on Sustainable Tourism Employment. **Sustainability**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 851, 2021.

JOVER, J.; DÍAZ-PARRA, I. Who is the city for? Overtourism, lifestyle migration and social sustainability. **Tourism Geographies**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 9-32, 2022.

KARPENKO, L.; ZHYLINSKA, O.; ZALIZKO, V.; KUKHTA, P.; VIKULOVA, A. Human development in the context of provision of the social safety of society. **Journal of Security and Sustainability Issues**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 727-736, 2019.

KILIMOVA, L.; LYSIKOVA, O. Health as a fundamental basis of population life quality. **Economic Annals-XXI**, [s. l.], v. 180, n. 11-12, p. 191-199, 2019.

KIM, G.; DUFFY, L. N.; MOORE, D. Importance of residents' perception of tourists in establishing a reciprocal resident-tourist relationship: An application of tourist attractiveness. **Tourism Management**, [s. l.], v. 94, p. 104632, 2023.

KIM, S.; KANG, Y. Why do residents in an overtourism destination develop anti-tourist attitudes? An exploration of residents' experience through the lens of the

community-based tourism. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, [s. l.], v. 25, n. 8, p. 858-876, 2020.

KIMENGSI, J. N.; MUKONG, A. K.; BALGAH, R. A. Livelihood Diversification and Household Well-Being: Insights and Policy Implications for Forest-Based Communities in Cameroon. **Society and Natural Resources**, [s. l.], v. 33, n. 7, p. 876-895, 2020.

KOVALYSHYN, V.; YAREMAK, Z.; KOVALYSHYN, O. The standard of living in Ukraine in 2014-2022 and its impact on the environment. **International Journal of Environmental Studies**, [s. l.], v. 80, n. 2, p. 284-290, 2023.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. [S. l.]: Civilização Brasileira, 1996.

KRONENBERG, K.; FUCHS, M. The socio-economic impact of regional tourism: an occupation-based modelling perspective from Sweden. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 30, n. 12, p. 2785-2805, 2022.

KULKARNI, Vani. S.; KULKARNI, Veena. S.; GAIHA, R.; IMAI, K. S. Changes in Subjective Well-Being in India. **Social Indicators Research**, [s. l.], v. 168, n. 1-3, p. 607-644, 2023.

KUSHANO, E.; FILIPPIM, M. L. Aspectos Sociais do Turismo. *In: Turismo e sociedade: aspectos teóricos*. Curitiba, PR: Bruno Martins Augusto Gomes, 2021. (2). p. 66-85.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LEI, W. S. (Clara); SUNTIKUL, W.; CHEN, Z. Tourism development induced social change. **Annals of Tourism Research Empirical Insights**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 100088, 2023.

LEÓN, I.C.; OLMEDO, C.; SAMPAIO, C.A.C.; SKEWES, J.C.; ALCÂNTARA, L.C.S.; FLORIT, L.F. Transcendence as a fundamental human need? **Prometeica - Revista de Filosofia y Ciencias**, [s.l.], v.32, e20365, 2025. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/397462706\\_Transcendence\\_as\\_a\\_fundamental\\_human\\_need\\_Digging\\_into\\_the\\_Human\\_Scale\\_Development\\_Theory](https://www.researchgate.net/publication/397462706_Transcendence_as_a_fundamental_human_need_Digging_into_the_Human_Scale_Development_Theory). Acesso em: 12 abr. 2026.

LIANG, M.; NIU, S.; LI, Z.; QIANG, W. International Comparison of Human Development Index Corrected by Greenness and Fairness Indicators and Policy Implications for China. **Social Indicators Research**, [s. l.], v. 142, n. 1, p. 1-24, 2019.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ISBN 978-85-438-0307-4.

LOPES, D. C. **Assentamentos Informais em Cidades Turísticas: Uma análise de Canela e Gramado (RS)**. 2014, 139 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MAGNANI, M. C. A. O.; FERREIRA, M. L. S.; HELENO, C. T.; VARAJÃO, G. F. D. C.; SALCO, R. F.; FONSECA, V. M. (org.). **Turismo ConsCiência**: diálogos em tempos de pandemia. Diamantina, MG: UFVJM, 2021.

MAKAROVA, O.; KALASHNIKOVA, T.; NOVAK, I. The impact of energy consumption on quality of life in the world: Methodological aspects of evaluation. **Economic Annals-XXI**, [s. l.], v. 184, n. 7-8, p. 29-37, 2020.

MANIQUE, T. Números de tentativas de suicídio altos reforçam a importância da saúde mental. In: *Jornal Integração, Leia Fácil*, 26 set. 2025. Segurança, p. 14. Disponível em: <https://leiafacil.com.br/noticia/saude/saude-gramado-e-canela/numeros-de-tentativas-de-suicidio-altos-reforcaram-a-importancia-da-saude-mental/>. Acesso em: 14 out. 2025.

MARTONI, R. M.; ALVES, K. S. As condições da classe trabalhadora em atividades características do turismo: especificidades e tendências socioprodutivas / The conditions of workers in the characteristic activities of the tourism: socio-productive specificities and trends. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, [s. l.], v. 11, n. 1, 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6020>. Acesso em: 13 jul. 2024.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. **Psychological Review**, [s. l.], v. 50, n. 4, p. 370-396, 1943.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. 3rd eded. New York: Harper Collins, 1987.

MAX-NEEF, M. A. **La economía descalza: señales desde el mundo invisible**. Stockholm: Nordan, 1986.

MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. **Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro**. [S. l.], 2010. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/deh/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MCKENNA, S. P.; HEANEY, A. The contribution of need fulfilment to quality of life: A reflection on the relation between the needs-based model of quality of life and Max Neef's theory of Human Scale Development. **Archives of Psychology**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2020. Disponível em: <https://archivesofpsychology.org/index.php/aop/article/view/137>. Acesso em: 13 jul. 2024.

MCKERCHER, B.; WONG, I. A. Do destinations have multiple lifecycles?. **Tourism Management**, [s. l.], v. 83, p. 104232, 2021.

MELIANI, P. F. O perfil da força de trabalho do turismo do Brasil no contexto contemporâneo de flexibilização das relações de trabalho. **Revista Turismo Estudos e Práticas – RTEP/GEPLAT/UERN**, [s. l.], v. 9, n. Dossiê Temático 2, p. 1-12, 2020.

MENEGUEL, C. R. A.; TRICÁRICO, L. T. Aplicação da abordagem fenomenológica e estudo epistêmico no turismo: análise dos artigos publicados em periódicos.

**Marketing & Tourism Review**, [s. l.], v. 4, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/mtr/article/view/5020>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MICHALOS, A. C.; HATCH, P. M. Good Societies, Financial Inequality and Secrecy, and a Good Life: from Aristotle to Piketty. **Applied Research in Quality of Life**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 1005-1054, 2020.

MKHIZE, S. M.; HLENGWA, D. Residents' Perceptions of the Socio-cultural Impacts of Tourism and Suggested Solutions on the Golden Mile of Durban. **Tourism and Leisure**, [s. l.], v. 13, p. 334-341, 2024.

MOGHAYEDI, A.; MEHMOOD, A.; MICHELL, K.; EKPO, C. O. Modeling the neighborhood wellbeing of townships in south africa. **Sustainability (Switzerland)**, [s. l.], v. 15, n. 11, 2023. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85163105909&doi=10.3390%2fsu15118542&partnerID=40&md5=9af00554fc14e0bb7082693a2135f737>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MOONEY, S.; BAUM, T. A sustainable hospitality and tourism workforce research agenda: exploring the past to create a vision for the future. *In*: SHARPLEY, R.; HARRISON, D. (orgs.). **A Research agenda for tourism and development**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2019. Disponível em: <https://china.elgaronline.com/view/edcoll/9781788112406/9781788112406.00016.xml>. Acesso em: 13 jul. 2024.

MORSE, S. Quality of Life, Well-Being and the Human Development Index: A Media Narrative for the Developed World?. **Social Indicators Research**, [s. l.], v. 170, n. 3, p. 1035-1058, 2023.

MURRAY, M.; PAUW, C. A novel tool for quality-of-life assessment in the household context. **International Journal of Sustainable Development**, [s. l.], v. 25, n. 1-2, p. 95-113, 2022.

NOLL, H-H. **Social indicators and quality of life research**: Background, Achievements and current trends. *In*: [S. l.]: [s. d.], 2004. p. 151-181.

OLIVEIRA, J. L. S.; NETTO, A. P. Perspectivas críticas na análise do fenômeno turístico no Brasil. **Revista brasileira dos observatórios de turismo – Rebot**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 440-446, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **With Great Power to Bridge Cultures, Promote Sustainable Development, Tourism's Full Potential Must Be Tapped, Secretary-General Tells World Tourism Organization Assembly**. 18 October 2023. UN Meetings Coverage and Press Releases. Disponível em: <https://press.un.org/en/2023/sgsm21996.doc.htm>. Acesso em: 09 set. 2024.

OSEMEKE, M.; ADEGBOYEGA, S. **Critical review and comparism between maslow, Herzberg and Mcclelland's theory of needs**. [S. l.], 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/316797740\\_A\\_CRITICAL\\_REVIEW\\_AND\\_COMPARISM\\_BETWEEN\\_MASLOW\\_HERZBERG\\_AND\\_McCLELLAND'S\\_THEORY\\_OF\\_NEEDS](https://www.researchgate.net/publication/316797740_A_CRITICAL_REVIEW_AND_COMPARISM_BETWEEN_MASLOW_HERZBERG_AND_McCLELLAND'S_THEORY_OF_NEEDS). Acesso em: 28 jul. 2025.

PAWLICZEK, A.; KUROWSKA-PYSZ, J.; SMILNAK, R. Relation between globe latitude and the quality of life: Insights for public policy management. **Sustainability (Switzerland)**, [s. l.], v. 14, n. 3, 2022.

PERPETUA, G. M. Movimentos pendulares e acumulação do capital. **PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho**, [s. l.], v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1309>. Acesso em: 8 ago. 2024.

PORTAL DA FOLHA. **Canela apresenta melhor série sem crimes graves dos últimos 10 anos**. Redação, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://portaldafolha.com.br/2024/04/12/canela-apresenta-melhor-serie-sem-crimes-graves-dos-ultimos-10-anos/>. Acesso em: 14 out. 2025.

PUGNO, M. Scitovsky meets Sen: endogenising the dynamics of capability. **Cambridge Journal of Economics**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 1177-1196, 2017.

QIN, X.; SHEN, H.; YE, S.; ZHOU, L. Revisiting residents' support for tourism development: The role of tolerance. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, [s. l.], v. 47, p. 114-123, 2021.

RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s. l.], v. 14, p. 1-13, 2020.

RAMKISSOON, H. Perceived social impacts of tourism and quality-of-life: a new conceptual model. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 442-459, 2023.

RICCO, A. S. O turismo como fenômeno social e antropológico. *In: Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 167-180.

RIEDL, M. **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 2. ed. [S. l.]: Conceito, 2021. Disponível em: <https://editoraconceito.com.br/griebeler>. Acesso em: 28 ago. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria da Educação. **Busca de escolas**. Porto Alegre, 2025a. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/busca-de-escolas>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento. **Atlas Sócio Econômico do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2022. Disponível em: [https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/recortes/202007/31113517\\_43065\\_GD](https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/recortes/202007/31113517_43065_GD) O.png. Acesso em: 28 ago. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria de Segurança Pública (SSP-RS). **Indicadores Criminais**. Porto Alegre, 2025b. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>. Acesso em: 14 out. 2025.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. 16.ed. Campinas: Papirus 7 Mares, 2010.

SAMPAIO, C. A. C.; ALCÂNTARA, L. C. S.; SILVA, I. O.; SAMPAIO, M. V. B. C.; ALCÂNTARA, P. Desenvolvimento à Escala Humana (DEH). Perspectivas para pensar a arte, atividade física e alimentação enquanto satisfatores sinérgicos. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, [s. l.], v. 11, p. 188-201, 2022.

SANT'ANNA, A. P.; BARRETO, M. F. S. S. M. Inequality Assessment by Probabilistic Development Indices. **Social Indicators Research**, [s. l.], v. 148, n. 3, p. 733-746, 2020.

SANT'ANNA, E. S.; VIEIRA, L. O.; RAMBALDI, M. Prazer – Sofrimento no trabalho em hotéis: entre serviço e servidão. **Revista Turismo Estudos e Práticas - RTEP/GEPLAT/UERN**, [s. l.], v. 9, Seminário Virtual Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo, p. 1-15, 2020.

SANTOS, C. B.; COSTA, D. H. Turismo no Brasil: Estratégias e contribuições para economia brasileira. **E-Acadêmica**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. e5433350-e5433350, 2022.

SANTOS, E. From neglect to progress: Assessing social sustainability and decent work in the tourism sector. **Sustainability**, [s. l.], v. 15, n. 13, p. 10329, 2023.

SANTOS, L. Habitação: o maior problema de Canela. *In: Jornal Integração*, Leia Fácil, 23 set. 2025. Disponível em: <https://leiafacil.com.br/colunistas/7mpress0es/habitacao-o-maior-problema-de-canela/>. Acesso em: 14 out. 2025.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002. (Coleção Milton Santos, 2).

SANTOS-JÚNIOR, A.; ALMEIDA-GARCIA, F.; MORGADO, P.; MENDES-FILHO, L. Residents' Quality of life in smart tourism destinations: A theoretical approach. **Sustainability**, [s. l.], v. 12, n. 20, p. 8445, 2020.

SARPONG, S.Y.; BEIN, M.A. Effects of good governance, sustainable development and aid on quality of life: Evidence from sub-saharan Africa. **African Development Review**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 25-37, 2021.

SCHEUER, L. Turismo e Lugar. *In: Turismo e sociedade*: Aspectos teóricos. 2. ed. Curitiba/PR: Bruno Martins Augusto Gomes, 2021, p. 31-47. Disponível em: Acesso em: 12 out. 2025.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2021.

SHI, C.; LAND, K.C. The Data Envelopment Analysis and Equal Weights/Minimax Methods of Composite Social Indicator Construction: a Methodological Study of Data Sensitivity and Robustness. **Applied Research in Quality of Life**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 1689-1716, 2021.

SILVA, A. M. da. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. Fortaleza: Editora da UECE, 2015. Disponível em: Acesso em: 3 out. 2024. Acesso em: 14 out. 2025.

SIRGY, J. M. Promoting quality-of-life and well-being research in hospitality and tourism. **Journal of Travel & Tourism Marketing**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 1-13, 2019.

SMARTLAB. **Iniciativa SmartLab**: Promoção do trabalho decente. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://smartlabbr.org>. Acesso em: 14 out. 2025.

SOUZA, S. R. de; BAHL, M.; KUSHANO, E. S. O espaço do turismo: produção, apropriação e transformação do espaço social. **Revista Hospitalidade**, [s. l.], v. 10, n. 02, p. 1-19, 2013. Disponível em: <https://revhosp.org/hospitalidade/article/view/531>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SU, L.; YANG, X.; SWANSON, S. R. The impact of spatial-temporal variation on tourist destination resident quality of life. **Tourism Management**, [s. l.], v. 93, p. 104572, 2022.

TAVARES, É.; MONTEIRO, J. Movimentos pendulares para trabalho e estudo: estratégias metodológicas a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010. **Geosul**, [s. l.], v. 34, n. 73, p. 33-58, 2019.

TELES, M. A. Aspectos geográficos do turismo: reflexões a partir do território, região e paisagem. *In*: **Turismo e sociedade**: Aspectos teóricos. 2. ed. Curitiba, PR: [s. d.], 2021. p. 12-30.

TORKINGTON, K.; STANFORD, D.; GUIVER, J. Discourse(s) of growth and sustainability in national tourism policy documents. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 28, n. 7, p. 1041-1062, 2020.

UN TOURISM (UNTWO). **Why tourism?** The World Tourism Organization [S. l.], 2024. Institucional. Disponível em: <https://www.unwto.org/why-tourism>. Acesso em: 17 jul. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Unidade de Desenvolvimento Humano. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano>. Acesso em: 7 out. 2024.

UYSAL, M.; SIRGY, M. J. Quality-of-life indicators as performance measures. **Annals of Tourism Research**, [s. l.], v. 76, p. 291-300, 2019.

VALENTE, R.; ZARAGOZÍ, B.; RUSSO, A. P. Labour precarity in the visitor economy and decisions to move out. **Tourism Geographies**, [s. l.], v. 25, n. 8, p. 1912-1928, 2023.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VILELA, G. J. P.; COSTA, H. A. Políticas Públicas de Turismo: uma análise crítica dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003- 2022). **Revista Turismo em Análise**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 115-132, 2020.

XIAO, J.J.; BIALOWOLSKI, P. Consumer financial capability and quality of life: A global perspective. **Applied Research in Quality of Life**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 365-391, 2023.

ZEHBA, F. M. P.; FIROZ, M. C. Assessing regional quality of life with an integrated framework: An application to district of Kozhikode in the state of Kerala (India), 2011. **Regional Statistics**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 159-193, 2024.

ZORZO, S. C. **Diagnóstico e proposta de melhorias dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Canela/RS**. [s. l.], 2024. Lume - Repositório Digital da UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/279539>. Acesso em: 14 out. 2025.

## APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

**Prezado(a) Participante,**

Você está sendo convidado (a) a participar da aplicação de instrumento de pesquisa que tem como tema: “Desenvolvimento do destino turístico de Canela sob a ótica da escala humana” desenvolvida pela mestrandia Cintia Beatriz Korte Mentz, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

A pesquisadora do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e não fará uso dessas informações para outras finalidades.

Pesquisadora: Cintia Beatriz Korte Mentz      Tel.: (54) 99978.1951

E-mail: [cintiamentz@sou.faccat.br](mailto:cintiamentz@sou.faccat.br)

### QUESTIONÁRIO

#### **A – IDENTIFICAÇÃO – DADOS DEMOGRÁFICOS:**

**Nome do entrevistado:** \_\_\_\_\_ (Opcional/ pode colocar apelido)

**Bairro onde mora:** \_\_\_\_\_

**1. Qual é a sua relação com o domicílio (casa onde mora)? Ou seja, você é ... escolha uma das alternativas abaixo:**

1. Responsável pelo domicílio ( )
2. Esposo/Esposa do responsável do domicílio ( )
3. Filho/Filha do responsável do domicílio ( )
4. Outros \_\_\_\_\_

**2. Qual a sua idade?**

1. Adultos entre 30 - 59 anos de idade ( )

2. Jovens adultos entre 18 – 29 anos de idade ( )

3. Adultos maiores de 60 anos de idade ( )

**3. Qual o seu gênero?**

1. Feminino ( )

2. Masculino ( )

3. Prefiro não informar ( )

4. Outro ( )

**4. Qual a sua cor/raça? (Pode ser respondido conforme você se identifica)**

1. Branca ( )

2. Preta ( )

3. Amarela ( )

4. Parda ( )

5. Indígena e/ou quilombola ( )

6. Não sabe ( )

**5. Quantos anos você vive em Canela?**

1. Toda a vida ( )

2. Mais de 20 anos ( )

3. De 11 a 20 anos ( )

4. De 6 a 10 anos ( )

5. De 2 a 5 anos ( )

6. Menos de 2 anos ( )

**6. Quanto tempo você trabalha nesta empresa?**

1. Há menos de 6 meses ( )

2. Há 6 meses ( )

3. Entre 6 meses e 1 ano ( )

4. Há mais de 1 ano ( )

**B – CAPITAL FÍSICO:**

**I – INFRAESTRUTURA**

**7. Considerando o seu local de domicílio (sua casa, seu endereço), este é atendido por quais serviços? Marque com um X os serviços que são prestados e também com um X se você está satisfeito ou não.**

	<b>Serviços</b>	<b>ATENDIDO POR:</b>	<b>SATISFAÇÃO:</b>
--	-----------------	----------------------	--------------------

7 A	EDUCAÇÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
7 B	SAÚDE	SIM	NÃO	SIM	NÃO
7 C	COLETA DE LIXO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
7 D	REDE DE ESGOTO CLOACAL	SIM	NÃO	SIM	NÃO
7 E	TRANSPORTE PÚBLICO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
7 F	SEGURANÇA	SIM	NÃO	SIM	NÃO
7 G	ESPORTE E LAZER	SIM	NÃO	SIM	NÃO

## II – BENS MATERIAIS

### 8. Em relação ao seu domicílio (sua casa), qual é a condição de posse?

1. Próprio já pago ou pagando ( )
2. Alugado ( )
3. Cedido por empregador ( )
4. Cedido de outra forma e/ou não regularizado \_\_\_\_\_ ( )
5. Outra condição \_\_\_\_\_ ( )
6. Não sabe ( )

### 9. Possui algum meio de transporte para passeio ou trabalho, como uma moto ou carro?

1. SIM ( )
2. NÃO ( )
3. Não sabe ( )

## III – HABITAÇÃO

### 10. Em relação à água utilizada por seu domicílio (sua casa), poderia informar qual a sua origem?

1. Rede geral de distribuição (CORSAN) ( )
2. Água canalizada por poço ou nascente ( )
3. Cisterna ( )
4. Outra origem \_\_\_\_\_ ( )

5. Não sabe ( )

**11. Qual o modo de escoamento dos banheiros/sanitários?**

1. Rede coletora de esgoto cloacal ou pluvial ( )

2. Fossa séptica ( )

3. Fossa rudimentar ou negra ( )

4. Vala ( )

5. Direto para rio, lago, arroio ou córrego ( )

6. Outro destino \_\_\_\_\_ ( )

7. Não sabe ( )

**12. Em relação ao lixo do seu domicílio (sua casa), poderia informar como é feita a coleta ou seu destino?**

1. Coletado diretamente ( )

2. Coletado indiretamente ( )

3. Queimado ou enterrado na propriedade ( )

4. Jogado em terreno baldio ( )

5. Jogado em rio, lago, arroio ou córrego ( )

6. Outro destino \_\_\_\_\_ ( )

7. Não sabe ( )

**V – ALIMENTAÇÃO**

**13. Quanto você compromete da sua renda com os custos de alimentação no mês?**

1. Até 30% ( )

2. Entre 30% e 50% ( )

3. Entre 50% e 70% ( )

**14. Você considera que sua alimentação é saudável, incluindo uma variedade de carnes, verduras e frutas que contribuem com as vitaminas necessárias para a sua saúde?**

1. SIM ( )

2. NÃO ( )

## C – CAPITAL HUMANO

### VI – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

**15. Em relação a sua família, informe as idades e quantidade de pessoas que vivem no seu domicílio (sua casa) com você, além da escolaridade de cada pessoa identificada. Caso você resida sozinho(a) não é necessário o preenchimento do quadro abaixo.**

<b>OPÇÕES</b>	<b>QUANTOS</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>
Crianças (0 - 5 anos)		
Crianças e adolescentes (6 - 14 anos)		
Jovens (15 - 17 anos)		
Jovens e adultos entre 18 - 60 anos		
Idosos acima de 60 anos		
Pessoa com deficiência ou necessidade especial		
Não sabe		

**16. Em relação ao (s) idosos (maiores de 60 anos) do seu domicílio, ele (a), eles (as) recebem alguma remuneração (aposentadoria, pensão, trabalho remunerado, etc.)?**

1. SIM ( )
2. NÃO ( )
3. Não sabe ( )

### VII – EDUCAÇÃO

**17. O responsável pelo domicílio (pela casa) sabe ler e escrever?**

1. SIM ( )
2. NÃO ( )
3. Não sabe informar ( )

**18. Qual o seu grau de escolaridade?**

1. Pós-graduação completa ( )
2. Pós-graduação incompleta ( )

3. Superior completo ( )
4. Superior incompleto ( )
5. Ensino médio completo ( )
6. Ensino médio incompleto ( )
7. Ensino fundamental I e II completo ( )
8. Ensino fundamental I e II incompleto ( )
9. Nenhum nível de ensino completo ( )
10. Não sabe ( )

#### VIII – TRABALHO

**19. Qual(is) sua(s) ocupação(ões), considere todas as ocupações de trabalho, tanto remuneradas quanto não remuneradas.**

Atividade Principal \_\_\_\_\_

Outras \_\_\_\_\_

**Além da ocupação principal há outras remuneradas? Ou seja, você trabalha em algum outro local?**

1. Nenhum(a) ( )
2. Um(a) ( )
3. Dois ( )
4. Três ( )
5. Multiemprego e/ou multitarefas (Faz tudo, trabalhos em jardinagem, faxina/ limpeza, e ou manutenção) ( )
6. Não sabe ( )

**20. Quantas horas trabalha por semana?**

1. Menos de 44 horas semanais ( )
2. Mais de 44 horas semanais ( )
3. Não sabe ( )

#### IX – RENDA

**21. Qual sua renda familiar aproximada?**

1. Entre 1 e 2 salários mínimos ( )
2. Entre 2 e 3 salários mínimos ( )

3. Entre 3 e 5 salários mínimos ( )

4. Mais de 5 salários mínimos ( )

**22. Com sua atual renda, você diria que possui dificuldade para conseguir chegar ao final do mês?**

1. Nenhuma dificuldade ( )

2. Alguma dificuldade ( )

2. Com dificuldade ( )

3. Não sabe ( )

**23. Você possui alguma reserva financeira?**

1. SIM ( )

2. NÃO ( )

**24. Caso você tenha uma reserva financeira, informe qual o tipo.**

1. Poupança ( )

2. Aplicação financeira ( )

3. Outro ( ) \_\_\_\_\_

**25. O responsável do domicílio (da casa) está cadastrado no CADASTRO ÚNICO? (programas de transferências de renda como bolsa família e outros)**

1. SIM ( )

2. NÃO ( )

3. Nunca esteve cadastrado ( )

4. Outra condição \_\_\_\_\_ ( )

## **D – CAPITAL SOCIAL**

X – Redes de confiança e solidariedade.

**26. Quantos amigos próximos você diria que tem hoje? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda.**

1. Cinco ou mais pessoas ( )

2. Três ou quatro pessoas ( )

3. Uma ou duas pessoas ( )

4. Ninguém ( )

**27. Em geral, você acredita que a maioria das pessoas no seu bairro está disposta a ajudar caso você precise?**

1. SIM ( )
2. NÃO ( )

**28. Qual o seu grau de confiança em relação as pessoas do bairro em que você reside?**

1. Confio ( )
2. Não Confio ( )
3. Não sabe ( )

**29. Você acha que o grau de confiança no município, ao longo dos últimos anos, melhorou, piorou, ou permanece mais ou menos o mesmo?**

1. Melhorou nos últimos anos ( )
2. Permaneceu mais ou menos o mesmo ( )
3. Piorou nos últimos anos ( )
4. Não sabe ( )

#### XI – COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

**30. Você costuma se reunir com frequência com outras pessoas para jogar, praticar esportes, ou outras atividades recreativas?**

1. SIM ( )
2. NÃO ( )

**31. Em relação a situação da violência em Canela, você percebe que aumentou, diminuiu ou permaneceu mais ou menos igual em relação há anos atrás?**

1. Aumentou ( )
2. Diminuiu ( )
3. Permaneceu igual ( )
4. Não sabe ( )

**32. Há grupos de pessoas na comunidade que não conseguem ter acesso a serviços de educação (vagas em escolas)?**

1. NÃO/ Todos tem acesso a serviços de educação ( )
2. SIM/ Somente algumas pessoas ( )
3. SIM/ Muitas pessoas, mais ou menos a metade da comunidade ( )

4. SIM/ Mais da metade da comunidade ( )

5. Não sabe ( )

## XII – AUTORIDADE OU CAPACITAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA

**33. Em relação ao município, você participa de alguma associação ou organização comunitária ou similar, como:**

1. Conselho comunitário de Canela ( )

2. Sindicato \_\_\_\_\_ ( )

3. Associação de atividades artesanais ( )

4. Associação particular \_\_\_\_\_ ( )

5. Igreja ou similar ( )

6. Outra \_\_\_\_\_ ( )

7. Não participa de nenhuma organização social ( )

8. Não sabe ( )

**34. Em relação a prefeitura local, qual o seu grau de confiança?**

1. Confio ( )

2. Não confio ( )

3. Gostaria de comentar:

---

---

---

**35. Até que ponto o governo local e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por você e por outras pessoas como você, quando tomam decisões que afetam a todos?**

---

---

---

## XIII – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TURISMO – CANELA

**36. Escreva abaixo a maior mudança na SUA FAMÍLIA, com relação ao desenvolvimento do turismo em Canela (uma opção em cada um dos itens listados).**

1. Mudança positiva

---

2. Mudança negativa

---

3. Não sabe dizer ( )

**37. Escreva abaixo a maior mudança na COMUNIDADE, com relação ao desenvolvimento do turismo em Canela (uma opção em cada um dos itens listados).**

1. Mudança positiva

---

2. Mudança negativa

---

3. Não sabe dizer ( )

**38. Em termos gerais, você e sua família estão satisfeitos com o desenvolvimento da atividade do turismo na sua comunidade?**

1. Satisfeito ( )

2. Insatisfeito ( )

3. Caso queira comentar:

---

---

---

**APÊNDICE B – TABELA MATRIZ DE PERGUNTAS E NECESSIDADES  
AXIOLÓGICA E EXISTENCIAIS DE CORRESPONDÊNCIA**

<b>NÚMERO DA PERGUNTA</b>	<b>NECESSIDADE AXIOLÓGICA</b>	<b>NECESSIDADE EXISTENCIAL SER/ TER/ FAZER/ ESTAR</b>	<b>OBSERVAÇÕES:</b>
			Perguntas anteriores são de identificação de perfil
7 A	Compreensão	<b>TER</b>	TER acesso a professores e políticas educativas
		<b>ESTAR</b>	ESTAR em áreas de interação formativa como escolas e ou universidades
7 B	Subsistência	<b>TER</b>	TER saúde física e mental.
	Proteção	<b>TER</b>	TER sistema de saúde
7 C	Proteção	<b>TER</b>	TER sistema de saúde
		<b>ESTAR</b>	ESTAR habitação
7 D	Proteção	<b>TER</b>	TER sistema de saúde
		<b>ESTAR</b>	ESTAR como acesso a habitação
7 E	Subsistência	<b>SER</b>	Possibilita SER adaptável
7 F	Proteção	<b>TER</b>	TER segurança social
7G	Lazer	<b>TER</b>	TER possibilidade de jogos, festas
		<b>FAZER</b>	FAZER brincadeiras e divertir-se

		<b>ESTAR</b>	ESTAR com tempo livre, disfrutar de ambientes e paisagens
8	Proteção	<b>ESTAR</b>	ESTAR como acesso a habitação e abrigo
9	Subsistência	<b>SER</b>	Possibilita SER adaptável
10	Proteção	<b>TER</b>	TER sistema de saúde
		<b>ESTAR</b>	ESTAR como acesso a habitação
11	Proteção	<b>TER</b>	TER sistema de saúde
		<b>ESTAR</b>	ESTAR como acesso a habitação
12	Proteção	<b>TER</b>	TER sistema de saúde
		<b>ESTAR</b>	ESTAR como acesso a habitação
13	Subsistência	<b>FAZER</b>	Como possibilidade de FAZER alimentação/ alimentar-se
14	Subsistência	<b>FAZER</b>	Como possibilidade de FAZER alimentação/ alimentar-se
15	Proteção	<b>FAZER</b>	Possibilidade de cuidar e cooperar
	Compreensão	<b>TER</b>	TER acesso a professores e políticas educativas
		<b>ESTAR</b>	ESTAR em áreas de interação formativa como escolas e ou universidades
16	Subsistência	<b>TER</b>	TER comida, trabalho
	Proteção	<b>FAZER</b>	FAZER como cooperar/ cuidar
17	Compreensão	<b>TER</b>	Possibilidade de TER acesso a literatura
		<b>FAZER</b>	Possibilidade de FAZER análise e interpretação

18	Compreensão	<b>TER</b>	TER acesso a políticas educativas, professores, ...
		<b>FAZER</b>	FAZER como possibilidade de fazer análise, interpretação, investigar
		<b>ESTAR</b>	ESTAR em áreas de interação formativa como escolas e ou universidades
19	Subsistência	<b>TER</b>	TER trabalho, comida e abrigo
		<b>FAZER</b>	FAZER como possibilidade de trabalhar
20	Subsistência	<b>TER</b>	TER trabalho, comida e abrigo
		<b>FAZER</b>	FAZER como possibilidade de trabalhar,
21	Subsistência	<b>TER</b>	TER trabalho, comida, abrigo
		<b>FAZER</b>	FAZER como possibilidade de trabalhar, alimentar-se
22	Subsistência	<b>SER</b>	SER saudável, equilibrado
		<b>TER</b>	TER comida, abrigo e trabalho
		<b>FAZER</b>	FAZER como possibilidade de alimentar-se, descansar, trabalhar
		<b>ESTAR</b>	ESTAR em um ambiente de vida
23	Proteção	<b>TER</b>	TER poupança
		<b>FAZER</b>	FAZER como possibilidade de planejamento
24	Proteção	<b>TER</b>	TER poupança
		<b>FAZER</b>	FAZER como possibilidade de planejamento

25	Proteção	<b>TER</b>	TER segurança social
26	Proteção	<b>SER</b>	SER solidário
	Afeto	<b>SER</b>	SER solidário e receptivo
27	Proteção	<b>SER</b>	SER solidário
	Afeto	<b>SER</b>	SER solidário e receptivo
	Participação	<b>SER</b>	SER solidário, receptivo e disposto
		<b>FAZER</b>	FAZER como disponibilidade a dialogar, cooperar e compartilhar
28	Proteção	<b>TER</b>	TER segurança social
	Participação	<b>SER</b>	SER como receptividade, solidariedade e respeito
29	Proteção	<b>TER</b>	TER segurança social
		<b>ESTAR</b>	ESTAR em um ambiente social
30	Participação	<b>ESTAR</b>	ESTAR em áreas de interação participativa
	Lazer	<b>TER</b>	TER possibilidade de jogos, shows e festas
		<b>FAZER</b>	FAZER como possibilidade de relaxar, divertir-se e brincar
		<b>ESTAR</b>	ESTAR em espaços de encontro, com tempo livre, em ambiente e paisagens
	Identidade	<b>ESTAR</b>	ESTAR EM áreas de pertencimento
31	Proteção	<b>TER</b>	TER segurança social
32	Compreensão	<b>TER</b>	TER acesso a políticas educativas, professores, ...

		<b>ESTAR</b>	ESTAR em áreas de interação formativa como escolas e ou universidades
33	Participação	<b>FAZER</b>	FAZER como possibilidade de cooperar, dialogar e compartilhar
		<b>ESTAR</b>	ESTAR em áreas de interação participativa
34	Proteção	<b>SER</b>	SER cuidado
		<b>TER</b>	TER segurança social, sistema de saúde e legislações e direitos
35	Participação	<b>SER</b>	SER respeitado por suas preocupações
		<b>FAZER</b>	FAZER proposições
36	Compreensão	<b>TER</b>	TER consciência crítica
37	Compreensão	<b>TER</b>	TER consciência crítica
38	Compreensão	<b>TER</b>	TER consciência crítica

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

## ANEXO A – MATRIZ DE NECESSIDADES E SATISFADORES

<b>Necessidades</b>	<b>Ser</b>	<b>Ter</b>	<b>Fazer</b>	<b>Estar</b>
<b>Subsistência</b>	Saúde física e mental, equilíbrio, solidariedade, humor, adaptabilidade	Comida, abrigo, trabalho	Alimentar, procriar, descansar, trabalhar	Ambiente de vida, ambiente social
<b>Proteção</b>	Cuidado, adaptabilidade, autonomia, equilíbrio, solidariedade	Sistemas de seguros, poupança, segurança social, sistemas de saúde, legislações, direitos, família, trabalho	Cooperar, prevenir, planejar, cuidar, curar, defender	Ambiente de vida, ambiente social, habitação
<b>Afeto</b>	Autoestima, solidariedade, respeito, tolerância, generosidade, receptividade, paixão, vontade, sensualidade, humor	Amizades, casais, família, animais de estimação, plantas, jardins	Faça amor, acaricie, expresse emoções, compartilhe, cuide, cultive, aprecie	Privacidade, intimidade, casa, espaços de reunião
<b>Compreensão</b>	Consciência crítica, receptividade, curiosidade, admiração, disciplina, intuição, racionalidade	Literatura, professores, método, políticas educativas, políticas de comunicação	Investigue, estude, experimente, eduque, analise, medite, interprete	Áreas de interação formativa: escolas, universidades, academias, grupos, comunidades, família
<b>Participação</b>	Adaptabilidade, receptividade, solidariedade, disposição, convicção, dedicação,	Direitos, responsabilidades, obrigações, poderes, trabalho	Afiliar-se, cooperar, propor, compartilhar, discordar, respeitar,	Áreas de interação participativa: festas, associações, igrejas,

	respeito, paixão, humor		dialogar, concordar, opinar	comunidades, bairros, famílias
<b>Lazer</b>	Curiosidade, receptividade, imaginação, despreocupação, humor, tranquilidade, sensualidade	Jogos, shows, festas, calmaria	Deriva, abstrai, sonha, anseia, fantasia, evoca, relaxa, diverte-se, brinca	Privacidade, intimidade, espaços de encontro, tempo livre, ambientes, paisagens
<b>Criação</b>	Paixão, vontade, intuição, imaginação, audácia, racionalidade, autonomia, inventividade, curiosidade	Habilidades, competências, método, trabalho	Trabalhar, inventar, construir, idealizar, compor, projetar, interpretar	Áreas de produção, e feedback: oficinas, ateneus, grupos, audiências, espaços de expressão, liberdade temporária
<b>Identidade</b>	Pertencimento, coerência, diferenciação, autoestima, assertividade	Símbolos, linguagem, hábitos, costumes, grupos de referência, sexualidade, valores, normas, papéis, memória histórica, trabalho	Comprometer-se, integrar, confrontar, definir, conhecer, reconhecer, atualizar, crescer	Sociorritmos, ambientes cotidianos, áreas de pertencimento, estágio de maturação
<b>Liberdade</b>	Autonomia, autoestima, vontade, paixão, assertividade, abertura, determinação, audácia, rebelião, tolerância	Direitos iguais	Discordar, escolher, diferenciar, arriscar, conhecer-se, assumir-se, desobedecer, meditar	Plasticidade espaço-tempo

Fonte: Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010, p. 26, tradução nossa).